

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

CLARICE FERREIRA RAMIRO DE SOUZA

**“UM TEMPO BEM MELHOR PRA SE VIVER” E “ANDAR TRANQUILAMENTE NA
FAVELA ONDE EU NASCI”:** MOVIMENTO FUNK E GOVERNOS BRIZOLA NO
RIO DE JANEIRO (1982-1994)



NITERÓI
2022

CLARICE FERREIRA RAMIRO DE SOUZA

**“UM TEMPO BEM MELHOR PRA SE VIVER” E “ANDAR TRANQUILAMENTE NA
FAVELA ONDE EU NASCI”:** MOVIMENTO FUNK E GOVERNOS BRIZOLA NO
RIO DE JANEIRO (1982-1994)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Facina Gurgel do Amaral

NITERÓI
2022

CLARICE FERREIRA RAMIRO DE SOUZA

**“UM TEMPO BEM MELHOR PRA SE VIVER” E “ANDAR TRANQUILAMENTE NA
FAVELA ONDE EU NASCI”:** MOVIMENTO FUNK E GOVERNOS BRIZOLA NO
RIO DE JANEIRO (1982-1994)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades.

Aprovado em _____ de _____ de 20__

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Adriana Facina Gurgel do Amaral (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCult/UFF)

Prof^a. Dr^a Samantha Viz Quadrat
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFF)

Prof^a. Dr^a Ana Lucia Silva Enne

Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCult/UFF)

Profº. Drº. Wilson Couto Borges

Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação, História e Saúde
(PPGICS/ICICT/Fiocruz)

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG Gerada com informações fornecidas
pelo autor

S719" Souza, Clarice Ferreira Ramiro de

"Um tempo bem melhor pra se viver" e "andar tranquilamente na favela onde eu nasci"
: movimento funk e governos Brizola no Rio de Janeiro (1982-1994) / Clarice Ferreira
Ramiro de Souza. - 2022.

170 f.: il.

Orientador: Adriana Facina Gurgel do AMARAL.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e
Comunicação Social, Niterói, 2022.

1. Funk. 2. Leonel Brizola. 3. Estado. 4. Rio de Janeiro. 5. Produção intelectual. I.
AMARAL, Adriana Facina Gurgel do, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

À Marielle Franco (*in memoriam*),
funkeira e vereadora do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço às forças espirituais, que me guiam e protegem, e à intercessão constante dos meus;

À minha avó, Vanda (*in memorian*), que sempre me quis feliz;

À minha mãe e meu pai, Neida e Gerson, por serem as melhores pessoas que conheço, o motivo de não desistir;

À minha irmã, Gabriela, por me respeitar sempre e abrir a trilha da educação superior na minha família;

Aos funkeiros, por existirem e reinventarem minha cidade;

A Leonel Brizola, pela coragem de estadista;

À Adriana Facina, por confiar que desenvolveria bem o tema desta dissertação, pela generosidade da partilha de reflexões acadêmicas inovadoras e pelos conselhos de quem já viveu os meandros da minha área de pesquisa e as suas reverberações políticas.

À Ana Enne, professora mais querida Universidade Federal Fluminense, por ser amiga e por me apresentar universos acadêmicos, campos, autores, cosmogonias. Agradeço também pela vivência junto ao GRECOS (Grupo de Estudos sobre Comunicação, Cultura e Sociedade) e pelas produções pandêmicas - “Cozinhando com”, “Um chazinho com”, “Podcast Papinho”.

À professora Vera Malaguti e ao professor Nilo Batista, essenciais nesta pesquisa e em minha trajetória acadêmica, pela firmeza em salvaguardar a memória dos governos Brizola no Rio de Janeiro. À Vera, pelas palavras cuidadosas e certeiras da banca de qualificação e por ser inspiração feminina na produção científica brasileira no campo das ciências sociais. Ao Nilo, pela acolhida carinhosa quando da realização da entrevista e pelos conselhos de abordagens acadêmicas. A ambos agradeço por me permitirem sonhar outras possibilidades para a sociedade brasileira e por conhecer aspectos da tradição trabalhista, da criminologia crítica e do abolicionismo penal.

À professora Samantha Quadrat e Wilson Borges, pela leitura desta pesquisa e por aceitarem o convite para participar de minha defesa.

Aos meus entrevistados - Verônica Costa, MC Galo da Rocinha, Zezinho da FAFE Rio e Nilo Batista – pela generosidade em seus relatos e pela disposição em doar-se na construção dessas memórias do Rio de Janeiro.

À Ana Luísa, pela amizade mais forte e pelo presente/missão mais lindo da minha vida – minha afilhada Analua; À minha segunda família, meus vizinhos Vilma, Robson e Gabriel, pelo amor e sabedoria;

A Gabriel Medeiros, pelo companheirismo incessante e a eternidade das boas memórias;

A Caio Santa Anna, doce amizade, pelo cuidado e incentivo;

À Mariana Sarkis, Paula Kuhlmann, Lucas Leonardo, pelas mesas de bar onde a historiografia brasileira se fortalece também;

Aos historiadores Amanda Vanucci e Jefferson Basílio, contemporâneos no História UFF e companheiros nos estudos do brizolismo;

À Marcela Guirra, Gustavo Santos e Marcus Vinicius, que de maneiras distintas impactaram minha trajetória na UFF;

A turma 2020 do mestrado em Cultura e Territorialidades, por permitirem a escuta sensível e o aprendizado genuíno de questões profundas;

À amiga Priscilla Abrantes, mulher que na escrita desse trabalho secou minhas lágrimas e pegou na minha mão;

À Fundação Oswaldo Cruz, minha segunda casa desde 2009, instituição símbolo do que o Brasil pode ser e é;

Às trabalhadoras do Museu da Vida Fiocruz, Ingra Maciel, Flavia Sousa e Suzi Aguiar, que representam um conjunto maior de amigos;

Aos amigos do ensino médio – Fábio Mathias, Isabel Barbosa, Jaqueline Sérgio, Jozélia Cabral, Laís Oliveira, Tais Almeida e Yuri Coloneze – hoje professores, artistas, poetas, profissionais da saúde mental e da gestão pública, filhos da classe trabalhadora que floresceram no mesmo Brasil de oportunidades que eu;

Aos amigos Flávia Muniz e Caio Bellandi, pela alegria como farol e método;

À Tainá Gamelheiro, pelo exemplo de excelência e sagacidade em tudo que faz;

Ao Dionísio Almeida, por ser referência de humanidade na pós-graduação e por revisar meus textos;

Ao acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), à Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital, aos acervos de Claudia Duarcha e Humberto Cardoso – Funk de Raiz e Humberto Disco Funk - e a plataforma CULTNE – criada a partir dos acervos de Enúgbárijó Comunicações (de

Ras Adauto e Vik Birkbeck) e Cor da Pele Produções (de Filó Filho e Carlos Medeiros).

À Dilma e Lula por me permitirem o acesso e a permanência no ensino superior e pós-graduação.

RESUMO

A pesquisa compreende a análise do surgimento do movimento funk, entre os anos 1980 e 1990, no Rio de Janeiro, período em que o processo de transição democrática e a implementação de políticas neoliberais ocorriam no Brasil. O foco do trabalho esteve nos tensos diálogos entre as agências do movimento cultural, as gestões de governo de Leonel Brizola (PDT) e a mídia corporativa na cidade. Busquei explicitar de que maneira essa experiência de Estado, marcada pela busca de uma gestão democrática popular, conseguiu articular a escuta dos anseios da potência juvenil funkeira em formação. No mesmo sentido, aponte os processos em que os grupos reunidos em torno da manifestação cultural funk influenciaram na governabilidade carioca.

Palavras-chave: Funk. Leonel Brizola. Estado. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The research contains the analysis of the funk movement emergence, between the 1980s and 1990s, in Rio de Janeiro, a period in which it experienced the democratic transition process and the greater incidence of neoliberalism. The focus of the work was on the processes and dialogues shared between the agencies of the cultural movement, the two administrations of Leonel Brizola (PDT) and the corporate media in the city. I tried to explain how this experience of the State, marked by the search for a popular democratic management, managed to articulate listening to the wishes of the funkeira youth power in formation. In the same sense, I pointed out the processes in which the groups gathered around the funk cultural manifestation influenced Rio de Janeiro's governance.

Keywords: Funk. Leonel Brizola. State. Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura	1	-					Muro
vizinhança.....						14	
Figura 2 - Venda de Caixas de som							14
Figura	3	-	Entrevista	Mc	Galo		da
Rocinha.....						23	Figura 4 -
Entrevista Nilo Batista							23
Figura	5	-	Entrevista				Verônica
Costa.....						23	Figura 6 -
Entrevista Zezinho da FAFE Rio							23
Figura 7 - Fotografia de Luiz Mourier para reportagem do Jornal do Brasil							38
Figura 8 - Carta de Leonel Brizola sobre CIEPs							59
Figura 9 - Nota do Jornal do Brasil sobre a atuação da PM							64
Figura 10 - Nota do Jornal do Brasil sobre arrastões em 1991							71
Figura 11 - Nota do Jornal do Brasil sobre a construção de piscinas nos CIEPs							75
Figura 12 - Nota do Jornal do Brasil sobre piscina abandonada em CIEP							75
Figura 13 - Nota do Jornal do Brasil sobre inauguração de piscina no CIEP Chancellor Willy Brandt							76
Figura 14 - Nota do Jornal do Brasil sobre arrastão em 1993							78
Figura 15 - Foto de Ademir Lemos e Big Boy discotecando							88
Figura 16 - Fotografia de Mister Funky Santos							89
Figura 17 - Fotografia do DJ Corello discotecando							97
Figura	18	-	Disco	Funk	Brasil		Brasil
(1989).....						106	Figura 19 - Disco Super
Quente (1989)			105				
Figura 20 - Seminário "Barrados no Baile: Entre o funk e o preconceito" I							121
Figura 21 - Seminário "Barrados no Baile: Entre o funk e o preconceito" II							121
Figura 22 - Seminário "Barrados no Baile: entre o funk e o preconceito" III							122
Figura 23 - Seminário "Barrados no Baile: entre o funk e o preconceito" IV							122
Figura 24 - Registro fotográfico da gravação de um vídeo clipe							135
Figura 25 - Tweet de Renata Souza							156
Figura 26 - Muro grafitado na favela de Senador Camará.							160

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária. (Darcy Ribeiro)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O RIO DE JANEIRO QUE ELEGE BRIZOLA	29
1.1 “BRISA NOVA!”: NOVIDADE POLÍTICO-CULTURAL BRIZOLISTA NO RIO DE JANEIRO	30
1.2 “NESTES O POVO CONFIA”: A CANDIDATURA DE 1982 E SEUS ALIADOS	37
1.3 “BRIZOLA NA CABEÇA!”: VOTAÇÃO EM MASSA NAS FAVELAS	47
1.4 “UM TEMPO BEM MELHOR PRA SE VIVER!”: POLÍTICAS DE CIDADANIA PARA A JUVENTUDE	54
2 O RIO DE JANEIRO CIDADE DO FUNK	83
2.1 “LEBLON VIA VAZ LOBO”: O BLACK RIO DE JANEIRO	85
2.2 “E ENTENDER O SENTIDO QUANDO O DJ DETONAR”: FUNK CARIOCA	99
2.3 “ANDAR TRANQUILAMENTE NA FAVELA ONDE EU NASCI”: OS FUNKEIROS E O ROTULACIONISMO	124
3 O RIO DE JANEIRO DO ESPERANÇAR DOS HOMENS LENTOS	134
3.1 O ESPERANÇAR BRIZOLISTA	136
3.2 O HOMEM LENTO FUNKEIRO	140
3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E POTÊNCIA JUVENIL FUNKEIRA	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

A dissertação aqui materializada é fruto de anseios pessoais antigos e dialoga com a urgência dos tempos em que vivemos. O autoexílio forçado, ocasionado pela pandemia da COVID-19, remodelou toda esta pesquisa. Estive presencialmente com minha turma uma vez, houve a possibilidade parcial de realização de trabalho de campo, a parceria da orientação se deu por telas, a habitualmente narrada solidão dos mestrandos em sua produção intelectual tornou-se exponencialmente elevada. Contudo, tenho em conta as diversas estratégias empreendidas por parte de coordenadores, professores e companheiros de turma em proporcionar um ambiente de escuta aberta e flexibilizações possíveis.

Antes de me mobilizar em torno do meu tema atual, que trata dos diálogos entre o funk carioca e o arranjo político brizolista no Rio de Janeiro, outros dois me ocorreram, mas essa história creio que possa ser elucidada mais à frente, quando falarei mais detidamente do meu percurso no mestrado. Por ora, vale mencionar que esta abordagem necessária aos estudos do funk carioca chegou-nos aos poucos, e aqui o tempo verbal muda propositalmente, visto que esse foi um processo muito partilhado com minha orientadora. Portanto, os condicionamentos históricos do tempo presente – fortemente impactados pela questão sanitária a qual me referi, pela lacuna nos estudos do funk observada em parceria com minha orientadora, pela minha formação inicial enquanto historiadora e por meus aprendizados em um ano disciplinas de mestrado, levaram-me a este tema.

Ao prestar o processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCult/UFF), ainda no ano de 2019, uma grande motivação me impulsionava: dar continuidade aos meus estudos sobre o funk. Ao tratar desse objetivo, julgo necessário colocar nesta introdução alguns elementos que falam da minha história de vida; do meu lugar enquanto pesquisadora; da minha relação com o tema e da minha trajetória no mestrado.

Conforme se vê na capa deste trabalho, me chamo Clarice Ferreira Ramiro de Souza. Tenho 29 anos, sou uma mulher branca e resido desde sempre no bairro de Santíssimo, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Se quisermos “abusar” da territorialidade e rascunhar aqui um mapa afetivo e mais realista para mim, posso dizer que moro na favela do Cavalo de Aço (sim, tal qual à novela protagonizada por Tarcísio Meira e Glória Menezes, em 1973), na entrada do Rebu (outra novela, esta

marcada pela estreia de Bete Mendes, em 1974), próximo à Selva de Pedra (mais uma novela, escrita por Janete Clair e Dias Gomes, transmitida em 1972). Esse enredamento novelístico/territorial compõe parte do complexo de favelas de Senador Camará e me constitui em muito, como veremos a seguir.

No “meu lugar”, como diz o famoso verso da canção¹, concluí minha trajetória escolar até o nível fundamental, sempre em escola pública. No momento de cursar o ensino médio, fui apresentada à possibilidade de prestar concurso para colégios “melhores”, isso em 2007. Não hesitei em tentar, mas minha base de conhecimentos técnicos não me permitia disputar em igualdade nesses concursos, o que fez com que minha irmã mais velha se sacrificasse e pagasse um curso preparatório para mim. Não consegui passar em nenhum colégio nessa primeira tentativa, por isso, cursei o primeiro do ensino médio em um colégio estadual em Bangu, sem deixar de mirar meu intento anterior. E eis que veio a aprovação tão desejada no ano seguinte, quando fiz o primeiro ano do ensino médio novamente, agora em um colégio federal.

A escola na qual cursei meu ensino médio foi a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Não titubeio em afirmar que este espaço mudou minha vida. Nesta escola aprendi os princípios e o imperativo da defesa do SUS, aprendi a circular na minha cidade (que tem suas inúmeras barreiras físicas e simbólicas), aprendi mais sobre o conceito de cultura, aprendi a “ler” o mundo. Imaginem o que é uma jovem de 16 anos pegar uma condução “Campo Grande x Candelária” todos os dias para chegar ao seu colégio. Ali eu já estava aprendendo ideias que vim a descobrir no mestrado como formulações, tais como “homem lento” (SANTOS, 1996) e “flâneur” encontrado nos textos de Baudelaire (1993) e Benjamin (2000).

As aulas começavam 8:30h e acabam às 17h, vivi o ensino integral na medida em que a formação do ensino médio era concomitante à do ensino técnico. Mas vamos ao encontro com o funk, ou melhor, ao reencontro. Em meu primeiro dia nessa escola fomos recebidos por uma atividade realizada pelos veteranos, nela foi-nos exibido o filme “*Sou feia, mas tô na moda*”, um documentário da diretora Denise Garcia que evidenciava falas funkeiras femininas no contexto do começo dos anos 2000. Ali, naquele exato momento, entendi que o lugar de onde eu vim tinha muitas coisas importantes para falar, que as pessoas iguais às que eu via todos os

¹ “Meu Lugar”, composição de Arlindo Cruz e Mauro Diniz.

dias eram artistas, que eu não precisava me acanhar com nada relacionado ao meu lugar. “Caiu a ficha” de que o preconceito que eu tinha com o funk era, em grande parte, o racismo entranhado em mim e, aos poucos, fui entendendo que o espaço que eu gostaria de ocupar na academia, se realmente seguisse nessa empreitada, teria de dialogar com esse meu universo reencontrado.

E o uso da palavra reencontrado não é exagerado. Todo esse universo funk esteve comigo o tempo inteiro. Meus vizinhos pintaram os muros de suas casas com os símbolos de suas equipes de som favoritas; a entrada da Avenida Santa Cruz, que dá acesso ao lugar onde moro, é repleta de caixas de som produzidas por uma fábrica local; além disso, posso ouvir semanalmente, ao menos, o som que vem dos bailes e “encontro dos relíquias”² realizados por aqui.

A seguir os registros mencionados:



Figura 1 - Muro vizinhança
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 2 - Venda de Caixas de som
Fonte: Acervo Pessoal.

Retornando à trajetória escolar, no fim dela realizei uma espécie de “monografia de ensino médio”. Vivíamos o ano de 2011, eu já havia atuado

² “Relíquia” é uma designação popular dada pelas primeiras gerações de funkeiros para si mesmos como forma de diferenciação frente à geração atual de funkeiros. É habitual encontrar no Rio de Janeiro eventos chamados de “encontro dos relíquias”, que são reuniões de homens e mulheres, de cerca de 40 anos, onde se escuta o funk produzido majoritariamente nas décadas de 1980 e 1990.

intensamente no grêmio estudantil da instituição e, por conta disso, tomado conhecimento dos grupos políticos e pesquisadores que à época debatiam o funk no Rio de Janeiro. O trabalho de conclusão versou sobre a “criminalização da pobreza” associada ao tema da criminalização do funk, abordagem conceitual que utilizo ainda hoje. Tal pesquisa foi um “ponta pé” interessante para o ingresso na Universidade Federal Fluminense, onde acabei desviando da rota da saúde e cursei História. No período da graduação (2012 – 2017) já tinha nítido em minha mente a necessidade de continuar minhas pesquisas nessa área, que a cada dia surpreendia-me com uma enorme profusão de acontecimentos.

Concluí minha graduação há cinco anos e foi uma grande honra construir saber junto à plêiade do curso de História da UFF. Aprendi sobre o materialismo histórico e vivi, na prática, um processo de golpe de estado no meu país durante esse período. (Como cansa viver momentos históricos imersa nas reflexões históricas!) Em meus caminhos acadêmicos por lá, porém, não encontrei tanta facilidade em estudar o tema do funk. Para além da falta de diálogos com professores e alunos que partilhassem das minhas inquietações temáticas, sentia uma perene dificuldade em encontrar fontes, parte essencial do fazer historiográfico. Para solucionar tais entraves, decidi cursar disciplinas em outros departamentos, de maneira a ampliar meus debates e, de fato, construir uma abordagem da história do tempo presente “presentíssimo”. Vale sinalizar que neste período vivíamos o auge das políticas de implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro, o que acarretava uma série de impactos à fruição do lazer nas favelas, em especial os que encontravam no funk seu espaço de enunciação.

Outro caminho percorrido para driblar essas adversidades da pesquisa no funk, e, nesse momento, já contei com os preciosos conselhos da professora Adriana Facina e do MC Leonardo, foi pegar um caso específico, ou seja, trabalhar com a micro história, para abordar o tema do funk. Busquei narrar a história do baile do Chapéu Mangueira, favela localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro. Desta forma, sob a orientação da professora Juniele Rabêlo, utilizando-me do método da História Oral, desenvolvi a monografia intitulada: *No Rio de Janeiro tem baile de favela' (?) : O baile do Chapéu Mangueira e o cenário de interdição dos bailes funk (1990-2016)*, trabalho este a que devo enormemente à interlocução com os moradores desse território e profissionais do funk. Nesta pesquisa, trouxe

especialmente a relação das forças repressivas do Estado brasileiro no ordenamento jurídico das favelas via interdição dos bailes no contexto das UPPs.

Compreender o “genocídio da juventude negra” neste país e a sua relação histórica com o silenciamento das manifestações culturais da classe trabalhadora tem sido a tônica da minha pesquisa acadêmica desde 2011. Ainda sobre a graduação, considero importante mencionar que vivi toda ela como filha da classe trabalhadora que sou, morei em um pensionato com 23 mulheres e, posteriormente, na Moradia Estudantil da UFF. Ao mesmo tempo em que víamos um projeto de país ruir diante de nossos olhos, usufruíamos e nos orgulhávamos das oportunidades de acesso que estávamos tendo. Estes espaços formativos foram tão importantes quanto as salas de aula pelas quais passei.

Em meio a admoestações e olhares depreciativos, optei por ser professora. Tenho pouca experiência em espaços de educação formal e passei por poucas salas de aula. Lecionei apenas no pré-vestibular comunitário do Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP), em Campo Grande, espaço de formação política de grande valor para minha trajetória. Atuei em 2013 como mediadora, no Museu da Vida/ Fiocruz, na exposição “Manguinhos: território em transe” e desde 2017, sou bolsista neste mesmo espaço, trabalhando com os temas da Divulgação Científica na educação não-formal, em especial, no diálogo com jovens moradores do território de Manguinhos. Por meio desse trabalho, alimento reflexões importantes a respeito dos temas da governança territorial democrática e da territorialização de políticas públicas, especialmente as voltadas à área da saúde e da ciência.

Assim, de todo este emaranhado de histórias, nasce a pesquisadora que aqui se apresenta. Ainda pouco habituada a uma escrita na primeira pessoa, mas buscando sempre entender seu fazer e construir reflexões a partir de aspectos da história social do funk no Rio de Janeiro. No fim, manter-me no lugar onde “meu umbigo foi enterrado”, como dizem os antigos, é cansativo – lembremos da questão da mobilidade urbana no Rio de Janeiro e da fala de Bourdieu sobre os espaços de troca do capital cultural -, mas me coloca em pontos de vista privilegiados para com a minha questão de estudo.

Agora, atendo-me a trajetória construída no Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCult/UFF), considero importante começar este relato fazendo menção ao quão especial é a turma de mestrado na qual estive inserida.

Nesta, temos muitas pesquisas preciosas e muitos pesquisadores de olhar terno e atento, sempre dispostos a partilhar suas reflexões com os demais. O ensino remoto emergencial foi menos caótico porque foi com esta turma, composta majoritariamente de mulheres e dentre elas, muitas mulheres negras de sabedoria amadurecida. Pessoalmente, me sinto presenteada em aprender tanto e de tantas formas com esse grupo.

Uma dessas mulheres certa vez comentou, em um espaço de sociabilidade criado pela turma, ainda que por telas, sobre o impacto que lhe causou a apresentação das autoras e autores negros no mestrado. Chego à conclusão de que algo parecido me tenha ocorrido, só que enquanto mulher branca. Conheci autoras e autores que não cabem nos dedos das mãos, abordagens raciais que não me tinham sido apresentadas antes, tive aula com professores negros e negras na pós-graduação, aulas com uma turma de composição racial paritária, enfim, o mínimo desejado em um país como o nosso, mas ainda pouco encontrado.

Esse primeiro contato com autores não foi em si cândido, inicialmente, foi um encontro de reconhecimento de si, de refazimento, de reflexão e desalienação da identidade racial branca. Nada disso é fácil e, inclusive, no meu caso, forjou mudanças no tema proposto no momento da seleção. Por alguns meses questioneei minha legitimidade e os limites de meu lugar de fala (conceito importante e que não deve ser vulgarizado). Apenas com o tempo de maturação dessas questões, a leitura dos autores mencionados, as conversas com minha orientadora e amigas de turma, a terapia, enfim, um conjunto de ações, consegui entender por onde deveria seguir realizando o debate racial exigido pelo tema do funk de forma respeitosa e corajosa.

Para além desse momento de desconforto (necessário, por vezes), ficou-me o deleite de conhecer o manancial de contribuições e olhares pelos quais posso tratar o meu tema. Para além do momento deste mestrado, a oportunidade de conhecer a intelectualidade negra do meu país tem feito de mim uma pessoa melhor, mais atenta ao menos. Outros debates se impuseram a minha turma, julgo que por uma urgência coletiva apresentada nas universidades por meio da tendência de(s)colonial. Ainda tenho algumas dificuldades com alguns postulados construídos por alguns grupos, penso quase sempre nas saídas conciliadoras. Porém, é

imprescindível ampliar nosso leque de abordagens epistemológicas e ontológicas, inclusive para pensarmos o funk.

Inicialmente, pretendia falar do fenômeno das Equipes de Som, partindo da história de uma equipe de longa atuação, a Furacão 2000. Foi com esse tema que submeti minha inscrição no processo seletivo, por considerar que seria simples o trato com as fontes e por ver a importância no ato de se pensar o formato de festa construído pelos produtores culturais informais presentes em nossas favelas desde sempre. No entanto, aos poucos compreendi que o espaço de dois anos talvez não me fosse o tempo hábil para a realização de tal empreitada, além das possíveis suscetibilidades que poderiam ser tocadas nesse processo, o que preferi evitar.

Abandonei então este tema inicial e, muito influenciada por acontecimentos mais latentes, decidi abordar a história do jovem DJ Rennan da Penha³. Sua história me parece de incontornável importância aos que desejam entender o funk hoje, seja nos aspectos das cifras que o ritmo movimenta, da criação artística, da criminalização e do encarceramento de artistas, entre outros. Eleger esse sujeito fazia sentido à época para mim, pois via seu caso como emblemático: um jovem produtor carioca, criador de um dos bailes mais famosos da cidade - o Baile da Gaiola, na Penha -, precursor de uma variação rítmica do funk - o 150 BPM -, preso em circunstâncias de acusação questionáveis, premiado em festivais e tendo sucessos executados no palco do Rock in Rio também enquanto preso injustamente. Aos poucos, porém, compreendi que talvez não estivesse pronta para abordar um tema de tamanha subjetividade. Aliado a isso, entendi que meu contato com o DJ não seria exatamente simples, o que tenderia a dificultar a pesquisa de breve fôlego no contexto de uma pandemia.

Eis que, no verão de 2021, surge a oportunidade de realizar um curso no departamento de História da UFF sobre o movimento Black Rio, um desejo antigo meu e que agora fazia mais sentido, pois buscava as reminiscências do Passinho

³ Rennan da Penha é Rennan Santos da Silva, tem 28 anos de idade e é DJ e um dos maiores produtores musicais do cenário carioca. Ele foi criado na Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro, onde iniciou sua carreira de DJ aos 15 anos. Também é um dos grandes impulsionadores do funk carioca e trouxe notoriedade ao Funk 150bpm, levando o ritmo dos bailes de favela para o mundo. Aos 25 anos foi indicado ao Grammy Latino 2019 e venceu o Prêmio Multishow 2019 na categoria "Canção do Ano". Nesse mesmo ano, no auge de sua carreira e do baile que comandava – o Baile da Penha – foi preso sob a acusação de associação ao tráfico de drogas. Sobre a prisão, afirmou: "Me acusaram de ser olheiro do tráfico por uma mensagem que enviei avisando meus amigos de um tiroteio" e ficou encarcerado por 7 meses. Mais informações em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2022/05/22/prisao-no-auge-da-fama-me-condenaram-pelo-meu-nome-diz-rennan-da-penha.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 29 nov. 2022

nos passos de dança dos bailes *black*. O curso “Música, política e identidade no *black* Rio de Janeiro (1970-1980)” trouxe-me, porém, para perto do meu tema atual. Pensei outro Rio de Janeiro que não me era muito palpável, afinal, nasci já com o funk começando a cantar em português – em 1993. Esse curso me levou, sobretudo, para os subúrbios desse Rio de Janeiro da Ditadura Civil Militar.

O fato curioso é que em 2010 – lá no ensino médio - me recusei a estudar a censura nas obras artísticas da MPB porque fiquei intrigada com a existência no funk das versões *light* e *proibidas*, o que, na minha cabeça, era a presentificação da censura em nossos dias e apresentava mais urgência na abordagem. Pois bem, é correta a inferência. Me faltava, no entanto, compreender que havia um ponto de contato entre a ditadura brasileira e o funk, ou, pelo menos, entre a Ditadura Civil Militar e as experiências de fruição artística negras nas favelas e subúrbios do Rio de Janeiro. Nesses dez anos de observação de pesquisas sobre o funk, observei muitas análises que dão conta das interferências do neoliberalismo na manifestação cultural. Acendeu-me a curiosidade em entender neste momento o que nosso cenário interno de repressão pode ter legado ao funk e à sua criminalização. E eis que surge junto a este período de transição democrática no Rio de Janeiro a figura de Leonel Brizola.

Essa epopeia em busca de um tema aconteceu em meio às muitas aflições de uma pandemia agravada pelo desgoverno de nosso país, somando seus mais de 680 mil mortos, e já entrando em seu terceiro ano entre fases, ondas e cepas. As perdas físicas causam uma dor extrema, reacendida a cada nova partida. As informações desconstruídas e a falta de celeridade na implementação de um programa vacinal geraram muita desesperança na população, e dela, apenas uma pequena parte pôde usufruir do direito de permanecer em isolamento ou distanciamento social. Do dia 26 de fevereiro de 2020 até hoje estamos em pandemia, uma longa duração de medo que nos coloca na suspensão e faz com que reavaliemos riscos diariamente, principalmente, de acordo com nossa situação econômica.

Por isso, agarrei-me a esse mestrado em suas aulas, autores, professores, temas, companheiros de turma como válvula de escape para as dores do processo vivemos. Por vezes, as injustiças gritavam, assistir aula era impossível com minha internet e computador, atrasava por isso, precisava interagir menos ou fechar a

câmera. Mas o ciclo fechou-se, consegui realizar um lindo estágio docência junto à professora Adriana Facina, no qual falamos do centenário de Paulo Freire, um afago nesses tempos. Em suas últimas pesquisas esta professora tem se dedicado a pensar o tema da Esperança, este tão caro também à Paulo Freire. Para além de um mergulho incrível na obra desse autor, saí com uma mirada muito mais esperançosa (do verbo “esperançar”) para a minha vida, para a pesquisa acadêmica que desenvolvo, para o Rio de Janeiro em que vivo, para o funk que sinto, enfim, para tudo que possa surgir.

Um dos livros que li sobre meu tema, *Funk: A batida eletrônica dos bailes cariocas que contagiou o Brasil* (BEZERRA; REGINATO, 2017), tinha como dedicatória a seguinte linha: “à Leonel Brizola”. No primeiro momento, considerei uma justa homenagem, mas não parei para pensar em maiores desdobramentos da questão. Até que no mencionado curso de verão essa dedicatória foi lembrada pelo professor, ali já fiquei mais atenta. Na reunião de orientação seguinte comentei sobre essa ocorrência com minha orientadora, que se mostrou animada, mas não quis me desviar dos meus anseios originais com os temas que já havia apresentado. No entanto, nas reuniões seguintes o assunto sempre retornava, era uma lacuna nas pesquisas do funk e a solução para minha!

Perguntei se aqueles nossos pensamentos soltos com relação aos períodos de governança fluminense brizolista e o funk “davam uma dissertação” e ouvi: “ô, se dá!”. Aqui toda a empolgação contida se manifestou, não teve jeito. A partir disso começo eu uma investigação em três frentes: (1) Transição democrática e governos Brizola no Rio de Janeiro (1982- 1986/ 1991-1994), (2) Ditadura nos subúrbios do Rio de Janeiro e Movimento Black Rio e (3) Surgimento e consolidação do funk carioca.

Uma das grandes contribuições desta pesquisa está no olhar mais atento aos governos Brizola no Rio de Janeiro, em especial com uma lupa nos aspectos das políticas de cidadania para juventude, público essencial para entender o fenômeno do funk. Por isso, tenho me debruçado em entender o período por meio de fontes variadas e a compreender também as mistificações – positivas e negativas - que rondam o nome desta figura histórica ainda hoje em nossa sociedade. Para além da responsabilidade de ter feito estágio docência sobre Paulo Freire no ano de seu centenário, em 2021, escrevi uma dissertação sobre o arranjo político brizolista no

ano do centenário de Brizola, em 2022. Grandes coincidências, muitas fontes⁴. Compreender políticas de segurança, educação e habitação no Rio de Janeiro foi um empreendimento, junto dele, busquei compreender os canais de comunicação e as interferências de grupos e sujeitos intelectuais negros que se somaram ao projeto do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no período analisado.

Nesse processo entendi também que é imprescindível uma requalificação dos entendimentos sobre os processos de resistência à ditadura vivida no Brasil. Descobri, aliás, que não estou sozinha neste esforço, visto que pesquisadores e grupos de estudo têm se dedicado a repensar as narrativas de resistência pautadas no binômio de lutas entre exército e grupos militantes organizados. Desta forma, inserir o debate dos bailes *black* neste contexto ajuda-nos a repensar outras formas de reivindicar existências e as sobrevivências. Pensando o movimento Black Rio como um dos precursores do funk carioca⁵, é possível identificar nele algumas questões importantes para entender episódios que sucederam aos funkeiros nas décadas de 1980 e 1990.

A partir desse contexto político nacional e local, busquei compreender o contexto histórico de surgimento e consolidação do funk carioca, complexificando a análise das relações entre Estado e funk. Algumas reflexões me guiaram nesse caminho: Que Rio de Janeiro elegeu Brizola em dois mandatos e produziu o gênero musical que hoje é o mais executado nas plataformas de *streaming* no Brasil? Quais relações podem se estabelecer entre as políticas de cidadania para juventude e a fruição do lazer nas favelas neste período? Uma polícia que buscou ser minimamente humanizada, em seus termos e princípios, influenciou de que forma a sociabilidade cultural negra das favelas do Rio de Janeiro?

Realizei um conjunto de 4 entrevistas, dentro da limitação pandêmica em seus calendários de ondas e subvariantes. Meus interlocutores foram: MC Galo da Rocinha, Nilo Batista, Verônica Costa e Zezinho da FAFE Rio. Por meio da escuta sensível desses sujeitos que viveram o tempo narrado com intensidade, busquei reavivar momentos e delinear os rumos que minha pesquisa deveria tomar.

⁴ Ainda com esse vasto material, é importante sinalizar já nessas primeiras páginas que há uma série de imbrólios familiares relacionados à figura de Leonel Brizola que impedem ainda o acesso e a disponibilização de arquivos relacionados a sua trajetória política.

⁵ É importante mencionar que apesar das reminiscências, não há consenso entre os pesquisadores e os participantes desse movimento com relação a apresentá-lo em uma linha evolutiva com relação ao funk.

Mc Galo da Rocinha, Everaldo Almeida da Silva, trouxe a voz dos profissionais do funk no período da primeira geração de MCs. Seu relato enriqueceu a pesquisa na medida em que me deu a compreensão do funk em seus aspectos cotidianos, no dia a dia da criação artística e no cenário inicial que funda a persona pública do funkeiro na cidade do Rio de Janeiro. A entrevista foi realizada no Bar Alto reverse, no morro do Vidigal (RJ), em 19 de julho de 2022. Neste mesmo dia, o MC recebia um grupo de jovens MCs de São Paulo, que estavam gravando um clipe com a sua participação.

Nilo Batista, advogado, professor de Direito, que atuou como vice-governador e secretário de Justiça e da Polícia Civil e como governador do Estado do Rio de Janeiro, poderia ser mencionado por suas contribuições intelectuais a respeito do sistema penal brasileiro, da criminalização da pobreza no Rio de Janeiro, entre outras reflexões. Porém, para além disso, entrevistá-lo foi importante na medida em que ele foi um personagem histórico atuante nos espaços institucionais dos governos Brizola. Ser parte do projeto político analisado trouxe camadas interessantes, que elucidaram questões a respeito dos meandros da governabilidade possível de ser empreendida no momento. A entrevista realizou-se no Escritório Nilo Batista & Advogados Associados/ Instituto Carioca de Criminologia, na Glória (RJ), em 25 de julho de 2022. No decorrer da conversa, meu entrevistado solicitou a presença de seu filho, Carlos Bruce Batista, que também atua no Direito e tem uma publicação dedicada ao funk⁶. Neste dia, ganhei uma das publicações de meu entrevistado, o livro *Apontamentos para uma história da legislação penal brasileira* (2016) e seu filho me cedeu algumas importantes fontes que poderão ser utilizadas em novas investigações sobre o funk.

Em entrevista recebi a contribuição da hoje vereadora e empresária do mundo do funk, Verônica Costa ou Verônica Chaves de Carvalho Costa. Esse encontro foi importante por sua atuação frente à equipe de som Furacão 2000 em tempos em que a profissionalização no mundo do funk começava a existir, nesse sentido, a entrevistada me fez pensar no papel que as equipes de som tiveram nesse momento inicial e nos processos de nacionalização do ritmo. Além disso, saber sobre tentativas de diálogo entre o Estado e os organizadores dos bailes foi um interesse alcançado. A entrevista se deu na Câmara de Vereadores do Rio de

⁶ Trata-se do livro *Tamborzão: olhares sobre a criminalização do funk*, de 2013.

Janeiro, em 02 de agosto de 2022. Foi a mais curta das entrevistas, pois Verônica encontrava-se em meio a uma corrida agenda de campanha, visto que pleiteou neste ano o cargo de deputada federal.

Por fim, A entrevista com Zezinho da FAFE Rio⁷, José Nerson de Oliveira, foi sugestão acolhida durante o processo de qualificação e em muito contribuiu para reflexões relacionadas a luta pela habitação nas favelas, aos ativismos juvenis empreendidos nos anos 1980 e 1990 por trabalhadores moradores de favelas e sobre as pluralidades do fazer político no período. Zezinho foi presidente da FAFE Rio e teve contato direto com Leonel Brizola e Nilo Batista. O encontro foi realizado no mesmo local e dia da entrevista com Nilo Batista e contou com a presença da companheira de Zezinho e também militante no período, a advogada Rita de Cássia.

Aqui estão os registros fotográficos desses encontros:



Figura 3 - Entrevista Mc Galo da Rocinha
Fonte: Acervo Pessoal.



Figura 4 - Entrevista Nilo Batista
Fonte: Acervo Pessoal.

⁷ Organização subordinada à Federação das associações de Favelas do Rio de Janeiro, criada a época com o intuito de capilarizar a atuação desse órgão. A FAFE Rio ficava, como o nome indica, responsável pela atenção às demandas das favelas do município do Rio de Janeiro.



Figura 5 - Entrevista Verônica Costa
Fonte: Acervo Pessoal.



Figura 6 - Entrevista Zezinho da FAFE Rio
Fonte: Acervo Pessoal.

Minha pesquisa possui três grandes conjuntos de fontes: (1) material audiovisual (*lives*, documentários, reportagens), dado o necessário movimento em direção às buscas de arquivos em ambientes virtuais; (2) material do acervo digital do Jornal do Brasil e do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); (3) entrevistas acima mencionadas. Aliado a tais fontes, conto também com material produzido pelos próprios governos brizolistas, que, em sua figura retórica primordial, buscou produzir contra narrativas de destaque via jornais e pronunciamentos. Cotejei essas fontes e aliei ao levantamento bibliográfico sobre as frentes já apresentadas: transição democrática e governos Brizola no Rio de Janeiro (1982- 1986/ 1991-1994), Ditadura nos subúrbios do Rio de Janeiro e movimento Black Rio e Surgimento e consolidação do funk carioca.

Proponho ao final de minha pesquisa uma reflexão a partir do que chamei de ‘Esperançar brizolista’ e ‘Homem lento funkeiro’, tendo essa discussão alimentada pelos debates do “Rotulacionismo” e do aprofundamento do conceito de “Estado”.

As referências teóricas que sustentam a proposta apresentada estão, para pensar a família conceitual temática do Black Rio e do Funk, centradas em: Adriana Facina, Adriana Lopes, Dennis Novaes, Hermano Vianna, Juliana Lessa, Lucas Pedretti, Luiz Felipe Peixoto e Zé Octávio Sebadelhe, Michael Herschmann e Silvio Essinger.

Para compreender o Rio de Janeiro que vive o fim da Ditadura Civil Militar e a intensificação do neoliberalismo, conto com o aporte teórico de Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Loïc Wacquant, Marcelo Ridentti, Marielle Franco, Milton Santos, Nilo Batista e Vera Malaguti Batista. No entendimento específico da figura política e governos cariocas de Leonel Brizola baseio-me nas leituras de Bruno Marques, Clovis Brigagão e Trajano Ribeiro, Jefferson Silva, Juliana Oakim, Marieta Ferreira, Marly Motta e Trajano Sento-Sé.

Na abrangência mais ampla, constituindo uma família conceitual que me ajudará a abordar o cenário pretendido, pretendo operar com os conceitos de: “adesão subjetiva à barbárie”, conforme a construção de Vera Malaguti Batista; “Esperança”, a partir de Paulo Freire, “Homem lento”, junto à leitura de Milton Santos, “Criminalização da Pobreza”, à luz de Loïc Wacquant, “Rotulacionismo”, com o auxílio de Augusto Thompson e Howard Becker, “Estado”, a partir de Souza Lima e Facina.

Com relação à metodologia que me auxiliará, sinalizando novamente que fui fortemente impactada pela pandemia, recorri aos acervos digitais, empreendendo uma pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, especificamente, nas páginas do Jornal do Brasil, espaço esse que ainda se abria de forma mais republicana às falas do governador Leonel Brizola. Outras buscas parciais se deram no Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro (APERJ), em especial no fundo da Assessoria de Imprensa e Divulgação, nas séries dos primeiro e segundo mandatos de Brizola frente ao governo do Rio de Janeiro, contando também com a série que traz o período em que Nilo Batista assume a cadeira.

Outro levantamento importante se deu nos arquivos do CULTNE⁸, um dos maiores acervos da cultura negra no país, que tem inúmeros registros dos anos 1980 e 1990 no Rio de Janeiro, com a atenção voltada ao protagonismo negro. Grande parte do material está em suporte de vídeo e em livre acesso na rede, o que

⁸ “A plataforma Cultne foi criada em 2009, a partir dos acervos de Enúgbárijó Comunicações de Ras Adauto e Vik Birkbeck e CP - Cor da Pele Produções de Filó Filho e Carlos Medeiros. A produção conjunta dessas duas produtoras chega a mais de dois mil horas de vídeo, envolvendo manifestações culturais, políticas e sociais da população negra no Rio de Janeiro. [...] O canal Cultne na plataforma Youtube, lançado em março de 2009 reúne mais de 3 mil vídeos, tornando-se o maior acervo digital de cultura negra da América Latina, e o seu desenvolvimento vem se refletindo positivamente na autoestima da população negra que se vê representada com um expressivo conteúdo cultural. Além dos arquivos históricos, CULTNE hospeda novas e incessantes produções em vídeo da cultura negra brasileira.” Disponível em: <https://cultne.tv/quem-somos>. Acesso em: 16 ago. 2021

facilitou a pesquisa em tempos de isolamento social. Reportagens, *lives*, minidocumentários, entrevistas, há fontes de naturezas diversas.

Somado a esses esforços estão minhas leituras, já mencionadas, e minha observação dos fenômenos enquanto carioca, moradora de favela da Zona Oeste, funkeira, estudante de escola pública e primeira geração com nível universitário da família, professora de História, mulher branca, entre outros condicionamentos histórico-sociais da minha trajetória pessoal.

O título da pesquisa traz dois trechos de músicas concernentes ao período observado. O primeiro deles, *Um tempo bem melhor pra se viver*⁹, foi extraído do *jingle* eleitoral da campanha presidencial de 1989, a qual Leonel Brizola, após a primeira experiência de mandato enquanto governador do Rio de Janeiro, concorreu. Seu uso aqui busca encaminhar-nos ao exercício imaginativo de outro estado e de outro país, marcados por perspectivas de transformação social diversas.

Em seguida, rememoro outra canção e coloco em diálogo com o imaginário carioca funkeiro presente naquele que talvez seja um de seus hinos primordiais, o Rap da Felicidade¹⁰, com o extrato anterior. Ao evocar o trecho “*andar tranquilamente na favela onde eu nasci*”, busco lembrar dos debates em voga acerca das territorialidades, do direito à cidade e da fruição do lazer nas favelas cariocas. Mesclar esses imaginários cantados é parte do esforço de destruir qualquer descompatibilização que possa ter sido criada nas narrativas históricas desse período. Pensar a festa dentro da conjuntura política da sociedade que a constrói, fazendo ver as forças dos sujeitos sociais presentes em suas táticas é uma transversalidade aqui.

A organização da dissertação se deu da seguinte maneira: O primeiro capítulo tem como título *O Rio de Janeiro que elege Brizola* e parte justamente dessa minha incompreensão inicial do período e dificuldade em imaginar alguns dos cenários colocados. A geração que nasce já na década de 1990 sente as ausências de uma imaginação política que apontava para projetos ambiciosos e amplos. Abordei nesta seção aspectos do fenômeno brizolista que se apresentou como novidade político-cultural aos cariocas na década de 1980, ainda que a liderança de Brizola fosse já conhecida historicamente em território nacional e internacional desde os anos de 1950.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V62JMFA6Pco>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qKkQjwji8LM>. Acesso em: 29 nov. 2022.

Para bem fazê-lo, construí brevemente o histórico da liderança política de Leonel Brizola. Convidei o leitor a pensar especificamente sua proeminente atuação no exílio, sua participação no processo de Anistia brasileiro e sua opção em voltar ao Brasil para atuar no Rio de Janeiro. A construção do PDT e as alianças com setores populares, em especial com o movimento negro, muito atuante na década de 1980, foi abordada na medida em que percebi relações importantes e pontos de contato com os movimentos culturais frutos da diáspora africana materializados no Rio de Janeiro, dentre os quais destacaram-se em minha análise os movimentos Black Rio e o funk.

É importante entender o Rio de Janeiro que colocou Brizola na cadeira de governador em 1982 e a votação em massa em territórios específicos, como é o caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro, além de compreender o retorno de Brizola ao governo do estado em 1991. Neste segundo governo, busquei mencionar alguns episódios marcantes para a juventude funkeira, tais como: o Seminário “Barrados no Baile” (1992), as chacinas da Candelária e de Vigário Geral (1993), os “arrastões” nas praias da Zona Sul (1992 e 1993) e a defesa da construção das piscinas nos CIEPS.

O segundo capítulo, batizado como *O Rio de Janeiro cidade do funk*, inspirado pelo artigo das professoras Adriana Lopes e Adriana Facina (2010), trouxe alguns elementos da Ditadura Civil Militar vivida nos subúrbios do Rio de Janeiro, em todas as suas adesões parciais, estratégias de sobrevivência, lutas no campo das identidades, entre outros aspectos. A busca por entender esse período de redemocratização esteve perpassada pelas narrativas constantes nos trabalhos que versam sobre o fenômeno do Black Rio. A ideia da afirmação negra via movimento Black Rio chocou-se, em alguns momentos para alguns sujeitos, com o imaginário da luta política anti-imperialista, por exemplo. Por isso, este segundo capítulo buscou entender tais movimentos juvenis de expressão artística negra e as marcas que seriam deixadas ao funk carioca.

Por fim, ainda nesse capítulo, adentro na década de 1990, para pensar a redemocratização e suas conquistas mais populares, logo confrontadas com as contrarreformas neoliberais, marcadamente sentidas pela juventude funkeira no Rio de Janeiro, especialmente no campo dos debates da segurança pública. Diversos autores discutiram a fruição artística diaspórica nas favelas cariocas nesse período,

minha intenção foi cotejar algumas dessas pesquisas e compreender de que forma a saída da ditadura em nossos moldes, a anistia que tivemos, os impactos da criminalização da pobreza marcante do neoliberalismo e a experiência brizolista no Rio de Janeiro forjaram o mundo funk carioca.

Ao falar do movimento funk, trouxe alguns elementos da criação do formato de festa baile funk, a ambiência desses espaços, a periodicidade dessas reuniões, as influências sonoras diversas e as transformações artísticas pelas quais o funk passou. Junto a esses aspectos, apresentei as interferências da conjuntura política carioca na manifestação cultural em questão e no trato com a juventude que a protagonizou. Sinalizei ainda o processo no qual as profissões de DJ e MC passam a figurar como horizonte para essa juventude e os movimentos de diálogo empreendidos por funkeiros e por agentes do Estado.

O terceiro capítulo, que recebeu por título *O Rio de Janeiro do Esperançar dos Homens lentos*, buscou alinhar algumas questões apresentadas nas subdivisões anteriores, propondo o entrecruzamento dos processos analisados a luz de dois conceitos chave: “esperançar”, como em Paulo Freire e “homem lento”, como em Milton Santos. Esse capítulo final buscou responder as questões da pesquisa por meio da observância da força do eleitorado carioca e da potência juvenil funkeira que se manifestava no Rio de Janeiro. Ainda nesse capítulo, trouxe algumas reflexões sobre a ideia de Estado e como a complexificação desse conceito pode contribuir para pesquisas sobre o funk.

Após essa apresentação, sigamos ao primeiro capítulo dessa dissertação.

1 O RIO DE JANEIRO QUE ELEGE BRIZOLA

As reflexões a seguir trazem duas expressões consagradas pelo povo carioca nos em dois momentos da periodização que analisarei, os anos de 1989 e 1994. Esse trabalho se insere em uma tradição de reflexões sobre o Rio de Janeiro no sentido em que busca entender o anseio por um “O tempo bem melhor pra se viver”, fortemente presente no ano de 1989, e seus anseios políticos de renovação democrática e justiça social. Ao mesmo tempo, fecho minha busca na tentativa de compreensão de outro anseio coletivo compartilhado, dessa vez pelos funkeiros, entoado na canção Rap da Felicidade, que diz: “*Eu só quero é ser feliz/ Andar tranquilamente na favela onde eu nasci*”, verso composto em 1994 e popularizado nos bailes de festival, presente desde então em muitos falares cariocas.

O hiato temporal que compreende essa pesquisa - 1982 a 1994 - é repleto de histórias prontas a serem destrinchadas e é a isso que vos convido. Sem esperar muitas correlações diretas e condicionamentos óbvios, convido meus leitores a uma busca cheia de possibilidades, como veremos. As múltiplas agências apresentadas mostrarão um Rio de Janeiro que se forjava politicamente a partir de um governo de inspirações trabalhistas e de um eleitorado prenhe de esperança, cenário interessante em nosso histórico nacional e local.

A proposta aqui é analisarmos esse momento vivido pela cidade do Rio de Janeiro com uma pluralidade de pontos de vista. Compreender a transição da Ditadura Civil Militar para a democracia exige entendermos os comportamentos sociais para além do binômio resistência-adesão, muitas vezes figurados por grupos militantes da guerrilha urbana em oposição aos militares. As ambivalências são marcas importantes das particularidades do nosso processo de transição democrática (SCHITTINO; CORDEIRO; 2016; RIDENTI, 2014).

Por isso, o entendimento dos autoritarismos no Brasil demanda de nós o estudo dessas complexidades de apoio explícito, tolerância, consenso, entre outros. No que diz respeito ao capítulo, cabe-nos pensar: O que a Nova República fez para reduzir as violências na sociedade brasileira? Fechando ainda mais a questão: O Rio de Janeiro buscou em algum momento desvencilhar-se, por meio de políticas de Estado, dessa tradição autoritária?

A história da sociedade brasileira é repleta de negações de direitos e imposições de violência aos povos que a erigiram e a Ditadura Civil Militar¹¹, como parte desse processo maior, expande alguns desses procedimentos a outros grupos. Desta forma, assim como chamou-me a atenção a presença negra nos movimentos da década de 1980¹², desperta-me a existência de movimentações juvenis, também majoritariamente negras, ligadas ao movimento *Black Rio*¹³ (LIMA, 2017; PEIXOTO, 2017). Mas, por enquanto, continuemos na percepção do fenômeno brizolista do Rio de Janeiro do início dos anos 1980.

Este capítulo inicial apresenta uma forma de entender o tratamento historicamente dispensado à juventude negra e pauperizada do Rio de Janeiro e uma possível reação política a ele, representada especificamente pelos governos de Leonel Brizola na cidade. Como parte dessa pesquisa, que deseja compreender a gestão da potência juvenil funkeira nos anos de 1982 - 1986 e 1991 - 1994 no Rio de Janeiro, este capítulo é um desenho do panorama fluminense a época.

Percorreremos desde um breve histórico do político em questão até o fim de seu segundo mandato, onde encontraremos a intensificação de investidas contrárias as suas políticas e episódios de violência que marcaram a memória carioca. Para isso, teremos as seguintes subdivisões: 1.1 *“Brisa nova!”: novidade político-cultural brizolista no Rio de Janeiro*; 1.2 *“Nestes o povo confia”: a candidatura de 1982 e seus aliados*; 1.3 *“Brizola na cabeça!”: votação em massa nas favelas* e 1.4 *“Um tempo bem melhor pra se viver!”: políticas para juventude popular*.

1.1 “BRISA NOVA!”¹⁴: NOVIDADE POLÍTICO-CULTURAL BRIZOLISTA NO RIO DE JANEIRO

Leonel de Moura Brizola... espera! Não vou começar assim. Se me permitem um adendo pessoal, antes de entrar na história mais factual dessa liderança gostaria

¹¹ Utilizarei o termo Ditadura Civil Militar por compreender que ele consegue traduzir melhor a complexa heterogeneidade de forças presente no processo do golpe de 1964. Estou ancorada para isso nas leituras de Dreifuss (1981) e Aarão Reis (2014).

¹² Em especial o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e o Movimento Negro Unificado (MNU).

¹³ Alcinha fornecida pela jornalista Lena Frias, em 1976, na matéria “Black Rio: Orgulho (importado) de ser negro no Brasil”, veiculada pelo Jornal do Brasil. Esse batismo causa discordância com relação ao ano de origem do movimento, conforme mostram pesquisas recentes (LIMA, 2017). A matéria está disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/144015. Acesso em: 20 jul. 2021.

¹⁴ Expressão utilizada em chamada de propaganda política veiculada em horário político convidando o eleitorado ao comício da campanha da eleição de 1990.

de contar-lhes uma história de família. Como comentei, nasci em 1993, portanto, na segunda metade do segundo mandato de Brizola no Rio de Janeiro. Minhas lembranças dessa figura inicialmente estão ligadas à audição do *jingle* político que dizia: “*lá, lá, lá, lá, lá, Brizola*”, repetido a exaustão pelas crianças da minha geração, que compuseram suas inúmeras adaptações e anedotas.

Uma segunda lembrança, porém, essa já proveniente de conversas da adolescência, me remete às falas de minha mãe e minha avó, que sempre diziam em tom de incompreensão: “seu avô era Deus no céu e Brizola na Terra”. Não tive a oportunidade dessa conversa com meu avô, mas, após seu falecimento, encontrei um recorte de jornal com a figura de Brizola atrás de seu retrato de casamento, sinal de filiação afetiva máxima, que eu só sabia existir via livros de história. Mas vamos a história desse sujeito que mobilizou populares como meu avô.

Agora sim. Leonel de Moura Brizola foi o único político brasileiro a ser eleito governador por dois estados diferentes em eleições diretas no Brasil – pelo Rio Grande do Sul, em 1958, e pelo Rio de Janeiro, em 1983 e 1991. Sendo essas últimas nosso foco de análise. O caçula de cinco filhos de um casal de camponeses do Vilarejo de Cruzinha, hoje interior de Carazinho (RS), nasce Itagiba, mas batiza-se por Leonel, nome que pega emprestado durante brincadeiras de criança de um revolucionário¹⁵ que lutou junto a seu pai na Revolução de 1923¹⁶. Seu pai foi assassinado nesse mesmo contexto revolucionário, quando Brizola tinha apenas um ano, e lhe deixou o sobrenome que lhe o popularizou nacional e internacionalmente.

A partir de então, cabe a dona Oniva, mãe de Brizola, a subsistência e educação de seus filhos. O caçula cria algumas estratégias para manter-se em colégios bons e emplaca uma série de profissões até que, aos 23 anos, em 1945, já distante de Carazinho, consegue ingressar na faculdade de engenharia de Porto Alegre (UFRGS) e aproxima-se mais e mais da militância política que marcaria para sempre sua vida.

¹⁵ Leonel Rocha, líder maragato que lutou a Revolução de 1923 contra o governo de Borges de Medeiros. “[...] Uma mistura de fantasia de criança e de brincadeira séria da vida.”, conforme Silva (2011). Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/de-itagiba-a-leonel/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

¹⁶ Movimento armado deflagrado no Rio Grande do Sul, em 1923, após a quinta reeleição do presidente de estado Borges de Medeiros. A luta foi travada entre os meses de janeiro e dezembro e envolveu os partidários de Borges de Medeiros - Ximangos - e revolucionários aliados a Joaquim Francisco de Assis - Maragatos. O conflito terminou com o Acordo de Pedras Altas, que conciliou interesses de ambos os grupos, mantendo Borges de Medeiros até o fim do mandato (1928), mas reformulando a constituição no ponto que dizia respeito a reeleição.

Na conjuntura da redemocratização, posterior ao Estado Novo, Leonel Brizola ingressa no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com a incumbência de organizar e a ala jovem do agrupamento. Dois anos depois, portanto em 1947, ainda universitário, elege-se deputado estadual pelo Rio Grande Sul. A opção trabalhista pareceu-lhe a mais sensata entre as que se apresentavam no quadro radicalizado do período e Getúlio Vargas tem papel decisivo nesse seu ingresso na vida pública. Ambos, o trabalhismo e a memória getulista, serão marcas de seu projeto político.

Em 1954 elege-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul e em 1958 elege-se para o governo do mesmo estado. Esta gestão é marcada por nacionalizações, pela criação do Instituto Gaúcho da Reforma Agrária e pela ênfase na construção de escolas¹⁷. O início do ódio das elites manifesta-se. O governador percebia no ramo da energia e das telecomunicações em seu estado um abuso por parte dos proprietários das empresas e por isso as encampa. As forças intervencionistas pró Estados Unidos voltam suas atenções para sua figura política. Já durante esse mandato apresentava um programa político pago na rádio Farroupilha, nele buscava prestar contas de seu mandato ao eleitorado, marca também sempre presente em sua trajetória.

Ganha destaque nacional quando, em 1961, desempenha papel de destaque na Campanha da Legalidade. Tal movimento visou garantir a posse do vice-presidente eleito pelo PTB, e cunhado de Brizola, João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros. Arquetou-se um esquema de golpe com o apoio dos militares, de modo a impedir a posse de Jango (apelido de João Goulart), que se encontrava em viagem diplomática na China comunista. Nesse momento, Brizola utiliza-se das rádios Farroupilha e Guaíba e cria a Cadeia da Legalidade, ampliando do nível local ao nacional suas transmissões com exortações para que haja resistência. Ao mesmo tempo, via telefone, faz contato com chefes do exército de diversos estados, buscando apoio a causa legalista. As manifestações populares de rua encontravam-se já em desenvolvimento em Porto Alegre, civis estavam dispostos a pegar em armas se preciso e elas lhes foram disponibilizadas. O Palácio do Piratini encontrava-se cercado por forças opositoras, Brizola dentro dele gritava na rádio que iria resistir.

¹⁷ Mais de 6000 escolas foram construídas no Rio Grande do Sul no período. Recentemente, o jornalista Caco Barcellos, em entrevista ao programa “Conversa com Bial” contou que estudou em uma dessas escolas e que lá ganhou seu primeiro par de tênis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tToYXOZ1wM4>. Acesso em: 20 jul, 2021.

Para não mais alongar-me mais nesse relato, que é apenas parte da vida política de Leonel Brizola, cabe dizer que foi encontrada uma solução conciliadora. Decide-se por um modelo de parlamentarismo híbrido, mantendo-se duas figuras de poder, o presidente e um primeiro-ministro. Três anos antes, inviabilizara-se a possibilidade de um golpe militar em nosso país e Brizola tem papel decisivo nisso. Por sinal, é interessante observar o aspecto do pluralismo ainda presente nas forças militares, elemento que passa a quase inexistir em períodos recentes. A insatisfação pela parte de Brizola é presente, mas ele acata a decisão de João Goulart, que prefere evitar um “derramamento de sangue”.

Brizola dá continuidade em seu governo, que se encerra em 1962, e se elege deputado federal pelo estado da Guanabara com votação expressiva. Um em cada quatro eleitores do antigo Estado da Guanabara votou em Brizola. Começa-se a consolidação de uma carreira política nacional, ambição tão perseguida durante toda a vida de Leonel Brizola em suas tentativas de eleição ao cargo presidencial. Porém, aproxima-se o golpe de Estado que ele havia freado três anos antes.

Novamente Brizola pretende resistir, mas logo percebe que seus esforços serão em vão. Aqui Brizola também se utiliza de pronunciamentos por meio do rádio para dialogar com a população, no caso a rádio Mayrink Veiga e a população do Rio de Janeiro. O condicionamento das forças, no entanto, está ainda mais desfavorável à João Goulart. O conjunto de tensões internacionais pós Guerra Fria encontra-se acirrado, as revoluções vitoriosas na China e em Cuba soam como ameaças aos conservadores. As independências asiáticas e africanas igualmente disparam um sinal de alerta a esses grupos. A corrida espacial dá o toque final a esse período de otimismo revolucionário e a resposta do receio conservador na América Latina se dá via golpes de Estado (BRAGA et al., 2004).

Além do cenário acima, acirram-se também nos Estados Unidos as lutas pelos direitos civis, marco que, como veremos na pesquisa, impacta diretamente na auto percepção dos indivíduos negros no Brasil. Mas, se teve uma pauta que foi presente no Brasil nessa primeira metade da década de 1960, foi a das Reformas de Base. Hoje, pode parecer-nos ousado, em alguma medida, falar em Reforma Agrária, mas a época essa pauta estava na ordem do dia. Havia um consenso entre direita e esquerda quanto a sua necessidade, a discordância, porém, estava no

modelo que deveria ser assumido – distribuição de terra entre famílias do campo ou modernização das grandes propriedades.

Goulart nesse momento estava à frente de um país que passava por sucessivas crises, greves, inflação. A população tinha a sensação de que o país não progredia por conta do parlamentarismo. Um plebiscito é convocado e decide-se pela volta ao presidencialismo, decisão essa que não refletia necessariamente uma adesão as propostas de João Goulart. Apresenta-se o Plano Trienal, composto por uma combinação de interesses que buscava contemplar grupos de diversos espectros políticos, no entanto, essa conciliação geral estava inviabilizada de acontecer na prática.

A crise social se intensifica, os movimentos à esquerda – movimentos pelas Reformas de Base - e à direita – Marcha da Família com Deus pela Liberdade - estão nas ruas. Nesse momento, já em 1964, João Goulart parece sinalizar uma inclinação maior ao grupo que defendia as Reformas de Base e há a marcação dos famosos comícios pelas reformas. O congresso, no entanto, permanecia predominantemente conservador.

Essa participação civil ajuda-nos a pensar o golpe fora do escopo estritamente militar. Para além de setores das forças armadas, empresários e grupos sociais diversos (eclesiásticos e midiáticos, por exemplo) embarcaram na defesa do país contra uma “ameaça comunista”. O compartilhamento de ideias conservadoras entre esses grupos alimentou a conspiração que já existia. Goulart em seu perfil conciliador opta mais uma vez por evitar conflitos. Os movimentos à direita passam a retórica de “defesa da Constituição”, enquanto acusam os movimentos à esquerda de deturpação à mesma. Estavam os movimentos à esquerda, no entanto, realizando movimentos pela defesa de reformas na Constituição, o que se sabe, é permitido e legítimo nas democracias.

Brizola parte para o Uruguai, onde dará início ao seu exílio de 15 anos. Junto de si vão sua esposa e filhos. De lá, comanda o primeiro movimento de resistência à ditadura, que ficou conhecido como Guerrilha do Caparaó. Pautado no foquismo de Guevara, uma aglutinação de grupos dispostos a uma resistência imediata, mas pouco organizada para realizá-la (RIDENTI, 2014). Já em 1965, o movimento encontra-se desarticulado e as relações entre Brizola e seu cunhado, João Goulart, homem de perfil conciliador, são rompidas (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015).

Em 1977, os militares uruguaios, no bojo da Operação Condor, enviam a Brizola uma instrução para que deixe o país. Brizola não titubeia, decide “testar a política de direitos humanos de Carter, buscando com sua manobra política, chegar aos EUA com a aprovação de asilo do próprio presidente americano [...]” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 31). Depois de uma contenda com passaportes, que eram tomados de exilados brasileiros. Tal acolhida indicava os sinais de esgotamento que as ditaduras do Cone Sul começavam a enfrentar. Dos Estados Unidos, Brizola articulava sua rede, visto que podia utilizar o telefone internacional. Aos poucos, as visitas brasileiras tornaram-se cada vez mais frequentes. O líder estava convencido a retirar seu apoio do MDB e fortalecer o PTB, sua intenção era agregar o maior número de pessoas à causa trabalhista no contexto da abertura política que se vislumbrava no Brasil.

Também nesse contexto, Brizola se aproxima do governo socialista de Mário Soares, em Portugal, para onde vai em 1978. Tinha o interesse em entender como sua proposta de retorno ao trabalhismo soaria internacionalmente. A partir desse encontro, “Um pequeno grupo de brasileiros alinhava-se com o moderado Partido Socialista de Mário Soares e algumas ideias começam a surgir sobre a ‘cadeira vazia’ que pudesse ser ocupada pelo Brasil na Internacional Socialista” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 58).

As pesquisas que li para desenvolver este trabalho indicam uma moderação com relação as reformas que Brizola pretendia realizar. O uso da palavra “moderação” não quer indicar aqui perda de radicalidade das propostas, mas uma adaptação na forma de realizá-las. Seu desejo de renovação do trabalhismo trouxe um compromisso com a defesa intransigente da democracia e dos partidos como vanguarda política no reestabelecimento de direitos políticos. A inspiração dos partidos sociais-democratas europeus foi importante nesse processo de defesa da Anistia brasileira e luta pelo trabalhismo.

Eis que se realiza em 1979, em Lisboa, o Encontro entre os Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio – o Encontro de Lisboa. Cerca de 140 brasileiros – entre trabalhistas, exilados, quadros recém-saídos do MDB e interessados no debate- reuniram-se para pensar a conjuntura brasileira e a proposta política de Brizola. Concomitantemente a esta agitação política, no Brasil, extinguiu-se o

bipartidarismo que historicamente fazia rivalizar ARENA e MDB. O cenário delineava-se bem aos anseios do grupo liderado por Leonel Brizola.

Deste encontro político, em seus embates entre as mais variadas vertentes de nacionalismo, socialismo e liberalismo à esquerda, nasce a Carta de Lisboa, que lista quatro prioridades, a saber:

- 1) salvar milhões de **crianças** abandonadas, condenadas à delinquência, bem como meio milhão de **jovens** que, anualmente, alcançam os 18 anos de idade, analfabetos e descrentes de sua Pátria;
- 2) buscar formas mais eficazes de fazer justiça aos **negros e índios**, que sofrem discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira;
- 3) dar a mais séria atenção às reivindicações da **mulher** brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados os seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora, e;
- 4) fazer com que todos os brasileiros assumam a causa do **trabalhador do Norte e do Nordeste**, espoliados tanto por sua economia local obsoleta, como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da Federação e do próprio Governo Federal. (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 103 grifos nossos)

Com esta plataforma, que tem nos grupos destacados importância, busca-se refundar o PTB. Apresenta-se uma proposta de conciliação de interesses diversos, mas que não renunciava a defesa de um nacionalismo progressista de reformas estruturais. Entretanto, um episódio envolvendo a herdeira de Vargas, Ivete Vargas, faz com que uma luta judicial seja travada pela sigla do PTB e o saldo para Leonel Brizola nesta disputa não seria positivo¹⁸.

Após a promulgação da Anistia, em agosto de 1979, Brizola se prepara para um desembarque no Brasil com os elementos de sua mística. “Para chegar ao Rio, fez o percurso desde Nova York, passando por Assunção, São Borja e Porto Alegre: foram 23 dias nesse retorno de meandros” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 199). Em 7 de setembro, um pequeno avião aterrissa na “porteira da História”, como ele costumava adjetivar a cidade de São Borja, celeiro de tradições gaúchas do trabalhismo. Ao lado do túmulo de Getúlio Vargas, Brizola faz seu primeiro pronunciamento, seguido de uma visita ao jazigo da família Goulart. A tradição de reverência a esses personagens será levada por toda a vida pública de Brizola.

¹⁸ Com a confirmação da perda da sigla, em meados de 1980, o Jornal do Brasil publicou um trecho de Carlos Drummond de Andrade que dizia: “Vi um homem chorar porque lhe negaram o direito de usar três letras do alfabeto para fins políticos. Vi uma mulher beber champanha porque lhe deram esse direito negado ao outro.” Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/6751. Acesso em: 20 jul, 2021.

Acontece então seu desembarque em terras cariocas. Ao mesmo tempo em que é recebido com empolgação por grupos de apoiadores no aeroporto, depara-se, um mês depois, com um atentado à bomba em seu apartamento, na Zona Sul carioca. A mídia e o próprio Brizola optaram por não dar tanta ênfase ao episódio. Este apartamento ainda não era a residência em que a família viria a fixar-se, também na Zona Sul do Rio de Janeiro, em Ipanema, um misto de casa, escritório, local de concentração de apoiadores e alvo de grevistas, servia também como espaço para recepção de interessados no diálogo com Brizola. Este local me foi apresentado quando se realizou uma manifestação em defesa do mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016. Neste dia, a mencionada manifestação concentrou-se “em frente à casa do Brizola”.

Pouco a pouco, Brizola passa a pegar mais nos microfones. Com seus calculados passos não desejava inflamar as multidões de imediato. Refazia-se nos encontros de militância e fortalecia a ideia do novo partido. A carta de Lisboa era um norte. Até que amadurece a decisão de candidatar-se ao governo do Rio de Janeiro, no ano de 1982, naquela que seria a primeira eleição do período da redemocratização brasileira.

Sua experiência política, retórica e sabedoria no uso das cadeias de rádio e televisão lhe conferiam certa vantagem. Apesar disso, as pesquisas iniciais lhe foram desanimadoras, o que não o fez baixar os ânimos, pois apostava nos debates da TV. Brizola desenhava uma estratégia de conquista de diversos setores, conforme veremos melhor na próxima seção.

1.2 “NESTES O POVO CONFIA”¹⁹: A CANDIDATURA DE 1982 E SEUS ALIADOS

Em 15 de novembro de 1982, em turno único, ocorria na cidade do Rio de Janeiro o pleito que concederia o cargo de governador a Leonel Brizola. Rememoro a data aqui no início dessa seção para trazer o olhar do meu leitor para outro episódio. Em 30 de setembro deste mesmo ano, foi publicada na capa do Jornal do Brasil a fotografia de Luiz Mourier, que estampava sete homens negros amarrados pelo pescoço. Segurando a corda que os amarrava estava um oficial da Polícia Militar, que possuía um par de algemas à cintura. O registro se deu após uma *blitz*

¹⁹ Frase presente em cartazes da campanha de 1982, onde figuravam junto à Brizola, Darcy Ribeiro e Saturnino Braga

policial, denominada Operação Peneira, nos morros da Coroa e Cachoeira Grande, no Engenho Novo. A seguir o registro:



Figura 7 - Fotografia de Luiz Mourier para reportagem do Jornal do Brasil
Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional²⁰

A imagem acima, como aponta a legenda da fotografia na publicação, relembra os registros de Debret com relação aos povos escravizados em nosso país, o que a muitos chocou imediatamente, como veremos. Os moradores do local e parentes das vítimas dessa abordagem seguiram um protocolo que, amargamente, vemos acontecer ainda em 2021: a alegação de que “são trabalhadores” e o recurso à apresentação da carteira de trabalho, por vezes marcada pela ausência de emprego, como salvo conduto frente à acusação de vadiagem e suspeição generalizada da existência de antecedentes criminais.

Evoco esses dois episódios – a eleição de Brizola e a reportagem jornalística - e a eles somo um terceiro, que ocorreu no dia seguinte, portanto, primeiro de novembro de 1982. Neste evento um grupo de militantes reuniu-se na Candelária, ainda na parte da manhã, para denunciar o fato do dia anterior. O protesto teve o protagonismo de Marcos Romão, sociólogo e à época militante do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), que afirmou sobre o episódio, anos depois, ao canal CULTNE:

Naquele dia mesmo que aconteceu, que foi tirada essa foto, uma amiga minha, a assistente social Maria do Amparo, soube daquilo e me avisou.

²⁰ “‘Batida’ da PM em morros lembra gravura colonial”, por J. Paulo da Silva. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/50438. Acesso em: 20 jul. 2021.

Nos preparamos lá no Instituto de Pesquisas da Cultura Negra e no dia seguinte, de manhã cedo, compramos o jornal assim que ele saiu nas bancas e descemos aqui para a Cinelândia. Éramos mais ou menos umas cinco ou seis pessoas naquela hora, oito ou nove horas da manhã, vestidos de paletó e gravata, só que em vez de uma gravata nós trazíamos uma corda amarrada ao pescoço e pendurada nessa corda a foto desses jovens negros amarrados pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. **Esse momento foi um momento de mudança para o país e para o negro brasileiro.** Pela primeira vez nós saímos da invisibilidade, do racismo que nós sempre falávamos que existia, mas que nesse momento foi exposto para o mundo todo. Foi um dos momentos de minha vida pessoal mais importantes. Chegamos aqui embaixo, na Cinelândia, e anunciávamos a todo tempo: “nós vamos para a OAB, nós vamos para OAB!” E foi juntando gente, até chegar mais ou menos a umas cinco mil pessoas, Maria Alice atrás de mim, sempre me dando força. E o que aconteceu? Na hora que a polícia esperava que nós fôssemos para a OAB, ali do outro lado da Avenida Rio Branco, nós pegamos a esquina para esquerda e fomos para a rua da Relação, onde tinha a Central do DOPS e a Central da Polícia do Rio de Janeiro, que era comandado por um comandante do Exército, uma pessoa chamada Cerqueira, que não apareceu. Ele mandou o chefe do Comando Maior, que era um **outro Cerqueira e que era negro.** Foi muito interessante a nossa conversa porque junto com representantes da igreja, da comunidade judia, da comunidade muçulmana, da sociedade brasileira, que veio nos apoiar naquela hora, **nós conseguimos que os PMs fossem punidos e principalmente que mudasse a própria eleição da cidade.** Até aquele momento o candidato da oposição tinha 17% de votos e, depois dessa ação nefasta da PM do Rio de Janeiro, ele passou a ter mais de 30% dos votos (CULTNE, 2013, on-line, grifos nossos)²¹.

A escolha desse registro de fala, e dos destaques que dei, tem a intenção de iniciar uma mirada que perseguirei nesta pesquisa: a presença dos elementos raciais no contexto político-cultural observado. O protesto contou também com a presença de outros integrantes do movimento negro, como: Carlos Alberto Medeiros, Eustáquio José Rodrigues, Justo de Carvalho, Carlos Negreiro, entre outros. Ressaltar o papel da intelectualidade negra nas formulações de falas públicas é importante para entender diversos aspectos que povoaram a década do centenário da abolição da escravidão, mas, também, para pensar a interlocução necessária entre o futuro governador do Rio de Janeiro e esses grupos.

A menção ao Cerqueira²², homem da institucionalidade e “que era negro”, indica-nos pista valiosíssima sobre essa PM. Veremos a diante que, ao mesmo tempo que a truculência policial mudou inicialmente “a própria eleição da cidade”, conforme fala acima, os atos violentos de alguns dos agentes dessa corporação,

²¹ “CULTNE – Bastidores da Violência Policial de 1982 – Marcos Romão”. Disponível em: <https://acervo.cultne.tv/movimentos-sociais/vidas-negras-importam/203/violencia-urbana/video/1358/bastidores-da-violencia-policial-de-1982-marcos-romao>. Acesso em: 20 jul. 2021.

²² Carlos Magno Ernesto Nazareth Cerqueira (1937 – 1999), policial, intelectual, primeiro Comandante-Geral negro da Polícia Militar, pioneiro na formulação do policiamento comunitário do Brasil, filiado ao PDT e Secretário de Polícia Militar nos governos Brizola no Rio de Janeiro.

insatisfeitos com os comandos que vinham recebendo, viria a inviabilizar, junto a outros setores²³, a plena gestão do governo do Estado por parte da equipe eleita. Este aspecto será mencionado melhor em outro momento e tem-se ancorado em valorosas pesquisas sobre essa imprescindível figura histórica (SILVA, 2016; SILVA, J., 2020).

Fiquemos, porém, com esse registro inicial sobre uma política de segurança que contou com a presença de um comandante que se percebeu como:

[...] um negro que não foi preso, não foi assassinado e não correu da polícia. Sou um negro que correu para a polícia²⁴ e que “não viu problema nenhum em levar o funkeiro Rômulo Costa ao quartel para conversar com os policiais sobre o fenômeno do funk nos anos 90 (SILVA, J., 2020, p. 12).

Todo este preâmbulo e emaranhado de acontecimentos não deseja simplificar os processos e aludir apenas a um fenômeno - no caso, o vigor do movimento negro no período - para explicar a primeira eleição do período da redemocratização. Mas, essa relevância me intrigou. Outros movimentos, que não os que traziam debates raciais, participaram dessa chegada ao poder de Leonel Brizola. Há fontes que mencionam a importância de artistas da Tropicália (RIDENTI, 2014), outros registram a importância da retórica do candidato nos debates no programa *O Povo na TV*, da emissora SBT (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015).

Portanto, voltemos agora ao pleito que elege dez governadores da oposição ao regime, sendo nove do PMDB e um do PDT - Leonel Brizola. Esta eleição foi marcada por dois processos: uma fala de Brizola que buscava apresentar-se como única verdadeira oposição e a “carnavalização”²⁵ de sua campanha.

O primeiro aspecto leva-nos necessariamente à análise dos concorrentes de Brizola. O candidato enfrentaria: Lysâneas Maciel, pelo Partido dos Trabalhadores (PT); Miro Teixeira, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Moreira Franco, pelo Partido Democrático Social (PDS); e Sandra Cavalcanti, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A retórica brizolista operou da seguinte maneira:

[...] No início de 1982, os candidatos ao governo do estado formavam um cenário peculiar. Moreira Franco era o candidato do PDS, o Partido Democrático Social, para onde haviam se deslocado os integrantes da ARENA quando do fim do bipartidarismo. Lysâneas Maciel era o candidato do Partido dos Trabalhadores, o PT, originário das greves da década de

²³ Como veremos, os conglomerados de comunicação, em especial os veículos das organizações Globo, terão destacado papel neste embate.

²⁴ Registro memorialístico do ano de 1998, constante na pesquisa de Silva (2020).

²⁵ Termo utilizado por Trajano Sento-Sé (2002).

1970 em São Paulo. O PTB apresentava como candidata Sandra Cavalcanti, herdeira do lacerdismo. Miro Teixeira era o candidato do PMDB (após sua fusão com o Partido Popular, o PP, para onde haviam migrado os políticos chaguistas). [...] Brizola denunciava ao eleitorado carioca e fluminense que os candidatos representavam a continuidade do regime autoritário: Sandra pela sua relação íntima com os golpistas, Miro por representar a continuidade do chaguismo e Moreira por ser o candidato do PDS. Com essa estratégia, conseguiu aglutinar em torno de si os votos que representavam a insatisfação com o regime civil-militar (OAKIM, 2019, p. 27).

De fato, Brizola consegue aglutinar esse grupo de insatisfeitos e faz mais, consegue se articular com a massa de trabalhadores urbanos da cidade. Se Getúlio em suas campanhas focou no trabalhador da indústria, coube a Brizola no Rio de Janeiro focar nos trabalhadores pauperizados, entregues as variações da economia na década de 1980. Conforme veremos na sessão seguinte, algumas regiões deram-lhe votações mais expressivas que outras e esses são dados importantes para uma pesquisa que deseja pensar a juventude funkeira.

Vamos para festa, ainda que no âmbito eleitoral. Falarei agora sobre o segundo aspecto que trouxe, a carnavalização. Mas, antes dele, creio que seja necessário trazer um tema até aqui não explorado, o “Socialismo Moreno”. Desde o período do exílio, quando se começa a aventar a reconstrução do PTB e a realizar-se os encontros que culminam na Carta de Lisboa, inicia-se uma reflexão acerca da proposta social-democrata/ socialista que se pretendia apresentar aos brasileiros. Seu candidato à vice na chapa de 1982, o antropólogo Darcy Ribeiro, cunha a expressão “Socialismo Moreno” para tentar traduzir os pontos encampados pelo programa pedetista para o Rio de Janeiro.

Com a criação do partido e a atuação de sua liderança no Rio de Janeiro, acompanhamos gradualmente a construção de um discurso cada vez mais brizolista. Não quer dizer aqui que se tenha abandonado o trabalhismo histórico ou a admiração pelas figuras de Getúlio Vargas e João Goulart, tampouco o grupo estava rejeitando as reformas de base. Porém, algumas questões careciam ser colocadas de outra forma, mais palatável a população urbana carioca do período e não tão agressiva aos ouvidos conservadores.

Ainda sobre o “Socialismo Moreno”:

[...] O moreno conferia uma cor local à ideologia socialista. Denotava a importância de não se adotar o socialismo como uma doutrina exógena, importada. [...] Máximas, como o socialismo moreno, fundaram práticas discursivas que erigiram uma estética nacional, em que o herói é negro ou

mulato, pobre, morador de favelas e periferias das grandes cidades (SENTO-SÉ, 2002, p. 93-94).

Voltemos agora à “carnavalização”. A agilidade de raciocínio e a retórica de Brizola já foram sinalizadas aqui. Igualmente, sua experiência em se colocar nos debates públicos em variados meios foi mencionada. Um outro ponto da campanha de 1982, não mencionado até agora, foi a candidatura de personalidades populares e pouco familiarizadas com a institucionalidade dos partidos políticos²⁶, que em suas aparições públicas denotavam certa falta de compreensão do processo eleitoral, mas traziam forte diálogo com a população que se pretendia eleitora do projeto brizolista.

Associado a isso, contava-se com os slogans espirituosos lançados por Brizola, como o que se encontra no título dessa pesquisa²⁷ e os que estão nos subtítulos das sessões desse capítulo. A presentificação territorial dessa carnavalização deu-se na ocupação da Cinelândia por militantes brizolistas, que a essa altura já haviam batizado a praça como Brizolândia. Um dos feitos de Brizola foi fazer da subversão do riso parte de sua retórica política (SENTO-SÉ, 2002).

A vitória se deu e o primeiro mandato de Brizola à frente do governo do estado do Rio de Janeiro vai de 01/02/1983 até 31/01/1987. O candidato recebeu 1.709.264 votos, totalizando 34, 17% do eleitorado, enquanto seu adversário, Moreira Franco, recebeu 1.530.728 votos, totalizando 30, 60% do eleitorado. Sobre o resultado:

A política é, por natureza, surpreendente e cheia de nuvens, que se movem com rapidez ou param. Nas eleições de 1982 para governador, a sociedade indignada superou a realidade das máquinas e dos poderes consolidados no estado nos últimos 20 anos. Sem estrutura partidária forte, Brizola, através de sua comunicação, levantou o eleitorado carioca, identificado como o candidato da oposição, “paralisando o PT e perturbando profundamente o projeto de campanha do Sr. Miro Teixeira”. Além de ter derrotado a máquina do governo federal colocada à disposição do candidato do PDS: foi uma vitória incalculável, mas cujas consequências para os cálculos políticos a partir daí seriam de grande peso (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 243).

A eleição é marcada ainda por uma tentativa de fraude na contagem dos votos, atribuída ao SNI e ex-agentes da repressão, o episódio da Proconsult

²⁶ Três desses nomes foram: Agnaldo Timóteo, Carlos Imperial e cacique Juruna.

²⁷ O slogan “Brizola na cabeça”, por exemplo, fazia referência a prática quase centenária, à época, do Jogo do Bicho. Ganhar “na cabeça” equivale a ganhar o prêmio máximo, acertando todas as dezenas da loteria animal, extremamente popular e, ainda hoje, ilegal. Para mais detalhes, ver Magalhães (2011).

(OAKIM, 2019; BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015). O Tribunal Regional Eleitoral precisou realizar uma nova contagem dos votos e a figura do jovem político Cesar Maia teve destaque no desmantelamento desta tentativa de golpe. Sobre esse episódio, temos a contribuição da historiadora Juliana Lessa, que nos aponta que:

[...] o principal inimigo em comum - e que mais interessa aqui - era Leonel Brizola, o qual, desde os anos 1960 vinha atuando a favor das reformas de base e que, em 1982, se candidatou ao governo do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Segundo Arêas, a empresa contratada para computar os votos - Proconsult - possuía vínculos com o Serviço Nacional de Inteligência e tentou fraudar as eleições, subtraindo votos de Brizola e computando primeiramente as urnas favoráveis a Moreira Franco, candidato pelo Partido Democrático Social - o qual após o fim do bipartidarismo, herdou os quadros políticos do partido oficial dos governos ditatoriais, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). De acordo com o historiador, os veículos das Organizações Globo atuaram no caso com o intuito de conferir legitimidade ao pleito, criando uma 'opinião pública' favorável a Moreira Franco. Alguns anos depois, em 1987, Roberto Marinho assumiu, em entrevista ao jornal estadunidense *The New York Times*, que tentou inviabilizar a eleição de Brizola. João Arêas citou um trecho dessa entrevista, em que o mandatário da maior empresa de comunicação do Brasil afirmou textualmente que buscou intervir no processo eleitoral: *“Em um determinado momento me convenci que o Sr. Leonel Brizola era um mau governador. Ele transformou a cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro em uma cidade de mendigos e vendedores ambulantes. Passei a considerar o Sr. Brizola daninha e perigoso e lutei contra ele. Realmente, usei todas as possibilidades para derrotá-lo nas eleições”* (VIEIRA, 2020, p. 77-78).

As ações preliminares e a própria campanha da eleição de 1982 denotam uma busca por diálogos com diversos grupos. Conforme vimos em algumas narrativas, Brizola abriu interlocução com universitários, com a classe média, com militantes socialistas do Brasil e do exterior, com militantes e intelectuais do movimento negro, com artistas e com a população civil, em especial, a residente das áreas mais empobrecidas.

No livro *Em busca do povo brasileiro*, Marcelo Ridenti (2014) apresenta-nos as aproximações de artistas do movimento Tropicalista (Caetano Veloso, Gilberto Gil, José Celso Martinez Corrêa, Gilberto Vasconcellos e Capinan) com o ideário de Brizola desde os anos 1960 até 1990. Entre adesões e recusas, o autor trabalha com o conceito de “pêndulo radical tropicalista”, opondo a “esquerda radical nacionalista, liderada por Leonel Brizola, e a inspirada na esquerda acadêmica cosmopolita”, referindo-se a Fernando Henrique Cardoso.

No período da redemocratização, ambos os candidatos receberam apoio dos tropicalistas, o que faz com que esse autor passe a falar em “pêndulo integrador”.

Segundo ele: “O pêndulo então seria entre duas vertentes atualizadas de um velho conflito na política brasileira, entre trabalhismo e liberalismo, ambos modernizantes.” A seleção desses trechos busca trazer nossa reflexão para esse discurso partilhado entre parte do eleitorado mais intelectualizado de Brizola. O reconhecimento de artistas mesclou uma espécie de “romantismo revolucionário”, que estava sempre em busca do brasileiro em sua originalidade e pureza, associado aos valores nacionalistas exaltados pela tradição trabalhista e brizolista (RIDENTI, 2014).

Outro grupo com o qual estabeleceu-se o diálogo, e aproveito agora para retomar o início da seção, foi o dos militantes e intelectuais do movimento negro. A referida manifestação, ocorrida em 1982, sinaliza a existência de algum nível de organização à época com relação aos debates raciais no Brasil. Pretendo agora trazer duas figuras que, a meu ver, são representativas desse estreitamento de laços entre a proposta brizolista para o Rio de Janeiro e o debate racial - Abdias do Nascimento e Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Estas duas personalidades históricas encontram-se com o projeto de Leonel Brizola já no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. São trajetórias de vidas distintas e que levam a um auto entendimento racial também distinto. Um artista, outro coronel da PM. Ambos associados a esse movimento de “esperançar”²⁸ brizolista.

Aliás, vale mencionar que minha primeira leitura de Abdias do Nascimento se deu no momento de desenvolvimento desse mestrado. É lamentável que eu tenha levado 28 anos para conhecer autor de tal importância para meu país, o que desvela certo silenciamento. Abdias do Nascimento, que no prólogo de sua obra “O genocídio do negro brasileiro”²⁹ se autodeclara “um sobrevivente da República dos Palmares” (NASCIMENTO, 2016), teve seu primeiro encontro com Brizola ainda no exílio e mais tarde, na década de 1990, viria a compor o segundo governo de Brizola, atuando na Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras.

Esse encontro inicial, ocorrido em 1978, em Nova York, imprime marcas profundas naquele que viria a ser o PDT atuante no Rio de Janeiro dos anos 1980 e 1990. “Uma nova vertente do trabalhismo também ali nascia” (BRIGAGÃO;

²⁸ Utilizo aqui o termo na acepção Freireana e pretendo desenvolver melhor essa noção de “esperançar brizolista” no terceiro capítulo desta pesquisa.

²⁹ Obra publicada no Brasil em 1978, que apresenta as contribuições de Abdias do Nascimento no Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac/ Fesman), realizado em Lagos, Nigéria, em 1977. O texto endossa a visão de inexistência de uma Democracia Racial no Brasil.

RIBEIRO, 2015, p. 164). Sobre esse momento e com relação ao diálogo de Brizola com expoentes da intelectualidade negra brasileira, temos:

[...] Conversou com Abdias sobre o assunto da discriminação racial no Brasil, ouviu-o atentamente, e em sua cabeça foi sedimentando as noções que para ele eram novidades sobre o caráter racista das desigualdades econômicas existentes no Brasil.

Brizola guardava ainda a visão mais tradicional da questão da desigualdade, em que dominava o caráter socioeconômico, sem que a questão racial fosse incluída. Num segundo encontro, em 1979, juntou-se a Abdias a nova liderança negra no Rio, Lélia Gonzalez. Atravessaram a noite discutindo o significado do trabalho do negro na construção da nação, e foi aí que Brizola entendeu melhor o assunto: o negro, pelo seu trabalho escravo, exploradamente gratuito – portanto, sem o salário que pudesse justificar a sua mais-valia -, era o grande construtor dos bens de produção do Brasil Colônia e do Brasil Império.

Mesmo no Brasil República o negro continuava a ser discriminado racialmente, além da discriminação econômica vivida por todos os pobres. E foi ali que a questão negra entrou na agenda principal do trabalhismo (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 165).

O estabelecimento dessa conexão é muito importante por diversas razões, mas uma delas me causa maior interesse. Conforme veremos no segundo capítulo dessa pesquisa, Abdias do Nascimento em seu olhar sensível para com os movimentos culturais afro diaspóricos brasileiros percebeu e anunciou que via potência nos movimentos dos bailes de música *soul* que se desenvolviam nos subúrbios do Rio de Janeiro, contrariando diversos grupos que condenavam e viam aquelas manifestações como festas vazias de significados e importadoras de estrangeirismo (NASCIMENTO, 2016).

Portanto, me parece que essa aliança de olhares refinados para a situação brasileira é rica em possibilidades de realizações políticas voltadas para a juventude negra, o que veremos, tenderia a acontecer no Rio de Janeiro em alguma medida nos governos Brizola. Pensemos agora na segunda figura mencionada, o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira.

O nome de Cerqueira já havia sido mencionado nesta pesquisa, no início dessa seção, por meio da fala do militante Marcos Romão, que o identificou como uma pessoa que ocupava um cargo de comando nas forças de polícia do Rio de Janeiro e era negro. Esta sinalização tem sua razão de ser, pois ele foi o primeiro comandante negro da Polícia Militar em seus então 174 anos de existência. Trabalhos importantes, como, Silva (2016) e Jefferson Silva (2020), e os próprios registros deixados por Cerqueira (1968, 1977) têm colaborado para uma análise da

relevância das iniciativas empreendidas sob seu comando como secretário da Polícia Militar nos dois mandatos de Leonel Brizola.

Cerqueira, além de policial, formou-se em filosofia, tendo aliás dividido as salas de aula com Lélia Gonzalez (SILVA, J., 2020), na antiga Faculdade do Estado da Guanabara, hoje UERJ. Posteriormente, em fins dos anos 1960, cursou Psicologia, na Universidade Gama Filho. Tais informações podem dar a entender que havia um diálogo franco entre esse personagem e sujeitos atrelados à intelectualidade e militância no período. É verdade que havia uma inflexão de Cerqueira para as trocas com o meio acadêmico, marca que fica patente nas publicações de revistas da corporação e na realização de constantes seminários de formação. Porém, muita contenda também existiu com aqueles que esperavam dele uma postura militante em moldes específicos e não encontraram tal ressonância.

É importante dizer ainda que, no começo do seu primeiro mandato, Brizola extingue a secretaria de segurança que concentrava as polícias militar e civil, ambas subordinadas ao Exército. Criam-se a partir daí duas secretarias distintas, o que contribuiu para refrear minimamente a influência de agentes ligados ao regime militar, ainda ocupantes de cargos de comando no Exército, e possibilitou que policiais chegassem a cargos de mais elevado prestígio. Esse rearranjo pedetista confluía com as reflexões de Cerqueira acerca de uma reestruturação da Polícia.

Aos poucos, iniciativas importantes começam a acontecer. Exemplos são: a criação do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos e a realização de palestras nos quartéis com integrantes do movimento negro. Cerqueira parece sentir certo incômodo em ser visto por militantes negros como um negro que não se enxergava enquanto negro e, entendendo-se cada dia mais imerso na proposta do socialismo moreno, apesar de sua costumeira discrição com as palavras, empreende uma série de mudanças paulatinas na complexa corporação da Polícia Militar carioca. (SILVA, J., 2020)

Conforme veremos em outro momento, a gestão da Segurança Pública foi um dos marcos dos governos de Brizola no Rio de Janeiro. Para além das narrativas negativas presentes no imaginário carioca acerca da atuação da Polícia Militar nos anos brizolistas, pretendo trazer uma reflexão que coloca a empreitada compartilhada por nomes como Leonel Brizola, Nilo Batista e Nazareth Cerqueira em

lugar de destaque no debate das “tentativas punitivas e policiaiscas que o capital videofinanceiro preparava para as gestões ‘democráticas’” (BATISTA, 2012, p. 5).

É incrível que, cerca de 30 anos depois dessa tentativa de uma política de segurança mais humanizada, permaneçam necessárias pesquisas acadêmicas como a de Marielle Franco³⁰, que afirmam:

[...] Outras conquistas fundamentais devem ser construídas para uma alteração da política em curso, que acabe com os constrangimentos, desrespeito e repressão pelas quais passam os moradores. A desmilitarização da polícia é a principal reforma para alteração desse quadro, mas não é a única. Precisa-se já conquistar uma alteração da prática do Estado nesses territórios: a entrada por meio de direitos e equipamentos de políticas públicas e não por meio da polícia; a criação de espaços de diálogo e decisão dos moradores; o respeito às regulações criadas pelos moradores nos espaços de favelas e periferias. Essas são ações que podem ser alteradas em nível estadual e não dependem de profundas reformas de leis em nível federal (FRANCO, 2018, p. 124).

Ao mencionar e citar Marielle Franco, gostaria de registrar neste trabalho as circunstâncias ainda pouco esclarecidas que envolvem a morte do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, quando já era vice-presidente do Instituto Carioca de Criminologia, ao ser baleado em um saguão de hotel no dia 14 de setembro de 1999 por um sargento da Polícia Militar carioca.³¹

Pretendi nesta seção trabalhar algumas alianças que se estabeleceram no período e mostrar que elas influenciaram a nascente política brizolista, voltada ao ordenamento do Rio de Janeiro. Desses encontros, creio eu, saíram todos os envolvidos transformados em suas compreensões acerca de militância, governabilidade, pautas específicas, atuação pública, entre outros. A seguir, buscarei mostrar a interlocução dessas propostas com a população que elegeu o projeto político em questão.

³⁰ Socióloga, vereadora eleita, “cria” do Complexo de favelas da Maré, funkeira, lésbica, mulher negra, barbaramente assassinada em um crime de ódio com investigação ainda inconclusiva, mesmo após 4 anos de sua execução. Marielle desenvolveu a dissertação com o tema candente das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), em 2014, na Universidade Federal Fluminense. A dissertação tornou-se o livro: *UPP: a redução da favela a três letras – Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*.

³¹ Para saber mais, ver: PEREIRA, 2016, pp. 268 – 270.

1.3 “BRIZOLA NA CABEÇA!”: VOTAÇÃO EM MASSA NAS FAVELAS

O grito/exortação jocoso presente no título do item *Brizola na cabeça*, foi uma expressão de duplo sentido popularizada na campanha de 1982 ao governo do Rio de Janeiro:

[...] criado para assinar um boné de campanha pelo jornalista Wagner Teixeira. Bocayuva Cunha, ex-parceiro de Samuel Wainer, no Jornal Última Hora, que, metido num safári gelo, andava pelas ruas, megafone à mão, repetindo este bordão que se fundava na **maneira popular de anunciar ou prever o resultado do jogo do bicho**. Mas poucos ainda eram capazes de saber que bicho ia dar na cabeça naquele jogo. Este slogan, aliás, serviria, anos depois, para insinuar que Brizola estaria utilizando “Brizola na cabeça” para sensibilizar quem **cheira cocaína**. Inverossímil? Quem assistiu aos movimentos de difamação dirigidos a ele sabe que esta foi apenas umas das intrigas que lhe fizeram. Com o próprio jogo do bicho foi assim: acusaram-no de tolerância e até de ser apoiado pela contravenção, enquanto era seu adversário, Moreira Franco, quem ganhava, na companhia do próprio Presidente Figueiredo, os requebros e a simpatia de grupos de sambistas da Mocidade de Padre Miguel, de Castor de Andrade, e da Beija-Flor de Nilópolis, esses liderados por Aniz Abrahão David (BRAGA et al., 2004, p. 122-123).

Compreender, portanto, os jogos semânticos ambíguos da linguagem política carnavalizada no âmbito do trabalhismo brizolista carioca é um elemento importante para captar camadas dessa experiência política. Ademais, o diálogo com experiências ultra enraizadas, como a loteria animal praticada desde os tempos do Império, ainda hoje marcada pelos signos da ilegalidade e da popularidade, denotam certa disposição à compreensão das práticas cotidianas dos trabalhadores cariocas.

Esta seção, particularmente, me deixa muito contente em fazê-la, pois nela conseguirei trazer para meu universo de produção acadêmica algo que até então não havia conseguido: a Zona Oeste do Rio de Janeiro. Conforme relatei na introdução, minha pesquisa na graduação dedicou-se a pensar um território de favela localizado na Zona Sul da cidade, o que me foi ótimo, pois me apresentou uma realidade que eu desconhecia – nunca havia visitado uma favela na Zona Sul e mesmo uma favela não plana, como é o caso do Chapéu Mangueira. Porém, é sempre bom falar sobre os nossos espaços de sociabilidade, colocá-los no circuito do saber acadêmico de alguma maneira.

A oportunidade que aqui se apresenta é a de refletir um pouco mais sobre os lugares que conheço, suas relações com a política representativa e o fenômeno brizolista. Foi durante a pesquisa que descobri a expressiva votação recebida por Leonel Brizola em locais onde meus pés pisam. A própria relação do meu avô, já

mencionada, poderia ter me indicado pistas nesse sentido, mas não aconteceu assim. Vamos então para os dados do pleito.

Como foi apontado anteriormente, a diferença entre o primeiro candidato e o segundo foi relativamente pequena - 34,17% X 30,60%. No entanto, tal tendência não se verificou na cidade do Rio de Janeiro, onde:

[...] a diferença entre Brizola e Moreira Franco é bem maior, quase o dobro: com 1.075.950 contra 611.376 votos, Brizola conquista 41,38% do eleitorado, enquanto seu adversário somente 23,51%. Se analisarmos o espaço da cidade, Brizola é vitorioso principalmente na zona oeste e norte, destacando-se as zonas eleitorais de Barra da Tijuca, Bangu e Santa Cruz, onde conseguiu cerca de 85% dos votos. Surpreendentemente, Moreira Franco também teve sua maior votação em duas zonas eleitorais em que Brizola também teve sua maior votação: Barra da Tijuca e Santa Cruz, com cerca de 35% dos votos. Moreira derrota Brizola somente em duas zonas eleitorais, Ipanema e Flamengo (OAKIM, 2019, p. 31).

A observação dos mapas eleitorais não deseja, no entanto, trazer uma aura de tranquilidade ao primeiro mandato de Brizola. A década de 1980, para além da reabertura democrática, trouxe muitas incertezas aos trabalhadores brasileiros, inclusive, muitos deles moradores dos territórios da Zona Oeste. No entanto, é impressionante observar o depósito de confiança que foi dado ao projeto brizolista nesse momento. Considero pertinente, à luz de todos os aspectos que já discutimos - a Carta de Lisboa, a refundação do trabalhismo com toques cada vez mais brizolistas, o Socialismo Moreno pedetista, a carnavalização eleitoral, o diálogo com diversos grupos políticos – pensarmos a existência de um movimento de esperança em torno dessa primeira candidatura após os anos de negação do direito ao voto no qual fomos jogados quando do golpe civil-militar.

A ênfase dada pelo primeiro mandato ao trabalhador urbano encontrou nos movimentos de favela interlocutores importantes para o estabelecimento de diálogos. Os moradores desses territórios viviam a confluência das remoções, do autoritarismo político, da recessão econômica e da ação de grupos paramilitares³², entre outras questões sociais. É compreensível que se tenha feito uma aposta em um projeto político que apontava para uma possibilidade de futuro distinta do presente que lhes era possível.

³² Relatos dos jovens frequentadores dos bailes Black dos subúrbios do Rio de Janeiro dão conta de inúmeras perseguições por parte desses grupos, sendo um dos mais famosos a “Invernada de Olaria”.

Brizola carregava consigo parte da memória política carioca, é importante lembrarmos que ele havia sido eleito em 1962 com cerca de 300 mil votos³³. No fim da Ditadura Civil – Militar, logo na primeira eleição, a população carioca pauperizada e moradora de territórios vulnerabilizados optou pelo projeto de Leonel Brizola para a cidade. O desejo de projetar futuro é manifestado com força na eleição de 1982.

Gostaria de trazer uma observação que julgo pertinente à abordagem desta seção, ela diz respeito a perenidade do apoio de regiões da Zona Oeste à proposta brizolista. Ao analisar os dados eleitorais, podemos perceber que a campanha de Saturnino Braga à prefeitura do Rio de Janeiro, em 1985, que contou com o apoio de Brizola, conquistou sua vitória nas zonas norte e oeste, tendo destaque as zonas eleitorais de Bangu e Santa Cruz, que lhes conferiram mais 60% no percentual de votos (OAKIM, 2019). Mesmo na derrota de Darcy Ribeiro, no pleito de 1986, os dados apontam que o candidato saiu vencedor apenas nas zonas eleitorais de Bangu e Santa Cruz (OAKIM, 2019). Na eleição presidencial de 1989, a primeira em que Brizola consegue concorrer, recebe como candidato nas zonas eleitorais de Bangu e Santa Cruz expressivos 70% de votos, quando o jovem candidato Luís Inácio Lula da Silva recebe tímidos 10% em cada uma dessas zonas (OAKIM, 2019). Por fim, nas eleições ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1991, Leonel Brizola mantém o padrão e conquista sua maior porcentagem de votos nas zonas eleitorais que acompanhei – Bangu e Santa Cruz – alcançando a marca de 80% de votos (OAKIM, 2019).

Busquemos então compreender o diálogo que se estabeleceu entre este candidato e seu potencial público votante. A propaganda eleitoral de Brizola, transmitida na televisão nos dias que antecederam as eleições de 1982, o apresentava a seu eleitorado da seguinte maneira:

Brizola, este Brizola brasileiro. Filho de **gente pobre** do campo. **Trabalhou duro**: carregador, engraxate, ascensorista, operário metalúrgico, desenhista, técnico rural, topógrafo e engenheiro. Sempre eleito pelo povo, Brizola fez rápida carreira política. Deputado estadual, deputado federal duas vezes, prefeito e governador do Rio Grande do Sul. No governo Brizola cumpriu mais do que prometeu, **construiu mais de 6000 escolas** e criou 650 mil novas matrículas, desapropriou grandes extensões de terras improdutivas para entregá-las aos **agricultores sem-terra**. Brizola foi o governador de todos, mas **dedicou especial atenção às crianças e aos pobres**. Combateu o desemprego e pagou salários descentes aos

³³ “Gessy levava Brizola a andar pelas ruas e acontecia de encontrarem pessoas que o reconheciam. Diziam: ‘Olha, Leonel, em 62, éramos eu e minha esposa, mas agora somos cinco’. Outros falavam e prometiam mais três votos, outros, sete. [...]” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015. p. 240)

funcionários do Estado. Enfrentou as multinacionais, desapropriando a *Bold and Share* e a ITT por interesse público. Nunca perseguiu ninguém e garantiu a tranquilidade de todos. Foi rigoroso com a corrupção e **exigiu honestidade no uso do dinheiro do povo.** Criou parques florestais e áreas de lazer. Com o apoio do povo, Brizola garantiu a posse de Jango em 1961. Cassado, sofreu 15 anos de exílio no Uruguai, Estados Unidos e Europa. Anistiado, voltou reconhecido internacionalmente como líder socialista latino-americano. E é exatamente aqui, no Rio de Janeiro, onde fora interrompida, que Brizola recomeça sua vida pública (GUSTAVO PEZZINI, 2016, on-line, grifos nossos)³⁴.

A apresentação traz elementos riquíssimos e pode funcionar como índice de esperança, pois faz com que pensemos como tais símbolos – da defesa da função social da terra, da educação e do funcionalismo público, do enfrentamento às multinacionais e da defesa da soberania nacional, entre outros – povoaram as discussões daqueles que foram o alvo das políticas brizolistas. Essa discussão – de uma espécie de esperar brizolista – estará mais bem colocada no terceiro capítulo de minha pesquisa.

Além disso, é interessante refletir sobre os elementos da história social presente na análise desse eleitorado. A observância dos números da votação na Zona Oeste pode nos levar a refletir sobre quem eram esses homens e mulheres que apostaram na candidatura analisada. A circularidade (muitas vezes forçada) pela qual tem que passar o morador da Zona Oeste para travar sua jornada de trabalho, encontrar seus amigos e desfrutar de seu lazer dentro da cidade do Rio de Janeiro o fazem ver o mundo. E ver aqui está para além da “pulsão escópica”³⁵, ver é sentir, é ler o mundo, é perceber os meandros, decodificar, criar repertórios. O eleitorado brizolista acima percebido, em sua espécie de “flaneurismo” forçado – o que obviamente não existe, mas vale a título de extrapolação teórica – antevê mundos e, no caso de minha busca nessa pesquisa, constrói projetos políticos e influencia políticas de Estado dentro de suas possibilidades de negociações e brechas.

Na seção seguinte, buscarei trazer um pouco mais os elementos das políticas sociais desenvolvidas nos mandatos de Leonel Brizola à frente dos governos do Rio de Janeiro. Ainda nesta seção, porém, gostaria de trabalhar com dois marcos do primeiro mandato, ambos ocorridos em 1984, que constituem parte deste ambiente

³⁴ Propaganda eleitoral RJ 1982 – Leonel Brizola Governador e Saturnino Braga Senador. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H0lztMbtzDc>. Acesso em: 21 jul. 2021.

³⁵ Sobre esse tema, sugiro o episódio “Cozinhando com Simmel”, idealizado e protagonizado pela professora do PPCult/ UFF Ana Lucia Enne em tempos pandêmicos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TlFfj9N1uGA>. Acesso em: 29 nov. 2022

de ampliação de horizontes e perspectivas de futuro: o Comício das Diretas e a Construção do Sambódromo.

Passados 20 anos do golpe civil-militar, as ruas encontravam-se novamente cheias de gente. O anseio de agora era o de votar para presidente em eleições diretas. A inicial rejeição à emenda Dante de Oliveira³⁶ e as manifestações de rua dos Comícios das Diretas efervesceram a sociedade brasileira nos idos de 1983 e 1984. Estava próximo o fim no regime de exceção que vigorava no Brasil desde 1964, mas a urgência do grito “Diretas Já!” deveria esperar ainda um pouco mais.

Com a derrota da emenda, o sistema de votação se deu por colégios eleitorais. A permanência de um sistema de votação indireta, no entanto, não impediu que um candidato civil e da oposição vencesse o pleito – Tancredo Neves – estabelecendo a derrota do candidato apoiado pelos militares – Paulo Maluf. Uma série de questões de saúde, que abrem margem para teorias conspiratórias variadas, leva ao falecimento de Tancredo antes de sua posse, fazendo com que assumira o cargo seu vice, José Sarney, em 1985.

Antes desse acontecimento, porém, as ruas do Rio de Janeiro presenciaram uma de suas maiores manifestações, o Comício da Candelária que, em 10 de abril de 1984, recebeu um milhão de pessoas. Esse encontro trazia como pauta a reivindicação pelo voto direto para presidente e ficou também conhecido como “Comício das Diretas Já!”. Brizola buscou uma postura comedida, dado que ocupava o cargo de governador, mas sua liderança manifestou-se por meio da escolha do coordenador de palanque José Pereira de Carvalho Junior, publicitário que iniciou a carreira como *crooner* e recebeu o apelido de Billy Davis.

O comício foi marcado pela disputa de diversos grupos políticos e conseguiu, pela primeira vez desde que desde que os comícios pelas diretas se estabeleceram no país, ter alguma cobertura mais robusta da Rede Globo:

O silêncio da Globo sobre os comícios quebrava-se e o país inteiro ficava sabendo, pelo Jornal Nacional, que mais de um milhão de pessoas exigia, na Candelária, o direito de votar para Presidente. O impacto das imagens foi tanto que a emissora interrompeu a novela “Champanhe”, logo a seguir, para transmitir o final do comício, bem a tempo de fazerem ecoar as palavras do último orador, Leonel Brizola: “*Queremos eleições para a mudança dos homens, dos métodos, a orientação política deste país*”. (BRAGA et al., 2004, p. 137).

³⁶ Emenda à Constituição que previa a realização de eleições diretas no Brasil para presidente da República, apresentada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB).

Os ventos da esperança que já haviam corrido na cidade com a construção um mês antes do Sambódromo, conforme mostrarei a seguir, corriam também agora, ecoando nas vozes da multidão que exigiam seu direito ao voto. Sem querer desprestigiar a coletividade da organização que se formou ao redor da questão da campanha pelas Diretas Já, que, como exemplo tem a criação do Comitê Nacional Pró-Diretas³⁷, no que diz respeito ao referido comício, o jornalista e biógrafo Osvaldo Maneschy afirma que Brizola: “[...] jogou todo o peso do Rio de Janeiro no Comício das Diretas. Foi o grande comício patrocinado e com apoio total e integral, porque nos outros estados não teve o apoio que teve aqui no Rio de Janeiro” (TV BRASIL, 2012, on-line)³⁸.

Vamos agora ao segundo exemplo levantado, o caso do sambódromo do Rio de Janeiro. Este espaço surge nesse bojo de reflexões sobre o brasileiro e é um espaço idealizado – na junção de anseios do governador e engenheiro Leonel Brizola, do vice-governador e antropólogo Darcy Ribeiro e do arquiteto Oscar Niemeyer – para abrigar uma festa popular, lida por muitos como “*o maior show da terra*”³⁹.

Da carnavalização da campanha eleitoral, chegamos a uma decisão de formalização do carnaval, em algum nível. A periferia da região central foi o espaço escolhido para receber tal espetáculo, mais precisamente um cruzamento de ruas que durante os 363 dias do ano não tem holofotes voltados para si – a Avenida Marquês de Sapucaí. Materializou-se na cidade um espaço fixo para a realização da festa que, anualmente, contava com a montagem de estruturas de arquibancadas de estética pouco cuidadosa e que despertava desconfiança pública com relação aos gastos financeiros investidos nessa operação⁴⁰.

O governo Brizola com a decisão de fundar a Passarela do Samba entra em duas brigas: a primeira com os que condenavam o investimento do dinheiro público

³⁷ “Entidade suprapartidária, apoiada por várias entidades da sociedade civil, entre elas a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio de Janeiro (SATED-RJ) e pelos partidos de oposição”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 21 jul. 2021

³⁸ Leonel Brizola. TV Brasil. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ueNYI2cWVfY&t=94s>. Acesso em: 20 jul. 2021.

³⁹ Como consagrou o samba da União da Ilha, em 1982.

⁴⁰ “O monta-desmonta das arquibancadas de metal durava oito meses por ano: seis para montar e outros dois para desmontar, consumindo verbas enormes e tumultuando a vida da cidade.” (BRAGA et al., 2004, p. 132).

para a criação de um espaço específico para uma festa popular, proposta esta que contava inclusive com um projeto arrojado voltado à educação e ações culturais de duração permanente, como veremos; a segunda briga se deu com os grupos que desejavam manter a operação de montagem e desmontagem das mesmas estruturas e obter seus lucros.

Outras críticas diversas foram recebidas, é verdade. Falava-se da acústica que impediria a plena audição dos sambas. Riscos de desabamento foram levantados a partir de um desnível do terreno. A Rede Globo optou por não transmitir os desfiles nesse primeiro ano, o que tornou a TV Manchete líder de audiência nesses dias. Havia também os que apontavam insegurança relacionada ao córrego que passava perto da construção e chegaram a cantar publicamente “tomara que chova três dias sem parar” (BRAGA et al., 2004; SOARES, 2005).

A ousadia da construção era imensa. O próprio Brizola certa vez afirmou:

Se alguém, no exílio dissesse que eu voltaria e seria governador do Rio de Janeiro, eu até iria gostar de ouvir. Mas se dissesse que eu voltaria, seria governador e que minha primeira grande obra seria fazer uma passarela para o carnaval, eu diria: tu estás louco, índio velho! (BRAGA et al., 2004, p. 132).

Prosseguindo em relatos do período, temos a fala de Oscar Niemeyer, que traz a importante contribuição daquele que viria a nomear a passarela, Darcy Ribeiro:

Como aconteceu com Brasília, a Passarela dos Desfiles foi **inaugurada na data prevista**. Construída em tempo recorde – três meses e meio apenas – ela representa um exemplo irrecusável do progresso da nossa engenharia. Não se restringe ao carnaval propriamente dito. Graças a Darcy Ribeiro a Passarela dos Desfiles assumiu uma nova dimensão, levando para aquela área não apenas os desfiles carnavalescos que já lhe pertenciam, mas um novo **complexo cultural e artístico** de maior importância. Tudo isso explica o projeto que atendendo ao programa compreende a passarela, **escolas, creches e uma grande praça destinada a espetáculos de balé, música, teatro** etc. Uma praça como outra não existe no país: uma praça que nada tem a ver com a passarela, mas que nela poderá se inserir se para isso prevalecerem o empenho e poder criativo das Escolas de Samba.

Quanto ao meu trabalho, ele se minimiza diante da grandeza técnica da obra; da atuação exemplar de Darcy Ribeiro, modificando o programa, preocupado como sempre foi com os problemas culturais e artísticos, entre nós, nem sempre bem atendidos, do entusiasmo com que a ela engenheiros e operários se dedicaram abnegadamente.

Fiz o que me foi possível dentro de um programa limitado de arquibancadas, de um terreno exíguo demais e um complexo inusual no qual **arquibancadas e escolas deveriam se adaptar harmoniosamente**.

E me esmerei nas estruturas e no Museu do Samba, que com seu grande arco representa o fecho da composição, procurando dar ao projeto aspecto

diferente, capaz de criar surpresa e com ela acentuar o sentido monumental e festivo da composição.

O resto é a satisfação da obra concluída; o apoio que deu o Governador Brizola; o comando incansável de Darcy; a colaboração técnica de José Carlos Sussekind; a dedicação de João Brizola e seus companheiros de equipe e o esmero com que em tempo tão curto as firmas construtoras a realizaram. E isso sem esquecer meus companheiros de trabalho, o mural de Marianne Peretti e os azulejos de Athos Bulcão, que tanto enriquecem o museu (NIEMEYER, 1984, p. 88 grifos nossos).

O relato é do ano de inauguração da obra se inicia em forma de resposta às inúmeras críticas de que o projeto não ficaria pronto em quatro meses. Gostaria de enfatizar, por meio dos trechos grifados, a parceria entre Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e Oscar Niemeyer, que viria dar ao Rio de Janeiro seus mais de 500 Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) ao fim do segundo mandato de governo. Tratarei deste assunto na próxima seção, para qual os convido à leitura.

1.4 “UM TEMPO BEM MELHOR PRA SE VIVER!”⁴¹: POLÍTICAS DE CIDADANIA PARA A JUVENTUDE

Esta etapa do primeiro capítulo aborda algumas das políticas implementadas por Leonel Brizola em seus dois mandatos como governador do Rio de Janeiro. A ideia é traçar um perfil das realizações, em especial as ligadas às demandas sociais dos cariocas para os quais Brizola dizia dar ênfase em seus governos – os mais pobres. Para bem fazê-lo, pretendo analisar as políticas em três frentes: Educação, Habitação e Segurança Pública. Como o tema geral de minha pesquisa dialoga mais diretamente com um público de determinada faixa etária, busco estabelecer conexões entre a existência de políticas públicas e projetos e os seus possíveis impactos na vida de jovens moradores do Rio de Janeiro.

Além das leituras sobre os períodos (1982 – 1986/ 1991 – 1994), utilizo nesta seção alguns dados encontrados no acervo online do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). As séries analisadas – Primeiro e Segundo mandato de Leonel Brizola/ Mandato Nilo Batista – pertencem ao fundo da Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID). Visitei, dentro das limitações pandêmicas, os arquivos presencialmente, porém, com ênfase nas fontes do próximo capítulo.

Algumas das iniciativas encontradas nesse acervo repetem-se ao longo dos anos dos primeiro e segundo mandatos, como: (1) a realização de entrevistas coletivas no Palácio Guanabara e a concessão de entrevistas à cadeia de rádio e TV

⁴¹ Trecho do famoso jingle da campanha eleitoral à presidência da República, em 1989.

(mais frequentemente à rádio JB, à TV Tupi e a TV Manchete); (2) a recepção de delegações estrangeiras, embaixadores, ministros, chanceleres e líderes internacionais; (3) a participações em encontros locais e internacionais da Internacional Socialista⁴²; (4) a recepção de líderes sindicais, comissão de funcionários, representações de categorias de trabalhadores de diversos órgãos públicos, comandos de greve e empresários; (5) as homenagens, solenidades, visitas a monumentos de memória e envio de coroa de flores à lideranças históricas do trabalhismo; (6) as reuniões com o diretório do PDT; (7) a recepção de líderes políticos locais (presidentes, prefeitos, governadores) e (8) as reuniões com seu secretariado.

Antes de partirmos, portanto, para a análise das frentes Educação, Habitação e Segurança Pública, gostaria de destacar a criação do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, pois ele interferirá em todas as outras esferas dos governos brizolistas. As ainda recentes marcas da Ditadura Civil-Militar imprimiam na consciência política de Brizola a recusa às violações de direitos e a tentativa de construção de um projeto de cidadania que observasse a Democracia como valor máximo, inclusive nas áreas empobrecidas do Rio de Janeiro. Dessa percepção surge o conselho mencionado.

O conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos era formado por seis comissões – (1) de Defesa da Liberdade Individual e de Pensamento; (2) de Estudo e Proteção aos Direitos da Comunidade e Sociais; (3) de Estudo e Proteção ao Direito de Moradia, Uso do Solo e Meio Ambiente; (4) de Defesa ao Direito à Educação e Ensino e de Amparo à Cultura e ao Menor; (5) de Defesa da Sociedade contra o Crime e a Violência; (6) de Defesa dos Direitos da Mulher, do Negro e das Minorias Sociais – e foi instituído:

[...] para formular a política de segurança pública e dar diretrizes aos órgãos estaduais para sua implantação. Além das áreas de Justiça e Segurança do Governo, listadas acima, fazia parte a Secretaria de Serviços Sociais

⁴² “A Internacional Socialista, ou II Internacional, é um fórum de ideias e discussões, que reúne 170 organizações partidárias afins de natureza social e democrática, de 120 países de todos os continentes. Lá estão representados partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas. Sua atual organização é originária da II Internacional, que surgiu em 1889, em Paris, a qual, por sua vez, derivava da Associação Internacional do Trabalho, na verdade, a I Internacional, e formada em Londres por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1864. [...] O PDT se tornou membro efetivo (*full member*) da IS no Congresso realizado em Estocolmo, na Suécia, em 1989. Foi o primeiro partido brasileiro a integrar os quadros do organismo e Brizola o primeiro brasileiro a eleger-se vice-presidente da Internacional Socialista.”, conforme texto disponível em <https://www.pdt.org.br/index.php/internacional-socialista/>. Acesso em: 29 nov. 2022

(Ediale da do Nascimento) e foram convidadas e integraram o Conselho diversas entidades de presença e respeito na vida do Estado: a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB; a Associação Brasileira de Imprensa – ABI; a Comissão de Justiça e Paz, pela CNBB; representantes das federações da indústria, do comércio e da agricultura e das federações dos respectivos empregados; personalidades da vida do Estado, como: Evandro Lins e Silva, Abdias do Nascimento (quando assumiu o mandato de Deputado Federal indicou em seu lugar o professor Sebastião Rodrigues Alves), Benedita da Silva.

O Conselho reunia-se uma vez por mês, na primeira terça-feira. O Presidente do Conselho era o próprio Governador do Estado e o Secretário de Justiça, o Vice-presidente. O Conselho dispunha de uma Assessoria Técnica, integrada por um Promotor de Justiça, um Delegado de Polícia, um Coronel da Polícia Militar, um Defensor Público, que funcionava junto ao Gabinete do Vice-presidente do Conselho, Secretário de Justiça. A Assessoria recebia denúncias, reclamações, examinava notícias da imprensa, analisava diversas situações, emitia pareceres, fazia estudos e levantamentos determinados pelo Conselho (BARBOSA, 2021, on-line)⁴³.

Essa criação, que data de 1983, foi importante para dar diretrizes às ações de governo, analisar casos de repercussão, pensar a realização de seminários e produzir documentos que fundamentaram a atuação das secretarias. É importante a análise e pesquisas futuras a partir desses materiais, pois eles podem indicar uma contra narrativa frente à noção que produz falas como: “no governo Brizola os policiais eram impedidos de subir nos morros”, “a gestão pública era desorganizada no período dos governos Brizola”. Enfim, ideias que tendem a alimentar a sanha punitivista coletiva, o que em nosso país quase sempre tende a violação de direitos básicos e extermínio da juventude negra.

Nos dois mandatos analisados temos alguns eventos importantes, sejam eles: (1) a encampação de empresas de transporte público e o diálogo com empresários do setor – Companhia de Transportes Coletivos (CTC); (2) as constantes visitas às favelas – em muitas oportunidades para a inauguração de Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDC); (3) as obras no Maracanã; (4) a atuação destacada da primeira dama Neusa Brizola, quase sempre trabalhando com temas da assistência social relacionados à infância e adolescência, além da instalação do Conselho da Criança e do Adolescente e da ação da Feira da Providência; (5) a entrega de “mini lojas” aos camelôs do centro da cidade ou construção do camelódromo; (6) a criação dos Hemocentros; (7) a recuperação – estabelecimento do corredor cultural – e tombamentos de prédios no centro da cidade; (8) a organização minuciosa da programação de recepção ao presidente Nelson

⁴³ Disponível em:

https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Leonel_Brizola_e_as_favelas_do_Rio&oldid=8104. Acesso em: 22 jul. 2021.

Mandela⁴⁴ (9) a criação da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras; (10) a construção da Linha Vermelha; (11) a inauguração do Sambódromo.

Além dessas iniciativas, uma série de convênios foram assinados com entidades diversas, como: (1) FUNAI; (2) DETRAN; (3) Fundação Roberto Marinho; (4) Banco do Brasil; (5) UERJ; (6) CSN; (7) Caixa Econômica, entre outros.

Diversos também foram os programas e projetos realizados, como: (1) Rio Ano 2000; (2) Produzir Arte e Renda; (3) Moeda Verde; (4) Vamos Cultivar Hortaliças e (5) Pesca Rio, entre outros.

Além disso, realizaram-se muitos seminários, como: (1) Seminário de Desenvolvimento Rural; (2) Seminário Gestão e Tecnologia; (3) Seminário das Escolas de Samba; (4) Seminário de Trabalhadores e Meio Ambiente; (5) Seminário sobre Ecologia e Desenvolvimento e (6) Seminário Contra a Fome, entre outros. Um desses seminários me chamou muita atenção, o “Seminário Barrados no baile: Entre o Funk e o Preconceito”, realizado em oito de dezembro de 1992. Ele estará abordado no próximo capítulo.

Vamos agora às políticas voltadas à educação. Além da construção dos 506⁴⁵- Centros Integrados de Educação Pública, dos quais relatei a gênese no estado do Rio de Janeiro no momento do encontro de Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer e Leonel Brizola, outras iniciativas voltadas à educação existiram. Uma das primeiras foi a criação da Fábrica de Escolas, experiência de construção de estruturas pré-moldadas que visava tornar o custo das operações mais barato. As Fábricas de Escolas produziram tanto as estruturas maiores, dos CIEPS, quanto unidades escolares menores, onde as distâncias eram grandes e a quantidade de alunos não justificava uma grande construção (SILVA, L., 2020).

A estrutura dos CIEPS abrigava geralmente três prédios. O primeiro com três pavimentos, divididos por rampas características do projeto arquitetônico de

⁴⁴ Sobre esse momento, aconselho a visita ao acervo CULTNE referente ao tema. Disponível em: <https://acervo.cultne.tv/en/movimentos-sociais/movimento-negro/237/nelson-mandela-in-brazil-and-the-anti-apartheid-struggle/video/353/nelson-mandela-in-brazil>. Acesso em: 29 nov. 2022

⁴⁵ Alguns deles nomeados: Alberto Pasqualini, Almir Bonfim de Andrade, Ayrton Senna, Brandão Monteiro, Cora Coralina, Doutel Andrade, Geraldo Reis, Guimarães Rosa, Hélio Schimdt, Henfil, Henrique Teixeira Lott, Jesus Soares, João Goulart, José Alves de Azevedo, José Maria Nanci, Juscelino Kubitscheck, Lindolpho Collor, Manuel Luiz Osório, Maria Werneck de Castro, Mário Simão, Monteiro Lobato, Nação Mangueirense, Nação Rubro Negra, Neusa Brizola, Nelson Mandela, Poeta Cruz e Souza, Poeta Mario Quintana, Professor Manoel Maurício de Albuquerque, Rubens Paiva, Samuel Wainer, Tancredo Neves, Tarso de Castro, Thomas Jefferson, Vicente Mariano, Willy Brandt, Zumbi dos Palmares, Zuzu Angel.

Niemeyer e salas de aula com paredes que não iam até o teto⁴⁶, o que visava promover uma integração dos ambientes. Ainda nesse prédio havia a cozinha, o refeitório, banheiros, um centro médico e áreas de apoio; O segundo abrigava a quadra poliesportiva ou ginásio; O terceiro a biblioteca. Alguns dos CIEPS tiveram piscinas construídas em suas dependências, o que causou polêmica, como veremos na próxima seção.

Para além da estrutura diferenciada, havia uma proposta pedagógica nova – a adoção do horário integral, pois:

Para o governo havia dois tipos de aluno na escola pública: o primeiro que seria o aluno pobre, mal alimentado, desnutrido, que falava uma língua diferente da professora e que no seu dia a dia precisava ajudar a família para sobreviver; o segundo tipo seriam crianças bem alimentadas, que falam a mesma língua falada na escola e com estímulos em casa. A partir dessa contraposição, o governo apontava que a escola pública estava preparada e acostumada a lidar apenas com os alunos desse segundo grupo, por isso qualificava o tratamento dado por ela como elitista e seletiva. De acordo com Ribeiro (1986) o regime escolar “só penaliza, de fato, a criança pobre oriunda de meios atrasados, porque ela só conta com a escola para aprender alguma coisa. Aqui está o fulcro da questão: nossa escola fracassa por seu caráter cruelmente elitista” (p. 13). O governo afirmava que a culpa pelo fracasso educacional não era da criança, mas do sistema público de ensino que não estava preparado para lidar com as carências e deficiências que o aluno pobre carregava (SILVA, L., 2020, p. 224).

Ao fim de sua primeira gestão, Brizola deixa uma carta pública à população carioca, onde apresenta a concepção do projeto dos CIEPs:

⁴⁶ Essa característica gerou muitas críticas dos profissionais da educação, que sentiram dificuldade em competir com os diversos ruídos produzidos no ambiente. O escritório de Niemeyer autorizou a realização de modificações na estrutura. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/criados-por-darcy-ribeiro-cieps-completam-30-anos/>. Acesso em: 22 jul. 2021



Figura 8 – Carta de Leonel Brizola sobre CIEPs
Fonte: Wikipédia⁴⁷

A frase final desta carta é importante para esta pesquisa, na medida em que afirma: “Dos CIEPs hão de sair aqueles homens e mulheres que irão fazer, pelo povo brasileiro e pelo Brasil, tudo aquilo que nós não conseguimos ou não tivemos coragem de fazer”. Parte da primeira geração de funkeiros, DJs, MCs, dançarinos, produtores, entre outros, viveu a experiência dos CIEPs e, de fato, deram contribuições valiosas a sociedade brasileira, conforme veremos.

⁴⁷ Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Centros_Integrados_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_P%C3%BAblica_-_CIEPs_do_Brizola.jpg. Acesso em: 29 nov. 2022.

Outra iniciativa foi o projeto “Mãos à obra na escola”, iniciada em 1983, experiência muito voltada às regiões da Baixada, Norte Fluminense e interior do Estado do Rio de Janeiro, que visava reformar escolas já existentes. Os recursos vinham da Empresa de Obras Públicas (EMOP) e as ações chegaram a atender 2.294 escolas estaduais no período (BOMENY, 2007). Por fim, houve também a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Passemos agora à análise das iniciativas na área da Habitação. Nesta área o programa que talvez seja o mais reconhecido seja o “Cada família um lote”, política que “legalizou, no fim do governo, cerca de 41 mil lotes e unidades habitacionais, entregando em torno de 13 mil títulos de propriedade em conjuntos habitacionais, favelas e loteamentos clandestinos em todo o estado.”⁴⁸ Esse projeto representou um rompimento com a lógica de habitação ainda ligada ao BNH, que rendia muitos lucros aos empresários do ramo e dava pouco retorno aos cofres públicos.

A secretaria de Habitação contou com a gestão de Carlos Alberto de Oliveira⁴⁹, conhecido como Caó, que trabalhou junto à desenvolvida Comissão de Assuntos Fundiários. Esta comissão, dada a relevância que tomou, veio a tornar-se a Secretaria de Assuntos Fundiários. Sobre esse período, Vivaldo Barbosa, nos deixa o relato:

Tudo começou quando, no início do Governo, meu Gabinete de Secretário de Justiça recebeu um telefonema de uma pessoa moradora de Retiro, em Guaratiba, que insistia em falar comigo. Atendi a ligação. Ele disse: “sou morador aqui do Retiro de Guaratiba, tem um Oficial de Justiça retirando as minhas coisas, despejando a minha família, minha e de outros moradores, e colocando no caminhão. Nós cultivamos a terra aqui há anos, nossos pais faziam o mesmo. Levamos nossos produtos para a CEASA e para as feiras. O senhor fala em direitos humanos, como ficamos nós que não temos para onde ir e perdemos nosso trabalho para sustentar nossas famílias?”

⁴⁸ LEONEL BRIZOLA, verbete CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>. Acesso em: 21 jul. 2021.

⁴⁹ Carlos Alberto Medeiros (1947), nascido no Rio de Janeiro, é bacharel em comunicação e editoração (UFRJ) e mestre em Sociologia e Direito (UFF). “Militante do Movimento Negro desde a década de 1970 e um dos maiores especialistas no Brasil em Políticas de Ação Afirmativa. Participou da SINBA, do IPCN. Assessor da Coordenadoria de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania – Governo do Estado do Rio de Janeiro (2000-2002); Subsecretário Adjunto de Integração Racial-Secretaria de Estados dos Direitos Humanos e da Cidadania/RJ (1999); Assessor Técnico do Senado Federal-Gabinete do Senador Abdias Nascimento (1997-1999); Assessor do Ministro Extraordinário dos Esportes (1995-1996); membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra- Ministério da Justiça (1995-1996); Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e promoção das Populações Negras/RJ (1991-1994).” Informações constantes do verbete em seu nome no CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/carlos-alberto-medeiros>. Acesso em: 29 nov. 2022.

Pedi para ele colocar o Oficial de Justiça na linha. Me explicou que se tratava de uma ação de reintegração de posse movida por empresários de Campo Grande, família bem conhecida. Ele estava ali cumprindo o mandado de reintegração de posse. Pedi a ele tempo para conversar com o juiz, que aguardasse um pouco. Ele estava acompanhado da Polícia Militar. Conversei com o Juiz, disse a ele que precisava mergulhar no assunto, pois sentia um problema social delicado e de produção de gêneros alimentícios. Ele me deu 30 dias de prazo. Depois, 60, e mais 60. Passamos a negociar diretamente com os proprietários. Resultado: desapropriamos a área, os moradores do Retiro estão lá até hoje.

O Governo Brizola organizou a Comissão de Assuntos Fundiários, dentro da Secretaria de Justiça, com participação da Secretaria de Planejamento e de Fazenda. Brizola deu ordens à Polícia Militar para não dar cobertura a ações de despejo ou reintegração de posse de comunidades sem antes consultar a Comissão de Assuntos Fundiários. Nunca mais se realizaram despejos de comunidades no Rio, a não ser algumas ações do Eduardo Paes na Barra da Tijuca, como prefeitinho no tempo de César Maia, para atender pressões do setor imobiliário, e, já como Prefeito, nas obras das Olimpíadas (BARBOSA, 2021, on-line)⁵⁰.

É possível perceber que houve uma mudança de paradigma com relação ao uso da terra. A concessão do título de posse foi uma das políticas mais corajosas dos governos Brizola, dado o histórico problema da concentração fundiária no Brasil. A meu ver, essa política é importante também por envolver a ideia de construção e preservação do lar, ponto que será discutido quando falarmos, no debate da segurança pública, no respeito da inviolabilidade dos lares nas favelas.

Para essa pesquisa, entrevistei uma das lideranças de favela do período, Zezinho da FAFE RIO, que me contou o seguinte episódio sobre a luta por habitação:

A comunidade da Via Parque foi uma das primeiras a ser removida, para fazer o Via Parque. A Via Parque era o fundo do Via Parque, que era o Barra Shopping. O Nilo chegou pra mim, junto com o doutor, defensor público, Walter Elísio, e o Walter Elísio falou pra mim: 'Zé, segura até as 11h, cria o fórum, a gente suspende a ação, a liminar, e a gente suspende a remoção'. E a gente tinha que segurar de qualquer maneira. Botamos uma bandeira no muro, cantando o hino nacional de manhã cedo, 6h da manhã, a máquina da Prefeitura derrubou a gente com muro, com bandeira, com tudo dentro da Lagoa. E assim foi a remoção feita na pancadaria. E apanhou eu, apanhou o Vivaldo Barbosa, que era deputado federal, apanhou o Almir Paulo, que era secretário de desenvolvimento social na época, apanhou muita gente. A porrada comeu lá, mas a gente conseguiu segurar até as 11h, quando foi 11h chegou a liminar derrubando a remoção. (sic) (Entrevistado Zezinho, 2022)

A respeito do tema, meu entrevistado prossegue:

⁵⁰ Disponível em:

https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Leonel_Brizola_e_as_favelas_do_Rio&oldid=8104. Acesso em: 22 jul. 2021.

O Centro da Cidadania era ligado a Leão XIII e a Leão XIII organizava muito as comunidades. A Leão XIII era um órgão do governo, mas tinha muita ligação com o pessoal da igreja católica e, automaticamente, você tinha a Pastoral de Favela, que foi criada e veio o Padre Luís Antônio, que hoje é monsenhor, e fez um trabalho excelente porque ele tinha a junção e a unidade com o pessoal da Defensoria Pública, do Ministério Público. A gente pegava todos os problemas de terra, de legalização, essas coisas todas, e juntava para que a gente pudesse travar essa luta. A gente fazia a luta política, da organização, fazia as cobranças e também a legalização. Hoje nós temos aí uns vinte anos em que você não vê mais falar em titulação de terra. A primeira comunidade a receber titulação definitiva foi a minha, o Recanto Familiar do Humaitá, que era terra do IAPAS (Entrevistado Zezinho, 2022).

Pode se perceber pelo relato que havia certa sinergia entre órgãos e ativistas locais. O que também está presente em outro projeto que esteve relacionado à habitação nas áreas de favela, que foi o Projeto Mutirão. A iniciativa de urbanização que ficou conhecida por ser a primeira que “[...] pagou aos moradores um salário-mínimo pelo seu ‘suor’ ou horas de trabalho, e no total 17 comunidades se beneficiaram com projetos de urbanização” (OSBORN, 2013, on-line)⁵¹. A iniciativa ainda hoje é frequentemente lembrada por moradores antigos de algumas favelas, que exaltam o caráter da coletividade que existia nas experiências. O Projeto Mutirão realizou obras de pavimentação de ruas, infraestrutura, contenção de encostas, construção de creches, entre outros.

Novamente, Zezinho da FAFE Rio, nos traz um relato sobre uma das iniciativas das quais participou. Dessa vez, fala-nos do Mutirão:

O Projeto Mutirão foi de alta importância, foi uma decisão que foi tomada na UERJ, num encontro de 3 dias com todas as comunidades. A nossa liderança maior foi o Bola, o ex-marido da Benedita, o Bola era uma simples liderança ali da favela da Mangueira e nesse encontro dos 3 dias, a pedido do Brizola, surgiu duas coisas: uma grande liderança que vinha das comunidades, que era o Pedro Porfírio, que foi secretário de desenvolvimento social. Ele vinha da favela que ficava atrás do Rio Sul, a Lauro Muller. [...] Ali, automaticamente, surgiu o Projeto Mutirão e no Projeto Mutirão a gente abria a frente de emprego, porque o povo desempregado trabalhava fazendo obra na própria comunidade, construindo o seu esgoto, o seu saneamento básico, sua escadaria e botando água nas casas. Você botava o tijolo todo feliz porque você estava botando na casa do teu vizinho e estava ganhando um dinheiro no final do mês, porque você trabalhou para fazer. Foi muito importante (Entrevistado Zezinho, 2022).

Para fechar essa seção, vamos ao debate da Segurança Pública nos mandatos de Leonel Brizola, um assunto que renderia dissertações e teses, mas que aqui será abordado na limitação temática possível. Ao falar da figura política do Comandante Carlos Magno Nazareth Cerqueira, mencionei a extinção da Secretaria

⁵¹ Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=4676>. Acesso em: 22 jul. 2021.

de Segurança Pública e a criação de duas secretarias a partir de então, a da Polícia Militar e a da Polícia Civil. Nesse movimento, há também a criação da Secretaria de Defesa Civil, composta pela corporação do Corpo de Bombeiros. Outro aspecto já mencionado foi a criação do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos.

A partir dessa reorganização de equipes, buscou-se aprofundar uma série de noções com relação ao tratamento dispensado aos moradores de favelas, principalmente, no momento das operações policiais – mais frequentemente chamadas de *blitzen* nesse período. Brizola colocou-se contrário publicamente diversas vezes com relação à invasão de domicílios por parte de forças policiais, problema ainda hoje persistente e sintoma da suspeição generalizada estabelecida em algumas partes da cidade.

Cerqueira, o comandante da Polícia Militar, ousou desenhar um projeto interno de reformulação da conduta policial e ela se dava via formação constante de quadros e modificações nas estruturas hierárquicas da corporação. Pesquisadores apontam para “uma troca semântica essencial: a polícia não mais como força pública, mas sim enquanto serviço. Nesse sentido, a corporação seria uma prestadora de serviços, em que seus ‘clientes’ seriam a população.” (SILVA, J., 2020, P. 130). Em outra contribuição temos:

O coronel e seus colaboradores propunham, enfim, substituir a noção de ‘força que serve e protege’ para a noção de ‘serviço público que pode usar a força’, construindo um novo marco regulatório na administração da segurança pública do Rio de Janeiro (SILVA, 2016, p. 235 apud SILVA, J., 2020, p. 130).

Os trechos trazidos dão-nos a noção de um comando que trouxe importantes elementos ao modelo de policiamento comunitário ainda incipiente no Brasil, jogando luz sobre a ideia de serviço e ampliando horizontes com relação ao diálogo junto aos moradores de favelas. Nos períodos em que esteve à frente da corporação é possível ver uma vasta produção de materiais didáticos – manuais, revistas, cadernos de polícia -, bem como os currículos de formação dos policiais passam por mudanças, abandonando certos resquícios de uma lógica de guerra e ocupação territorial, ganhando ênfase os estudos das abordagens e do caráter preventivo.

Os ataques às novas propostas não demoram a surgir. Em maio de 1983, o Jornal do Brasil estampa em sua capa a seguinte nota:



Figura 9 – Nota do Jornal do Brasil sobre a atuação da PM
 Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional⁵²

A nota é sintomática de uma sociedade que vive a ânsia pelo controle dos sujeitos, em especial via subalternização dos corpos negros, e a louvação da negação de direitos básicos, como é o caso do pleno emprego. O sociólogo Loïc Wacquant⁵³, importante pensador do estado neoliberal, nos deixa contribuição diretamente ligada à exclamação da nota jornalística – “*Não existe mais xadrez*” – quando nos diz que:

[...] o aparato penal é um órgão essencial do estado, expressão da sua soberania e fundamental na imposição de categorias, na sustentação de divisões materiais e simbólicas e na modelagem de relações e comportamentos através da penetração seletiva do espaço físico e social. A polícia, os tribunais e a prisão não são meros apêndices técnicos, destinados ao cumprimento da ordem legal (como a criminologia afirmaria), mas sim veículos para a produção política da realidade e para a vigilância

⁵² JORNAL DO BRASIL, “A PM será ‘anjo da guarda’ na Cidade de Deus”. 11/05/1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/62618 Acesso em: 20 jul. 2021

⁵³ Loïc Wacquant é um professor de sociologia francês nascido em 1960. Atua como pesquisador na Universidade da Califórnia e em Paris, no Centro Europeu de Sociologia e Ciência Política. “Foi Loïc Wacquant quem sistematizou o eixo central desse novo movimento do capital que tratava de dismantlar o Estado previdenciário para instituir o Estado penal: punir os pobres, a nova gestão da miséria. Pesquisando o paradigma estadunidense e também sua disseminação pelo mundo, ele contribuiu decisivamente para o fortalecimento dos nossos argumentos na luta contra a expansão desse capital predador e contra o grande encarceramento que se instituiu.” (texto da contracapa do livro *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*, organizado por Vera Malaguti).

das categorias sociais desfavorecidas e difamadas e dos territórios que lhes são reservados (WACQUANT, 2008b, p. 29)

Dessa maneira, o descortinar das ações do estado penal na “produção política da realidade” é um passo fundamental para entender o período histórico que estamos analisando e a gestão da cidade nos moldes pretendidos, o que não equivale a dizer alcançados, nos governos Brizola. É importante saber que as rejeições às novas propostas de segurança pública não estavam apenas com os detentores dos conglomerados de mídia. Dentro das corporações, por exemplo, os ânimos estavam acirrados. Daí à ocorrência de desmandos e sublevações foi um pequeno passo, que, porém, deixou grandes marcas nos governos brizolistas, como veremos em breve.

Seguindo o modelo apresentado anteriormente, é importante mencionar algumas realizações da área da segurança, tais como: (1) a criação da Delegacia de mulheres; (2) o programa “Justiça Seja Feita”; (3) a implantação do policiamento feminino; (4) a inauguração da Delegacia de roubos e furtos de cargas; (5) a Operação Verão; (6) a criação dos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania; (7) a divisão da Polícia Civil especializada no atendimento à turistas; (8) o convênio com a UERJ para o aperfeiçoamento de bombeiros e policiais militares; (9) o seminário “A Mídia e a Violência Urbana”; (10) a investigação e punição aos envolvidos na Chacina de Vigário Geral; (11) a criação da Delegacia especializada em discriminação racial; (12) a inauguração do Sistema Integrado de Radiocomunicação; (13) a compra de novas viaturas para a Polícia Militar; (14) o seminário “Alternativas às penas e prisão”; (15) a criação da Delegacia do Trabalho, entre outras.

Todo esse leque de realizações indica-nos formas de agir do Estado que visavam pôr em diálogo demandas sociais e orientações ideológicas diversas. Os movimentos de negociação entre um modo pendular de agir repressivo e conciliatório mostraram-se marcadamente presentes nas gestões analisadas e convidam-nos à complexificação do olhar para o Estado, exercício que faremos com maior cuidado no terceiro capítulo deste trabalho.

Para finalizar esse primeiro capítulo, proponho a análise de alguns elementos do segundo mandato de Leonel Brizola no governo do Estado do Rio de Janeiro. Tais episódios foram pinçados da história, pois os julgo representativos das

resistências de setores da sociedade carioca ao projeto brizolista e dos conflitos internos nas instituições da gestão, que são parte também dessas resistências.

Em 3 de outubro de 1990, Brizola venceria as eleições ao governo do Rio de Janeiro em primeiro turno, batendo a marca de 60% do eleitorado. Governou de fevereiro de 1991 até 1 de janeiro de 1995, tendo como vice-governador o advogado Nilo Batista⁵⁴. Essa segunda gestão esteve ainda mais marcada pela influência do neoliberalismo, que incidiu com força nas favelas cariocas na década de 1990, especialmente, por meio do discurso de combate ao narcotráfico.

A década de 1960 marca a política internacional de drogas por meio do modelo médico-sanitário e o discurso da dependência. A partir desse momento, define-se mais e mais a figura do traficante e a do consumidor. Muitos são os movimentos políticos presentes nesse cenário, desde a contracultura juvenil estadunidense até os movimentos de guerrilha na América Latina. Importa-nos aqui entender que esse paradigma médico-sanitário vai delinear o modelo jurídico-político da década seguinte, dando origem aos discursos de guerra às drogas e os movimentos de Lei e Ordem que até hoje ecoam por aqui em variadas formas.

Conforme D'Elia Filho (2007, p. 128-129):

A atuação do poder punitivo na questão das drogas ilícitas revela historicamente o controle social sobre as classes perigosas através da associação entre determinadas drogas e grupos sociais. Chineses e ópio; irlandeses e álcool; mexicanos e maconha; colombianos e cocaína; Chegamos, com o fenômeno da globalização, à associação das drogas aos miseráveis, sejam eles produtores rurais de Pernambuco ou atacadistas das áreas pobres das grandes capitais do país. Falar em drogas ilícitas numa cidade como o Rio de Janeiro é associá-las às favelas.

Portanto, essa conjunção de fatores que incide no Rio de Janeiro que elege Leonel Brizola para um segundo mandato é crucial para entendermos a maneira como os discursos criminalizantes corroboraram com a leitura de uma ineficiência de gestão ou ausência de pulso firme no que tange a reprimendas do Estado no ordenamento jurídico voltado às áreas mais empobrecidas da cidade. O endosso coletivo à punição coloca o segundo mandato em alguns descaminhos, como veremos a seguir.

Ainda no que diz respeito ao neoliberalismo, julgo importante deixar claro meu entendimento acerca do tema e, para bem fazê-lo, recorro novamente à Loïc

⁵⁴ Nilo Batista já havia assumido a secretaria de Polícia Civil em meados do mandato anterior, depois de uma crise política envolvendo Arnaldo Campana. Entre abril de 1994 e janeiro de 1995, assume a cadeira de governador, quando Brizola se retira para concorrer às eleições presidenciais.

Wacquant, que, no capítulo “Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social” (WACQUANT, 2009 apud BATISTA, 2012), tece fundamental consideração sobre a dimensão sociológica do termo. Segundo ele:

O neoliberalismo é uma noção escorregadia e contestada, um termo híbrido, estranhamente suspenso entre o linguajar simplório do debate político e a terminologia técnica das ciências sociais, e que, além do mais, é quase sempre invocado sem um referencial claro. Singular ou polimorfa, evolucionária ou revolucionária, a noção predominante de neoliberalismo é essencialmente econômica: enfatiza um arranjo de políticas favoráveis ao mercado, tais como a desregulamentação do trabalho, a mobilidade do capital, a privatização, a agenda monetarista da deflação e autonomia financeira, a liberalização do comércio, concorrência entre zonas e a redução da taxa e dos gastos públicos. Mas essa concepção é estreita e incompleta, bem como excessivamente associada ao discurso moralista dos defensores do neoliberalismo. Precisamos ir além desse núcleo institucional e os limites simbólicos através dos quais os princípios neoliberais estão sendo atualizados. [...] O neoliberalismo é um projeto político transnacional que visa refazer o nexos entre mercado, estado e cidadania a partir de cima. Esse projeto é levado adiante por uma nova classe dirigente global em formação, composta pelos presidentes e executivos seniores de firmas transnacionais, políticos influentes, administradores estatais e altos funcionários de organizações multinacionais (como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a União Europeia), e especialistas técnico-culturais em suas áreas (destacando-se, entre eles, economistas, advogados e profissionais da área de comunicações com formação e pensamento similares nos diferentes países). (WACQUANT, 2009 apud BATISTA, 2012, p. 31-32, grifos nossos)

O autor prossegue, a partir do seu estudo relacionado à sociedade estadunidense, trazendo o que denomina por “lógicas institucionais” inerentes ao projeto neoliberal, sendo elas: “A desregulamentação econômica”, “Delegação, retração e recomposição do estado do bem-estar”, “Um aparato penal em expansão, invasivo e proativo” e “A alegoria cultural da responsabilidade individual”. É incrível perceber os rebatimentos existentes entre essa leitura e o cenário que se apresentava ao Rio de Janeiro na década de 1990. Ao analisarmos as Chacinas da Candelária e de Vigário Geral, juntamente com os “arrastões” ocorridos na cidade e a proposta de construção de piscinas nos CIEPs, veremos algumas camadas desses processos levantados.

Foi publicada uma entrevista, denominada “Justiça e segurança nos tempos de Brizola”⁵⁵, realizada com o ex-governador Nilo Batista há alguns meses. Esse documento nos ajudará nesta seção, visto que é a voz de alguém que esteve no comando de decisões importantes no período. Vamos então aos episódios. O

⁵⁵ TV 247, Trilhas da democracia - Justiça e segurança nos tempos de Brizola, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1WoHjAU4-fl>. Acesso em: 22 jul. 2021

cenário desse início de década não contava com o entusiasmo encontrado por Brizola em 1983. A esperança da redemocratização era substituída por planos econômicos que não “vingavam”⁵⁶ e pela eleição, e posterior *impeachment*, de Collor⁵⁷.

Começamos nossa análise pelos “arrastões”. Pegarei como caso simbólico o episódio ocorrido em 18 outubro de 1992 nas areias da praia de Ipanema. Como veremos mais a frente, esse caso tem uma ligação com a criminalização do funk. No entanto, é importante reconhecer que a prática dos arrastões não surge e se extingue no período que concerne a passagem de Brizola pela política carioca⁵⁸. De acordo com as leituras que apresentarei, percebe-se um olhar superdimensionado para esses episódios, a fim de evidenciar uma convulsão social na cidade do Rio de Janeiro, em especial, em suas paisagens mais consagradas turisticamente, e atribuir a ela culpados, dentre os quais podem se destacar tanto os funkeiros, quanto Leonel Brizola.

Para a confirmação desse argumento, me ancoro na leitura, entre outras, de Micael Herschmann (2000), quando afirma que: “o fenômeno dos ‘arrastões’ não era propriamente novo ou inusitado, mas aqueles, particularmente, foram fundamentais para a reificação de uma certa imagem estigmatizada dos jovens dos segmentos populares do Rio” (HERSCHMANN, 2000, p. 14). Sobre o episódio do verão de 1992, o autor prossegue:

[...] Mesmo alguns transeuntes que testemunharam o ocorrido, e até **agentes de segurança pública**, indagam-se se o que assistiram no Arpoador, naquele 18 de outubro, foi mesmo um acontecimento violento, criminal. Isto é, alguns perguntam-se: sendo essa uma das praias preferidas pelos funkeiros, aquilo não só parecia não ter acontecido ali pela primeira vez, como também alguns olhares mais atentos indagavam-se se o ocorrido não seria uma tentativa frustrada das galeras de diferentes morros cariocas, dentre elas os funkeiros, de encenar o “ritual de embate” que esses jovens inventaram nas pistas de dança dos inúmeros bailes realizados semanalmente no Rio (HERSCHMANN, 2000, p. 95 grifo nosso).

⁵⁶ Plano Cruzado I e II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Feijão com Arroz (1988), Plano Verão (1989), Plano Collor I e II (1990 e 1991), Plano Marcílio (1991) e Plano Real (1994). Estes planos de estabilização monetária marcaram a década da redemocratização brasileira com uma hiperinflação, em especial no primeiro ano da década de 1990, decorrente de experimentações econômicas.

⁵⁷ Brizola estabelece uma aliança administrativa com Collor importante para o Rio de Janeiro, no entanto, recebe duras críticas de diversos grupos por sua lealdade ao então presidente em vias de deposição. Dessa aproximação possibilita-se o desenvolvimento da Linha Vermelha, via de acesso para a passagem das delegações que chegariam ao Rio de Janeiro para a Eco92 e para o acesso de moradores da Baixada Fluminense à capital. Outra iniciativa dessa parceria, essa mais tímida, foi a construção dos CIACs (Centros Integrados de Atenção à Criança).

⁵⁸ Para saber mais sobre o tema veja: Machado e Santos (2019). Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/18302>. Acesso em: 16 ago. 2021

Destaco o trecho em que são mencionados os agentes públicos por perceber na análise do Jornal do Brasil a respeito do acontecimento uma proposta de ora apresenta-los como despreparados, impotentes e acuados, ora como condescendentes das práticas ilícitas. Ainda que hoje sejam difundidas interpretações variadas sobre esse episódio, os jornais do período apostaram em uma interpretação hegemonicamente alarmista, racista e criminalizante. Analisemos o relato da reportagem transmitida no dia pela Rede Globo:

Uma **confusão** toma conta da areia, uma **parede humana** avança sobre os banhistas. **Pavor** e **insegurança**. Sem que se saiba de onde começa, uma grande confusão. O **pânico** toma conta da praia. As pessoas correm em todas as direções, são mulheres, crianças, pessoas **desesperadas** à procura de um lugar seguro. A violência aumenta quando **gangues rivais** se encontram. Este grupo cerca um rapaz, que cai na areia e é espancado. A poucos metros, outro **bando** avança sobre a quadra de vôlei. Os jogadores se afastam e cercam as barracas para proteger as mulheres e crianças. Dois policiais, apenas dois chegam até a areia. Eles estão armados, mas parecem não saber o que fazer com tanta confusão e **correria**. Perto dali um rapaz ignora a chegada dos policiais e aproveita o **tumulto** para **roubar**. Ele se abaixa, pega uma bolsa de praia e corre. Veja de novo! Ele é seguido pelos companheiros de gangue, que impedem a aproximação das *pessoas*⁵⁹ (OLDVIDEOCASSETETAPES, 2011, on-line grifos nossos)

É interessante perceber nas palavras destacadas como alguns sentimentos são acionados, como: pavor, insegurança e pânico. Outra questão que me chama a atenção é a criação de uma narrativa de oposições desumanizantes, vejam bem: coloca-se em confronto “banhistas” X “uma parede humana”. Um grupo é qualificado como “pessoas”, “mulheres”, “crianças”, “rapaz”, “jogadores” enquanto o outro é apresentado como “gangues” e “bando”. Entre esses elementos coloca-se a figura do policial e, para nenhuma surpresa nossa, dado o discurso da polícia que já vimos sendo realizado no período, ele é apontado como despreparado ou impotente.

Sobre esse episódio, Nilo Batista chama atenção a alguns pontos interessantes. Primeiro, lembra que “Brizola tinha permitido que ônibus da Zona Oeste pudessem cruzar o túnel e que a juventude pobre da Zona Oeste pudesse se banhar nas melhores praias do Rio de Janeiro”⁶⁰. Depois, nos lembra da proximidade da ocorrência das eleições à prefeitura daquele ano, disputa que girou em torno das candidaturas de Cesar Maia (já pelo PMDB) e Benedita da Silva (PT). Outro elemento que Nilo Batista nos traz é a discussão da nomenclatura “arrastão”

⁵⁹ Arrastão na praia de Ipanema, 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5lgX1ph7Dol>. Acesso em: 22 jul. 2021.

⁶⁰ TV 247, Trilhas da democracia - Justiça e segurança nos tempos de Brizola, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1WoHjAU4-fl>. Acesso em: 22 jul. 2021.

que, segundo ele, só é “utilizado quando tem alguém que eles querem tirar, senão é só tumulto. Arrastão tem que ter um destinatário à altura”⁶¹.

Na entrevista a mim concedida temos outros elementos relacionados ao tema, como elucida Nilo Batista, ao dizer que:

O que aconteceu de mais grave ali foi o furto de uma sandália havaianas e uma toalha. Eu peguei todos os registros policiais, o que foi registrado foi isso. Eu que tinha de prestar contas. O resto, como disse Cerqueira, teve uma coreografia e o horror à pobreza da mídia corporativa, que representa o pensamento das elites. O horror ao povo, horror estético. [...] Aquilo foi pra tirar a Benedita da corrida, e tirou, deu a vitória para o Cesar Maia. [...] Foi outra participação, entre tantas da Globo, como a edição do último debate Lula e Collor, a Proconsult, o Comício das Diretas Já, tudo aquilo que a Globo sempre sacaneou a verdade em nome de seus interesses mais recônditos (Entrevistado Nilo, 2022).

Com relação às intencionalidades voltadas a prejudicar a candidata Benedita da Silva na corrida eleitoral, a pesquisadora Juliana Vieira (2020), chama a atenção para o papel da mídia:

No primeiro turno das eleições – ocorrido no dia 3 de outubro – Benedita havia conquistado o primeiro lugar, com 32,94% dos votos contra os 21,79% obtidos pelo segundo colocado, o candidato do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), César Maia. Vale ressaltar que a matéria sobre os arrastões foi publicada menos de um mês antes do segundo turno das eleições municipais (marcado para o dia 15 de novembro) e que, no dia seguinte (26/10), a cobertura do Jornal do Brasil sobre o debate realizado entre os dois candidatos, na TV Bandeirantes, enfatizou esse mesmo tema, repercutindo a fala de César Maia sobre sua disposição em convocar as Forças Armadas para a garantia da ordem pública, caso fosse necessário (VIEIRA, 2020, p. 87).

Parece-me, portanto, que se colocou uma lente de aumento no fato, tendo sido um dos objetivos, além do explicitado anteriormente, a desmoralização da gestão da segurança pública no governo de Leonel Brizola. É preciso sinalizar a exploração política do ocorrido por meio de narrativas jornalistas elitistas e racistas, que visaram, entre outras coisas, alimentar o que a socióloga Vera Malaguti (2012) chama de “adesão subjetiva à barbárie”. Sobre o tema, inspirada na obra de Wacquant, a autora afirma que vivemos uma “torturante contemporaneidade”, que conjuga:

[...] o dogma da pena, o controle territorial da pobreza e seus riscos, a delação como participação, a neutralidade técnica das governamentalidades sociológicas. Os efeitos estão por aí e doem: a expansão da prisão, sua teia ampliada de justiças alternativas, terapêuticas, restauradoras, a vigilância

⁶¹ TV 247, Trilhas da democracia - Justiça e segurança nos tempos de Brizola, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1WoHjAU4-fl> Acesso em: 22 jul. 2021

reticular, o controle a céu aberto, a transformação das periferias em campos e principalmente a fascistização das relações sociais e a inculcação subjetiva do desejo de punir (BATISTA, 2012, p. 309-310).

Essa “inculcação subjetiva do desejo de punir” pode ser evidenciada se buscarmos eventos que antecedem a análise acima. Busquei nas edições do Jornal do Brasil a palavra “arrastão” entre os anos de 1991 e 1994. É interessante perceber no caderno “Cidade”, da edição de 22 de abril de 1991, a manchete: “Brizola adverte polícia contra violência”, acompanhada de duas notas: “Confusão depois do baile deixa também quatro feridos” e ‘Briga e assalto são comuns nos fins de semana”. Essa última afirmava, ao falar dos arrastões: “[...] São confusões provocadas pelas chamadas turmas de arrastão, que, depois de passaram a noite dançando, saem pelas ruas fazendo baderna e assaltando.”⁶²

Percebe-se que, já no início de 1991 há essa evocação do assunto com certo tom tendencioso. Ao menos seis matérias sobre o tema chamaram-me a atenção durante esse ano⁶³, tendo destaque a do dia três de novembro. Na capa, apresentou-se a seguinte chamada:



Figura 10 – Nota do Jornal do Brasil sobre arrastões em 1991
Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional⁶⁴

⁶² "JORNAL DO BRASIL, Briga e assaltos são comuns nos fins de semana. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/31304. Acesso em: 16 ago. 2021.

⁶³ "No subúrbio, fim de baile tem arrastão" (09/06/1991), "'Arrastão' faz PM antecipar 'Operação Verão'" (30/10/1991), "Vem aí o verão do arrastão!" (03/11/1991), "Boato de 'arrastão' causa pânico na Tijuca" (21/12/1991), "Mas que verão cavernoso! - Arrastão, praia poluída, 'heavy metal', vampiros - a estação que começa hoje está pra lá de sombria" (22/12/1991), "Praça Saenz Peña vive mais um dia com boatos de 'arrastão'" (22/12/1991).

⁶⁴ JORNAL DO BRASIL, "Vem aí o 'verão do arrastão'". Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/46195 Acesso em: 16 Ago. 2021.

A narrativa, assim como em 1992, aposta em um jogo de oposições e insinuações. Apresenta-nos a figura de empresários, animais de estimação batizados com nomes bélicos e moradores da Zona Sul (com poder de compra, acesso a serviços de entrega e a possibilidade de realizar pequenas viagens aos fins de semana) como reféns de “mais de 100 mil suburbanos” que ousavam cruzar o túnel e frequentar a praia de Ipanema. A matéria mais detalhada possui alguns subitens com títulos bastante curiosos, como: “Governo quer mais ônibus ainda”, ao se referir ao acesso de moradores das Zona Norte e Oeste às praias; “Mortadela some dos balcões”, apresentando recomendações de comerciantes para “afastar os consumidores que provocam tumultos”; “Para PM, culpa é de suburbano”, trazendo a leitura do policial militar Humberto de Oliveira, que diferenciava moradores das favelas da Zona Sul e suburbanos; “Só o IPTU continua chique” e “Contra pivetes, cães de raça”, dando-nos a dimensão do problema que se apresentava aos cariocas.

Com esse prenúncio acerca do verão começamos o ano de 1992. Apesar de já ter apresentado o arrastão ocorrido em outubro desse ano, é significativo perceber que durante os meses de janeiro, fevereiro e março a pauta dos arrastões fez-se bastante presente nas páginas do Jornal do Brasil. A seguir, alguns desses registros:

Manchete	Data
“PM vai fazer ‘arrastão’ – Novo comandante do 23º batalhão promete mais soldado na rua”	07/01/1992
“Pivetes tapam os ralos para fazer arrastão ”	02/02/1992
“Ladrões de bicicleta em Ipanema” – “recente modalidade de arrastão ”	06/02/1992
“Segurança particular tem mais homens que a PM em Copacabana”	16/02/1992
“ ‘Arrastão’ em ônibus deixa três baleados”	24/02/1992
“PM prende 27 ladrões e acaba ‘arrastão’ ”	04/03/1992
“Insegurança” – “Vão lançar o arrastão doméstico”	11/03/1992
“ Arrastão tumultua praia no último domingo do verão”	16/03/1992
“PM diz que não houve arrastão em Ipanema”	17/03/1992
“ Arrastão tem 3 mortes – atirador mata rapazes que assaltavam um ônibus no rio Comprido”	20/03/1992

Quadro 1 – Registros jornalísticos “Arrastão” I
 Fonte: Elaboração própria.

É interessante perceber que a ocorrência de diversos delitos é associada à nomenclatura “arrastão” nesse período, o que, sem dúvidas, avoluma a ocorrência nas buscas. O assalto a carros na Avenida Brasil, conforme noticia a segunda manchete, é colocado como um arrastão, assim como o roubo de bicicletas, o assalto a turistas, o assalto em transportes coletivos e os assaltos residenciais também entram no bojo dos arrastões. Além disso, algumas das chamadas acima apresentam a relação entre a mídia e os setores da Segurança Pública, geralmente desqualificando agentes ou louvando ações mais enérgicas. Uma constância observada são pares de oposição onde o jornal em um dia noticia um arrastão e no dia seguinte afirma que a PM tem outra leitura a respeito.

Os meses de setembro e outubro deste ano trazem novamente para cena os arrastões. A seguir, um novo apanhado de menções:

Manchete	Data
“Um cerco a turistas na Candelária”	02/09/1992
“ <i>‘Have money pra mangiare’</i> – Polícia e porta-voz da Candelária não crêem em arrastão ”	03/09/1992
“ Arrastões fazem da orla praça de guerra”	19/10/1992
“Prefeito controlará acesso às praias” “ ARRASTÃO – ‘Galeras’ do funk criam pânico nas praias” “PM nega assaltos”	20/10/1992
“Orla marítima vai ter mais de mil policiais” ‘Galera’ foge da praia “Antropólogo defende o funk”	21/10/1992
“Trinta pivetes fazem arrastão em edifício” “ Arrastão : os ovos da serpente” – Tijolaço	22/10/1992
“ Arrastão terá pouca influência no 2º turno” “‘Galeras’ e lutadores vão à PM e prometem a paz”	24/10/1992
“Polícia garante praias livres dos arrastões ” “Cartaz pede uso de porretes” “Movimento funk leva desesperança e violência do subúrbio à Zona Sul – Ao contrário dos jovens de classe média que	25/10/1992

lutaram pelo ‘impeachment’ de Collor, hordas de adolescentes desassistidos chegam da Zona Norte para ocupar as avenidas litorâneas e se tornam a mais grave ameaça aos que moram entre o Leme e a Barra”	
“Carioca tem praia tensa, mas sem arrastão ”	26/10/1992
“‘Galeras funk’ fazem arrastão em avenida”	17/11/1992

Quadro 2 – Registros jornalísticos “Arrastão” II

Fonte: Elaboração própria.

As ocorrências se iniciam com mais um desmentido da PM, dessa vez com a narrativa dos arrastões penetrando o espaço de uma igreja e importunando turistas. A partir daí as notícias giram mesmo ao redor do arrastão de 18 de outubro de 1992. A evocação a “Galeras funk” é bem pronunciada e os pedidos de ações mais duras por parte da PM são constantes. Percebe-se um delineamento e a ênfase dada ao perfil dos sujeitos que participavam desses eventos centrados na figura dos funkeiros.

Outro ponto interessante é ver a publicação paga de um texto do governador no jornal, estratégia conhecida como Tijolaço⁶⁵, que em 1992 teve a edição “*Arrastão: os ovos da serpente*”. Reproduzo abaixo um trecho desse texto:

[...] Não importa o quanto de histeria e pânico procurem semear. Cumpriremos nosso dever de governante de garantir tranquilidade à população, sem tolerar excessos de ninguém. Policiamento reforçado e precauções, sim; nunca repressão e violência indiscriminada e muito menos restrições aos direitos do nosso povo – more onde morar, tenha a cor que tiver, pobre ou rico – de frequentar o espaço democrático da praia ou qualquer área pública deste Estado.

Se alguém deseja fazer das áreas de lazer do Rio palco de violência e agressões terá de enfrentar a presença e o justo rigor dos organismos policiais do Estado. Mas, de outro lado, se alguém sonha com discriminações, com a segregação de pessoas em função de sua raça ou renda, enfim com o apartheid social, que não espere encontrá-lo no Rio, enquanto estiver sob minha responsabilidade e a do PDT governar o estado mais libertário do Brasil (BRIZOLA, 1992, on-line)⁶⁶.

Relacionado ainda ao episódio desse arrastão existiu a proposta de construção de piscinas nos CIEPs e junto dela uma série de controvérsias. Difundiu-se a ideia de que a construção de piscinas nos CIEPs seria uma espécie de

⁶⁵ Publicação realizada por Leonel Brizola, desde 1984, que contava com financiamento partidário e voluntário, tendo inclusive uma conta bancária para receber as doações que pagariam o espaço no jornal para a veiculação das ideias do governador.

⁶⁶ BRIZOLA, Leonel. Arrastões: os ovos da serpente. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/92896. Acesso em: 16 ago. 2021.

“presente” dado aos jovens que compunham as “hordas” que “invadiram” a praia e a transformaram em “praça de guerra”. Ao contrário de ganhos quaisquer, torcia-se pela punição e as publicações da imprensa foram bastante enfáticas na contrariedade da ideia. Um exemplo:



Figura 11 – Nota do Jornal do Brasil sobre a construção de piscinas nos CIEPs
Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional⁶⁷

O tom variava entre a divulgação da opinião de opositores, a exacerbação de traços destemperados na figura de Brizola e o descrédito da iniciativa, como se pode ver nesta outra matéria:



Figura 12 – Nota do Jornal do Brasil sobre piscina abandonada em CIEP

⁶⁷ JORNAL DO BRASIL, “Governador sugere piscinas”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/73917 Acesso em: 16 ago. 2021

Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional⁶⁸

Para compreender melhor a proposta de governo por trás da construção de piscinas nos CIEPs, reproduzo aqui uma matéria que traz a fala de uma subsecretária do governo. O título da reportagem em si é instigante – “Um clube para São Gonçalo” – e revela o apego aos símbolos por parte de setores da nossa sociedade. Segue o registro:

Um clube para São Gonçalo

■ **Brizola entrega amanhã primeira piscina em Ciep**

O governador Leonel Brizola inaugura amanhã, às 11h, a primeira piscina construída em um Ciep. Além dos 460 alunos do Ciep Chancellor Willy Brandt, em Neves, São Gonçalo, a novidade também vai beneficiar os demais adolescentes e crianças das vizinhanças. Nos fins de semana, todos poderão frequentar o *clubinho* público, com direito a exame médico periódico e carteirinha de sócio, como acontece em qualquer outro clube.

“O ideal seria construir uma piscina em cada Ciep (há 322 prontos até agora). Mas, na melhor das hipóteses, esperamos inaugurar 30 delas, até março de 94”, disse a subsecretária de Projetos Especiais, Tatiana Memória, que enumerou algumas vantagens pedagógicas de um simples retângulo de 12 metros de largura, 25 de comprimento e 95 centímetros de profundidade, repleto de água cristalina.

A mais importante, segundo Tatiana, é relativa à auto-estima e à construção da identidade da criança pobre que, assim, não será obrigada a procurar lazer em lugares distantes de casa. “Este não é um presente dado a eles mas algo a que têm direito como qualquer criança de classe média em seu colégio de Primeiro Mundo”, lembrou. A próxima piscina a ser inaugurada já está em fase de acabamento, em um Ciep de Vilar dos Teles.

Organização — O *clubinho* vai ser administrado pela própria escola, que vai controlar o número de frequentadores, pois a lotação máxima da piscina é de 150 pessoas ao mesmo tempo. Atividades como jogos de vôlei, basquete e futebol se-

rão as alternativas nas horas de espera.

Desde já, a ideia de praticar natação nas aulas de Educação Física e ainda poder brincar na água aos sábados e domingos vem deixando as crianças excitadas por antecipação — afinal, a maioria nunca esteve em uma piscina. “Estão preocupados em não brigar, evitando machucados, em cortar as unhas e cuidar dos cabelos, tudo só para poder entrar na água”, contou a diretora do Willy Brandt, Sônia de Albuquerque Lourenço.

Já estão sendo estudados os locais das outras piscinas, escolhidos entre os Cieps localizados nas áreas mais carentes, como a Baixada Fluminense. Em todos, haverá *clubinhos*, semelhantes ao do Ciep Chancellor Willy Brandt, inaugurado pelo ex-presidente soviético Mikhail Gorbachev, em dezembro do ano passado.

Figura 13 – Nota do Jornal do Brasil sobre inauguração de piscina no CIEP Chancellor Willy Brandt
Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional⁶⁹

É interessante notar que havia um discurso que mencionava a noção do direito a fruição do lazer no espaço escolar e que os jovens estudantes, conforme relato de uma professora, desejavam o aparato. Há também uma fala a respeito do “não procurar lazer em lugares distantes de casa”, que pode abrir a interpretação para uma leitura que acredita na intenção do projeto fortalecer os aparelhos culturais e esportivos nas áreas mais vulnerabilizadas da cidade ou para um entendimento de que esse projeto buscou manter as segregações espaciais na cidade, focando na ideia de redução da presença das classes populares nas áreas nobres da cidade.

⁶⁸ JORNAL DO BRASIL, “Piscina de Ciep desativada”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/73955 Acesso em: 16 ago. 2021

⁶⁹ JORNAL DO BRASIL, “Um clube para São Gonçalo”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/126272. Acesso em: 16 ago. 2021.

Em entrevista para essa pesquisa, Nilo Batista afirma:

[...] o projeto de começar a botar as piscinas olímpicas nos CIEPs tinha isso a ver com o lazer, mas não tivemos tempo né? Porque os CIEPs levavam muito dinheiro nosso, eram 2 milhões cada maravilha daquela, cada edifício com o *design* de Niemeyer custava 2 milhões.

Com o passar dos anos, tanto o projeto dos CIEPs, quanto as piscinas que em alguns deles foram construídas, foram abandonados. Os governantes que assumiram o cargo após a passagem de Leonel Brizola não destruíram as estruturas físicas do projeto arquitetônico de Niemeyer (ao menos não de todo), mas abalaram profundamente seus alicerces políticos pedagógicos. (SILVA, L., 2020)

Vamos agora a 1993. Nesse ano a cronologia dos registros jornalísticos relacionados à pauta dos arrastões segue um mesmo padrão e já em janeiro temos um primeiro “alerta”, conforme quadro a seguir:

Manchete	Data
“ Arrastão volta a assustar banhistas em Copacabana” “Os arrastões invadem as praias”	31/01/1993
“Verão 93 recuperou os modismos cariocas: O arrastão ficou só na ameaça e estação foi marcada pelos passeios de bicicleta, pelo ‘grunge’ e por nostalgia dos anos 70”	21/03/1993
“Bando de menores faz arrastão na Leopoldina”	29/05/1993
“ Arrastão ’ ataca desfile da pátria”	02/09/1993
“ Arrastão traz medo de volta a praias do Rio” “Um terror que surgiu há nove anos nas praias”	08/09/1993
“Galera nega arrastão ”	09/09/1993
“Funkeiros’ levam pânico a Ipanema”	12/10/1993
“O confronto do subúrbio chega à areia” “Polícia nega arrastão ” “Funkeiros’ detidos em Copacabana: grupo de 18 adolescentes é preso, mas libertado à tarde”	13/10/1993

Quadro 3 – Registros jornalísticos “Arrastão” III
Fonte: Elaboração própria

Uma segunda matéria, do mês de março, aponta que os arrastões não ocorreram com a frequência esperada naqueles meses iniciais, mas o restante do ano refuta os prognósticos de que aquele era um problema solucionado. O centro da cidade e o desfile cívico são apontados como espaços dessa prática. O próprio jornal destaca, como se pode ver a seguir, que os “policiais desfizeram a arruaça em pouco mais de um minuto [...]”:



Figura 14 – Nota do Jornal do Brasil sobre arrastão em 1993
Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional⁷⁰

Esta espécie de “ameaça de arrastão” reacendeu o desejo punitivo presente em algumas narrativas jornalísticas, que noticiaram com certo pesar a liberação dos jovens da delegacia⁷¹. Além disso, mais uma vez a polícia é apresentada negando o arrastão, reforçando-se a ideia de uma oposição de percepções de um mesmo episódio. Desta vez, destaca-se que havia um preparo policial e que essa conduta

⁷⁰ JORNAL DO BRASIL, *‘Funkeiros’ levam pânico a Ipanema*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/100611. Acesso em: 16 ago. 2021.

⁷¹ JORNAL DO BRASIL, *Funkeiros detidos em Copacabana – Grupo de 18 adolescentes é preso, mas liberado à tarde*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/100647. Acesso em: 16 ago. 2021.

era aprovada, associando a presença policial ostensiva nas praias com a segurança dos banhistas⁷².

Em 1994 as ocorrências das notícias sobre arrastões nas páginas do Jornal do Brasil diminuem sensivelmente. Passa-se a utilizar o termo “arrastão” em contextos diversos, fala-se em “arrastão fiscal”, “arrastão ecológico”, “arrastão educacional”, “arrastão cívico”, “arrastão contra a corrupção”, “arrastão cultural”, “arrastão ciclístico”, “arrastão da cidadania” etc. Convido-o agora a refletir sobre outra série de episódios que passam a ter destaque na dinâmica social do Rio de Janeiro – as chacinas – um triste cartão-postal da Redemocratização nos territórios de favela.

Com relação às chacinas da Candelária e Vigário Geral, ocorridas respectivamente em julho e agosto de 1993, existe entre elas algo em comum: ambas foram cometidas por policiais militares. Na primeira, foram vitimadas oito crianças e jovens em situação de rua que se abrigavam nas marquises próximas à igreja que deu nome ao atentado. Além disso, houve a tentativa de atear fogo em algumas das vítimas. Na segunda, o número de assassinatos sobe para vinte um, estando entre eles um grupo que se reunia em um bar e uma família dentro de sua casa (SILVA, J. 2020, p. 168).

Esses dois acontecimentos marcaram muito a passagem de Leonel Brizola pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, intensificando as campanhas dirigidas por uma classe média carioca – que enchia as colunas de cartas dos leitores de jornais com suas insatisfações -, pelas conspirações internas na corporação – que pessoalmente afetaram muito o coronel Cerqueira, e pela atuação da mídia – que tratava o caso com pouquíssima complexidade, reduzindo-o, muitas vezes, a um problema de gestão.

Atribuir qualquer fenômeno de violência a uma gestão de governo específica me parece leviano. Entender esse cenário nos exige, como observei no início, a compreensão da nossa tradição escravista, a nossa conjuntura de fim da Ditadura Militar e a realidade neoliberal que incidia com força cada vez maior em nossa cidade. Se não buscarmos, ao menos, por esses três elementos, pouco valerá a análise de medidas de governos isoladas.

Sobre o tema das chacinas, Nilo Batista em entrevista recente, responde:

⁷² JORNAL DO BRASIL, *Polícia nega arrastão*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/100646. Acesso em: 16 ago. 2021.

Quando fizeram um filme sobre Vigário Geral eu me recusei a participar e disse: “se vocês quiserem, corram atrás do noticiário”. E encontraram, no dia seguinte da chacina, eu e o coronel Cerqueira dizendo: “isso aqui foi obra de policiais”. Eu faço a seguinte distinção, que é o mínimo que eu posso prestar em homenagem à memória de Brizola, tiveram duas chacinas no nosso governo, horripilantes. Foram **chacinas contra o governo**. Teve chacina no governo Moreira Franco, teve chacina no governo Sergio Cabral, chacinas a favor, celebradas, comemoradas [...] o atual governador comemorou, disse que foi muito bom o que aconteceu no Jacarezinho, que só tinha bandido [...]

Para mim, o básico de chacina é o **DNA da chacina**. É uma chacina que está realizando políticas do governo? Isso é uma coisa gravíssima. É uma chacina contra as políticas de respeito à integridade física de suspeitos, de respeito ao lar asilo inviolável, de insurgência contra o que pode ser em muitos círculos policiais palavrões – a igualdade perante a lei, que é o fato de as pessoas terem direitos pelo simples fato de serem homens? Isto é outra coisa. [...] Em muitos casos eram grupos inconvertidos de policiais com as nossas políticas (BATISTA, 2021, on-line)⁷³.

Neste mesmo sentido, Brizola, em seu famoso direito de resposta⁷⁴, concedido pela justiça cerca de dois anos depois do pedido, toca na questão dos problemas que sua gestão enfrentou na cidade. Por meio da locução de Cid Moreira, no Jornal Nacional, o governador afirma:

Ninguém questiona o direito da Globo mostrar os problemas da cidade. Seria antes um dever para qualquer órgão de imprensa, dever que a Globo jamais cumpriu quando se encontravam no Palácio Guanabara governantes de sua predileção. Quando ela diz que denuncia os maus administradores deveria dizer, sim, que ataca e tenta desmoralizar os homens públicos que não se vergam diante do seu poder. Se eu tivesse as pretensões eleitoreiras, de que tentam me acusar, não estaria aqui lutando contra um gigante como a Rede Globo (BRAGA et al., 2004, p. 161).

Este trecho dá a tônica geral do que foram os dias de governo Brizola a partir da ótica da relação nada amistosa que se estabeleceu entre ele e a Rede Globo, agudizada no segundo mandato. Como podemos ver corroborado na pesquisa de Juliana Vieira:

Na medida em que seja um movimento cultural elaborado pela/para juventude negra, favelada e suburbana em um contexto de consolidação de uma hegemonia neoliberal – que reforçou a condição estrutural da subalternidade desses sujeitos, cuja origem remonta ao contexto da escravidão colonial –, entende-se que os movimentos de coerção e de incorporação do funk patrocinados por narrativas e às visões de mundo trazidas pelo funk para o debate político (especialmente aquele travado na mídia corporativa) e para os principais canais de produção e circulação midiática, ou seja, aqueles espaços que possibilitam o acesso a meios de produção de ponta e a massificação das criações dos funkeiros em escala

⁷³ TV 247, Trilhas da democracia - Justiça e segurança nos tempos de Brizola, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1WoHjAU4-fl> Acesso em: 22 jul. 2021

⁷⁴ Em razão de um ataque da Rede Globo, que o chamou de “senil” em um de seus editoriais de 1992.

industrial. Isso porque, ao ser associada a criminosos que trabalhavam no comércio varejista de drogas ilegais e por apresentar, em momentos específicos, comportamentos que não se encaixavam nos padrões morais dominantes, essa juventude tornou-se tema fundamental nas disputas políticas travadas no estado do Rio de Janeiro da década de 1990 – especialmente no que dizia respeito à segurança pública. Embora fossem protagonistas de uma das manifestações culturais mais importantes daquela década, as instituições do Estado que mais se ocuparam desses jovens foram suas forças de segurança (VIEIRA, 2020, p. 23-24).

Com relação à cobertura televisiva da Rede Globo, a autora nos lembra que:

[...] a emissora exibiu uma fala de 16 segundos de Nilo Batista – à época, Secretário de Justiça – representando o Governo do Estado, na qual ele informou que estava sendo pensado *“um projeto emergencial de atividade de cultura, esporte e lazer em algumas das regiões de onde afluem as populações”* para as praias.

Nesse ponto, vale a pena discutir de que maneira se entrecruzam todos esses elementos analisados, a irrupção disjuntiva da juventude periférica em uma área nobre da cidade, o discurso criminalizador proposto pela Rede Globo a respeito de tais eventos e as disputas políticas travadas em torno do caráter do Estado brasileiro, especialmente durante a administração estadual de Leonel Brizola e durante o segundo turno do pleito municipal na cidade do Rio de Janeiro (VIEIRA, 2020, p. 73-74).

No aspecto da segurança pública, considero válido trazer a observação de que, se na gênese do projeto dos CIEPs a atuação do trio Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e Oscar Niemeyer foi imprescindível, nessa gestão em específico, os nomes de Cerqueira, Leonel Brizola e Nilo Batista igualmente o são. Uma das grandes contribuições que minha pesquisa pode trazer, nesse sentido, é a observância da tentativa de adoção de uma política criminal democrática. Não há compatibilidade possível entre a existência da Democracia e de políticas criminais alimentadas pelo desejo cego da punição. Conforme Wacquant:

[...] a penalização da pobreza fragmenta a cidadania segundo as linhas de classe, liquida a confiança cívica na base e promove a degradação dos princípios republicanos. O estabelecimento do novo governo da insegurança social revela, *in fine*, que o neoliberalismo, em essência corrói a democracia (BATISTA, 2012, p. 39).

Por fim, encaminhando-me para o capítulo seguinte, gostaria de propor uma reflexão a partir da trajetória de Leonel Brizola. Durante a década de 1960, em sua resistência à Ditadura Civil-Militar, nas suas tentativas de organização de frentes e em seus quinze anos de exílio, Brizola teve sua imagem associada à de “desordeiro”, “incendiário”, “subversivo”, entre outros. Evocava-se quase sempre a imagem de um inimigo externo, que estaria associado a imagem do “comunista”, “guerrilheiro”, “invasor”.

Ao buscar movimentos culturais antecessores ao funk, podemos perceber nos bailes *black* que agitaram os subúrbios do Rio de Janeiro na década de 1970 algumas reminiscências dessa busca por um inimigo externo. Acredito que valha o registro de que, os organizadores e frequentadores dessas festas sofreram perseguição sob a acusação de estabelecimento direto de relações com grupos de contestação racial estadunidenses. Dessa forma, há certa aproximação com as acusações feitas à Brizola, quando se mencionava sua suposta associação a inimigos externos aos interesses nacionais durante a Ditadura Civil Militar.

Ao longo de minha pesquisa, porém, percebi que a trajetória de Brizola se cruza com um fenômeno social que acontece no Brasil entre os anos 1980 e 1990 – a mudança no perfil do inimigo número um do sistema⁷⁵. Antes, a centralidade estava na figura do “comunista”, hoje ela se encontra na figura do “narcotraficante” (que em verdade é o jovem morador de favela que assume o varejo da venda de substâncias ilícitas como forma de subsistência).

Conforme D’elia Filho (2011):

O ‘traficante’, a partir dos anos 80, passa a ser utilizado como termo estigmatizante capaz de reduzir a compreensão acerca de um indivíduo. Se nos anos 70 o ‘comunista’ era o responsável por ‘degustar criancinhas’ em nosso país, hoje o ‘traficante’ é responsável até por estimular o surgimento de favelas (D’ELIA FILHO, 2011, p. 58).

E mais:

O estereótipo do bandido vai-se consumando na figura de um jovem negro, funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda (D’ELIA FILHO, 2011, p. 21).

A figura de Leonel Brizola foi associada em seus mandatos a frente do governo do Rio de Janeiro com a permissividade ou simpatia a “gangues”, “facções”, “bicheiros”, “bandidos”, entre outros, ganhando a centralidade a figura de um inimigo interno. Como veremos, essas imagens incidem nas representações dos funkeiros e influenciam no trato que lhes será destinado historicamente. O próximo capítulo nos permitirá ver movimentos funkeiros que buscaram firmar-se enquanto sujeitos da cultura, reivindicando sua existência por meio da arte e tecendo contra narrativas

⁷⁵ Sobre essa mudança, veja: D’Elia Filho (2011, p. 58-62).

que possibilitaram atualizar valores relacionados aos trabalhadores no Rio de Janeiro.

2 O RIO DE JANEIRO CIDADE DO FUNK

Há pouco mais de um mês, assisti a uma *live* chamada “Festas na História”⁷⁶, organizada pelo projeto “Histórias nas Redes”⁷⁷, veiculada no canal do Youtube homônimo. Esta edição contou com a presença da professora Martha Abreu⁷⁸ e sua fala inspirou-me a escrever algumas linhas aqui nesse espaço destinado a compreensão do movimento funk. A reflexão proposta esteve centrada na importância da atuação dos historiadores nos estudos das festas.

Conforme sua explanação demonstrou, as festas ganharam relevância como uma questão da historiografia brasileira a partir dos anos 1980 e 1990, tendo alguns nomes principais desses esforços iniciais sendo os de Rachel Soihet⁷⁹, Mary Del Priore⁸⁰ e a própria Martha Abreu. Os estudos anteriores estiveram dominados por antropólogos e pelos folcloristas.

Ao defender os estudos da festa como um espaço que também deve ser ocupado pelos historiadores, a professora lembrou do olhar atento que o ofício do historiador cria para com os processos nos quais a festa está inscrita: “A festa está no tempo. Os homens mudam, as festas mudam. Tudo depende da conjuntura, das forças políticas, das forças populares”, destacou Martha. E continuou: “Os historiadores trazem para os estudos das festas a força dos festeiros, dos sujeitos sociais que fazem as festas” (ABREU, 2022, on-line)

No encerramento de sua fala, houve a menção a “uma demanda social forte dos movimentos negros, indígenas e populares pelo reconhecimento do seu patrimônio cultural, entre eles, as festas” (ABREU, 2022, on-line), ocorrido no final dos anos 1980. Justamente o momento da criação do formato de festa baile funk e do fazer político brizolista na cidade do Rio de Janeiro, que, como vimos, esteve associado em certa medida a esses movimentos negros, indígenas e populares.

Esta seção apresentará a realização artística carioca que ficou conhecida como Funk. Muitos seriam os possíveis caminhos para fazê-lo, são diversos os

⁷⁶ Festas na História. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XQ0K3LrpJ50&t=3769s>. Acesso em: 27 nov. 2022.

⁷⁷ Iniciativa tem apresentado *lives* reunindo alunos, ex-alunos e pesquisadores ligados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo e convidados.

⁷⁸ Doutora em História, professora titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e atua nas áreas de História do Brasil e História da Diáspora Africana nas Américas.

⁷⁹ Rachel Soihet é historiadora e professora titular na Universidade Federal Fluminense, tendo o foco de sua atuação nos temas da História Cultural e Gênero.

⁸⁰ Mary Lucy Murray Del Priore é historiadora, escritora – com mais de 50 livros publicados - e professora, dedica-se ao estudo da História do Brasil.

recortes temporais, espaciais e as abordagens existentes para entender esse movimento cultural. Minha opção foi centrar o foco da análise no processo da abertura democrática vivenciada pelo Brasil em meados dos anos 1980 e a intensificação do neoliberalismo no Brasil, estabelecendo um olhar para a localidade do Rio de Janeiro, que conjugava esse contexto histórico com a vivência de um governo que anunciava uma plataforma popular – o governo de Leonel Brizola.

Tal experiência se deu em dois mandatos, conforme já foi apresentado, estabelecidos entre os anos de 1982 e 1986 e 1991 e 1994. Uma pesquisa sobre o funk nessas balizas me colocou em lugares ainda pouco visitados academicamente. O entrelaçamento entre juventudes, cultura e brizolismo no Rio de Janeiro mostrou-se bastante desafiador e precisei exercer a autoria das ideias aqui presentes com bastante segurança, estabelecendo nexos a partir de fontes diversas e ampliando meu olhar para acontecimentos até então pouco interligados. Ao viver essa jornada, porém, encontrei-me mais estimulada e convencida da necessidade dessa mirada.

Busquei apresentar brevemente o movimento Black Rio como um dos antecessores cariocas do funk. Nesse exercício, foquei na apresentação de alguns sujeitos, buscando falar de alguns marcos recorrentemente referenciados nas pesquisas do tema, mas sem tributá-los de toques mágicos e genialidades individuais. A tentativa a seguir é manter o destaque nos processos, aspirações coletivas e anseios que estavam presentes em um imaginário carioca compartilhado por muitos, pensando em minha narrativa a juventude suburbana situada em suas territorialidades.

Os espaços de sociabilidade inaugurados nesse instante – os bailes – marcaram uma mudança na verbalização (vocalizada ou não) da temática racial no Brasil. Pensar a organização dos bailes nos convoca a refletir sobre uma prática que desafiava o imaginário de integração racial preconizado pela Ditadura Civil-Militar e é um exercício incontornável aos historiadores que desejam entender o período e a cidade.

Ao falar do funk, além de um panorama geral de sua gênese, trago à tona algumas das principais realizações desse movimento, dando especial atenção aos processos de inovação propostos. Considero que o lugar ocupado pelos funkeiros foi de vanguarda cultural na cidade, influenciando, inclusive, aspectos da sua vida

pública. Fico bastante satisfeita nessa parte, pois desfaço qualquer falsa impressão que se possa ter criado no sentido do entendimento de que havia um movimento de mão única, a saber: o Estado, representado pelas gestões brizolistas, como benfeitor pela realização de políticas cidadãs para juventude. Ensejo apresentar nessa etapa que a presença dos muitos eventos de negociação, consensos e dissensos apontam para a agência dos sujeitos funkeiros no modo de se fazer Estado no governo da cidade do Rio de Janeiro.

Sigamos, então, para os fins dos anos 1960.

2.1 “LEBLON VIA VAZ LOBO”⁸¹: O BLACK RIO DE JANEIRO

Os trabalhos que versam sobre o funk muitas vezes apresentam marcos iniciais e momentos chave do seu surgimento, o que pretendo evitar aqui sempre que possível, evidenciando os processos e as múltiplas agências dos sujeitos que respondiam a anseios coletivos. No entanto, vejo como um caminho possível para começar a narrar essa história o exercício de buscar uma de suas reminiscências no movimento que ficou conhecido, a partir da reportagem de Lena Frias, em 1976⁸², como Black Rio. Esse artigo evidencia, entre outras coisas, a importação do som e dos comportamentos estadunidenses para o novo jeito de fazer festa carioca. É importante ter em mente, no entanto, que as origens desses bailes, para além das incorporações mencionadas, estão associadas as muitas tradições culturais da diáspora africana no Brasil e em outros países.

Analisar o movimento Black Rio é falar dos subúrbios do Rio de Janeiro dos fins de 1960 e início dos anos 1970, período compreendido dentro do regime da Ditadura Civil- Militar brasileira, cuja qual tratei no capítulo anterior. A repressão dos atos institucionais⁸³ grassava em nossa sociedade e, no aspecto que tange ao tema

⁸¹ Música instrumental da banda Black Rio, criada no contexto do movimento homônimo e composta por músicos como Oberdan Magalhães, Altay Veloso, Serginho Trombone, Paulo Russo, Arthur Verocai, Jamil Joanes, Lúcio Silva, Paulinho Black, Robertinho Silva, Rubão Sabino, Carlos Darcy, Jorjão Barreto, Valdecir Nei, Abóbora, Arthur Maia, Luiz Carlos Batera, Cláudio Stevenson, Cristóvão Bastos e Barrosinho. Segundo Peixoto e Sebadelhe (2016, p. 95): “[...] a música sintetizada pela Banda Black Rio foi o ponto que mais aproximou as vias paralelas que sempre existiram entre o universo dos bailes do Movimento Black Rio e uma música brasileira que buscava experimentações com a música negra universal. Uma mistura que se constituía em trabalhos de vários artistas, desde a década de 1960”

⁸² *O orgulho (importado) de ser negro no Brasil Black Rio*, artigo da jornalista Lena Frias, publicado pelo Jornal do Brasil em 17 de julho de 1976.

⁸³ “Normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de

discutido nessa seção, trazia o elemento da afirmação da “democracia racial”⁸⁴ como valor constituinte da pátria. Quaisquer movimentos relacionados a expressão orgulhosa do ser negro e reivindicação de espaços de sociabilidade com marcação racial eram identificados como iniciativas separatistas e de corrosão da ordem social. (NASCIMENTO, 2016; PEDRETTI, 2022)

Porém, é preciso pensarmos nas festas do Black Rio como espaços onde o foco estava “ora no mero lazer, ora de contestação, ora como possibilidade de se ganhar dinheiro” (PEDRETTI, 2022, p. 44), como forma de evitar cristalizações semânticas. A respeito desse cenário, cabe-nos a apresentação de um sujeito que ficou historicamente conhecido por Dom Filó, tendo o nome de batismo Asfilófilo de Oliveira Filho. Homem jovem negro morador do Jacaré, Zona Norte do Rio de Janeiro, universitário, leitor de Malcon X⁸⁵ e Samora Machel⁸⁶, que participou das conspirações e movimentos de sua geração para modificar as formas coletivas de divertimento. Em depoimento a Peixoto e Sebadelhe (2017), Filó remonta o cotidiano das festas, em especial as marcadas pelo associativismo negro nos subúrbios do Rio de Janeiro, desta maneira:

De março até agosto, às famílias negras frequentavam as ‘festas de largo’, como a Festa da Penha, piqueniques na Quinta da Boa Vista, praia de Ramos e as praias da Ilha do Governador. Além dos bailes de suingue organizados em clubes como o Magnatas, onde apresentavam-se conjuntos como, por exemplo, Joni Maza, Ed Lincoln, Copa 7, Devaneios, entre outros. Nesse momento, a minha geração já não se identificava com esse circuito. Esse tipo de programação não rolava mais (PEIXOTO; SEBADELHE, 2017, p. 28).

E essa insatisfação não se fazia presente somente nos subúrbios do Rio de Janeiro. Na zona Sul, por sua vez, também começavam as conspirações ao redor de um novo fazer cultural, conforme se vê:

centralização à administração e à política do país.”, conforme verbete do CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 29 nov. 2022.

⁸⁴ Noção política e cientificamente difundida no Brasil de que o embate racial se deu de maneira mais harmoniosa e com soluções de diálogo cultural que abrandaram processos de violência, tese desconstruída, entre outros, por Abdias Nascimento em *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, lançado em 2016.

⁸⁵ Líder afro-americano de inspiração socialista que militou pelos direitos civis nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1960, destacando-se nas pautas do islamismo e da autodefesa. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/malcolm-x-2/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

⁸⁶ Militar de inspiração socialista que liderou a Guerra de Independência Moçambicana e tornou-se o primeiro presidente desse país, em 1975. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/samora-machel/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

No início dos anos 1970, a Zona Sul vivia um processo de transformação do seu universo boêmio: a era das boates com som mecânico chegava com força total. Copacabana e Ipanema abriam novas casa noturnas onde *disc-jockeys* (DJs, na época conhecidos como discotecários) comandava a noite. Como uma antítese aos os), tempos dos *nightclubs* (com música ao vivo e apresentações intimistas de pequenos conjuntos), novos lugares ficariam em voga por conta de suas pistas de dança. Vivia-se o reverso da penumbra e da *ambiance* do Piano Bar – ainda mais antigo e ‘fora de moda’, da época do chamado café *soçaité*. Uma atmosfera *underground* e uma postura contracultural tomavam a cena. Indivíduos comprometidos com uma liberdade de expressão, com uma espontaneidade vivenciada nos idos anos 1960, formavam um público moderno, de atitude mais jovem e despojada, que tomava conta dos pontos mais badalados dos ditos bairros da moda (PEIXOTO; SEBADELHE, 2017, p. 30).

É interessante notar que neste Rio de Janeiro, onde os intercâmbios entre Zona Norte e Zona Sul eram bastante limitados, fazendo inclusive com que a jornalista acima referenciada tenha recebido a fama de ter apresentado um Rio de Janeiro a outro, tenha existido esse confluyente desejo de suas juventudes de modificar a cena de seus festejos. Ainda nos anos 1960, duas figuras se destacaram no circuito da Zona Sul: Big Boy⁸⁷ e Ademir Lemos⁸⁸. O primeiro, jovem branco, morador do Flamengo, programador musical na Rádio Tamoio desde 1964, onde criou uma nova maneira de comunicar-se com jovens, através de bordões e de sua curadoria musical, e que, posteriormente, viria a ocupar o Canecão⁸⁹ com os Bailes da Pesada. O segundo nome também esteve associado à criação desse evento e foi descrito como “mestiço” pelo jornalista Silvio Essinger, ele destacou-se por discotecar em casas da Zona Sul, como Le Bateau e Jirau, onde performava novos estilos de dança e trazia a estilo capilar *black*.

⁸⁷ Newton Alvarenga Duarte (1943 – 1977), “um misto de DJ e proto-MC”, conforme ESSINGER, 2005.

⁸⁸ Ademir Inácio Lemos (1946-1998), “o verdadeiro Homem Baile”, conforme ESSINGER, 2005.

⁸⁹ “cervejaria do chique bairro de Botafogo”, conforme ESSINGER, 2005.



Figura 15 – Foto de Ademar Lemos e Big Boy discotecando
Fonte: O Globo (2020)⁹⁰

As festas do Baile da Pesada, apesar do sucesso e novidade que representavam, não duraram muitos verões, tendo sido o espaço do Canecão requisitado por seus donos para o cumprimento da agenda de show de Roberto Carlos e, a partir daí, tendo apresentado uma remodelação dos artistas que ocupariam seus palcos, majoritariamente ligados à MPB. Meu intuito ao falar dessa festa está, no entanto, em mostrar que esse espaço, apesar das distâncias territoriais e simbólicas, foi ocupado por alguns indivíduos que moravam em áreas consideradas menos nobres do Rio de Janeiro, como é o caso de Oséas Moura dos Santos. No próximo capítulo abordarei a circulação dos sujeitos na cidade, o que ocorreu no momento narrado aqui.

Oséas, que entrou para a história do funk como Mister Funky Santos, era morador do Catumbi, precisamente, do Morro da Mineira, e encontrou divertimento



⁹⁰ Fotografia retirada de <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/baile-da-pesada-marco-da-dissem-2022>.

Globo. Disponível em: [8/live-lembra-os-50-anos-do-as.ghml](https://g1.globo.com/pop-arte/musica/baile-da-pesada-marco-da-dissem-2022). Acesso em: 29 nov.

nos Bailes da Pesada, mas o evoco para falar de sua iniciativa igualmente inovadora: organizar festas com discos e vitrolas nas portas e calçadas do subúrbio. Apesar da admiração nutrida por Big Boy e Ademir Lemos, havia em Mister Funky Santos o desejo de tornar as festas exclusivamente voltadas para a música *soul*, o que o diferenciava dos anteriores, que mesclavam outras sonoridades. Essas festas de calçada ficaram conhecidas como *hi-fis*⁹¹ e eram executadas com uma aparelhagem bastante simples, onde cada vinil era tocado integralmente.

Figura 16 – Fotografia de Mister Funky Santos
Fonte: Humberto Disco Funk⁹²

Em 1969, Mister Funky Santos, já no papel de DJ e apaixonado pela figura de James Brown, produz o “primeiro baile black carioca” (PEIXOTO; SEDABELHE, 2017), ao ocupar o clube Astória⁹³, no Catumbi. Sobre a festa, Funky Santos afirma: “O soul que o Big Boy lançava era bacana, mas não era aquilo que o pessoal queria. Aí eu entrei com um soul pesado, marcado, e apanhei o público dele”. Sobre o Baile da Pesada, lembra: “Na hora que tocava um soul, a negada do subúrbio abria uma roda. Mas eram quinze minutinhos de alegria só e cortavam” (ESSINGER, 2005, p. 19).

A festa de Funky Santos caracterizava-se por uma presença negra maciça e por sua iniciativa em “descobrir nas importadoras sons que ninguém curtia” (PEIXOTO; SEDABELHE, 2017, p. 36). Sobre essa curadoria musical, Dennis Novaes informa:

[...] na virada dos anos 1960 para os anos 1970 houve uma abertura expressiva do mercado nacional para as grandes gravadoras internacionais. Companhias como a EMI, WEA, Phillips e Polygram aplicavam aqui uma estratégia existente desde a origem da indústria fonográfica mundial: investiam na produção de conteúdo nacional e ao mesmo tempo lançavam no Brasil artistas internacionais que já faziam parte do seu *cast*. [...] O resultado é que diversos sucessos internacionais chegavam ao Brasil e, entre eles, discos de artistas da música negra estadunidense. Porém, não eram esses discos que interessavam aos DJs e donos de equipes de som, cuja motivação era a novidade, o ineditismo (NOVAES, 2020, p. 69).

⁹¹ O termo era a abreviação de *High Fidelity*, um reconhecimento da qualidade dos toca-discos da época. (PEDRETTI, 2020).

⁹² Fotografia do acervo de Humberto Disco Funk. Disponível em: <http://acervodosbailes.blogspot.com/2008/02/mr-funk-santos-so-pra-comecar.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

⁹³ O espaço não existe hoje, tendo sido construído o viaduto que fica ao lado da Praça da Apoteose em seu lugar.

No bojo desse movimento, e de tantos outros, o Rio de Janeiro vai assistir ao florescimento do fenômeno das equipes de som. As festas desse tipo passaram a ocupar cada vez mais os espaços dos clubes nos subúrbios entre os fins de 1960 e início de 1970. Outra figura desse processo de ida para os subúrbios da festa foi Sir Dema⁹⁴, fã do programa de rádio de Big Boy, mas ausente nas festas dos Bailes da Pesada, por sua idade e custo, ele fez o formato dos *hi-fis* chegar à Zona Oeste do Rio de Janeiro e assistiu a ocupação do Cassino Bangu já com a festa comandada pelas equipes de som (PEDRETTI, 2022) e em entrevista afirmou:

Naquela época nós não acompanhávamos especificamente o DJ, nós acompanhávamos a equipe e ponto. As equipes pra gente eram como se fossem os nossos artistas. Foi uma geração de seguidores de caixas de som. Éramos jovens muito pobres e sem opções de cultura e lazer, num período muito difícil de regime militar. Portanto, a nossa salvação nessa história toda foi ter tido acesso à música mundial, tivemos única e exclusivamente, por intermédio das equipes. Graças às equipes de *soul* que tivemos a oportunidade de aprender o que era música. E foram nos bailes que esse universo se apresentou pra gente. (PEIXOTO; SEBADELHE, 2017, p. 44)

Para seguir na complexificação dessa rede, retomo a figura de Filó, ou o, à época, reconhecido, Dom Filó. Ele visita o baile organizado por Funky Santos em uma de suas primeiras edições, se entusiasma com o que vê, mas sente falta do elemento da consciência negra colocado de forma mais direta. Dessa inquietação, surge a festa que ficou conhecida por Noite do Shaft, mais uma camada nessa profusão de inovações de formatos. A festa começa em 1972 e acontece no espaço já consagrado pela comunidade negra carioca Clube Renascença. O batismo da festa é inspirado no filme do diretor Gordon Parks e dialoga (e reverencia) a figura do “durão e charmoso detetive negro John Shaft”, que “combate o crime à sua pouco ortodoxa maneira” (ESSINGER, 2005, p. 22). Além desse exemplo de representatividade, trazido da *Blaxploitation*⁹⁵ estadunidense, a trilha sonora do filme, composta por Isaac Hayes, marcou essa geração de aficionados pela música *soul*.

Mas outros dois elementos dessa festa são responsáveis pelas tais camadas de novidade que afirmo terem sido acrescentadas: o primeiro, a projeção de cenas dos

⁹⁴ Aldemar Matias da Silva, pernambucano que chega ao Rio de Janeiro e passa a morar em Bangu.

⁹⁵ “[...] um cinema de vingança, de humor e de raiva. Descaradamente aberto e honesto em suas fraquezas. Cinema imperfeito que pulsa. Cinema que joga com crueldade e ironia a discriminação na cara sociedade norte-americana.” Disponível em: <https://abraccine.org/2011/11/20/blaxploitation-o-genero-que-obrigou-o-mundo-a-notar-os-negros/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

filmes da tradição citada acima mesclada com fotos do público do baile tiradas em edições anteriores em paredes brancas dos bailes e o segundo, a interrupção do baile para que uma espécie de animador deixasse algumas mensagens ao público. Essa última característica pode ser observada, tal qual os bordões de Big Boy, como elementos propulsores da figura do MC⁹⁶, que viria a despontar anos depois.

Segue aqui um trecho do livro *Batidão*, onde temos a fala de Filó e a apresentação do ganho de proporção da festa e os enfrentamentos que passou a ter de estabelecer:

O sucesso foi tanto que a Noite do Shaft passou a não caber mais no Renascença. Obras no local anteciparam a sua transferência para o Clube Maxwell. Depois, ele foi para dentro do subúrbio, chegando ao Cascadura Tênis Clube, onde a força política dos *slides* chocou a plateia. “Aí você tinha que aparecer com alternativas. Foi quando eu criei o Soul Grand Prix, soul em alta velocidade”, conta Filó, explicando: era Soul Grand Prix porque ele entremeava os slides *black* com cenas dos pilotos de Fórmula 1: “Era a única forma de burlar a questão da censura”. Sem querer, o MC deu o nome à equipe de som que acabaria se formando a partir da festa – e que faria história no funk carioca (ESSINGER, 2005, p. 23).

O entrevistado fala em “burlar a questão da censura” e esse ponto é interessante para pensarmos dois processos. Um deles é adaptabilidade da cultura popular negra carioca, que, no caso analisado, ainda em suas origens faz movimentos de negociações, esquivas e embates em diversos âmbitos. Tal característica de se metamorfosear será acompanhada pelo funk, como veremos mais à frente. O outro processo nos aponta para a necessidade da problematização da chave de leitura acadêmica que reduz a leitura do aparato repressivo ditatorial ao momento do enfrentamento das guerrilhas urbanas, desconsiderando as continuidades repressivas do Estado brasileiro centradas no trato de sua população negra. Penso ser fundamental “perceber que essa função histórica de controle de grupos sociais subalternizados e condenados moralmente se manteve como uma atribuição central das estruturas repressivas da ditadura” (PEDRETTI, 2022, p. 114).

As condutas criminalizadas, ainda que figurem vanguardas artísticas, são fazeres culturais da população negra, trabalhadora e pauperizada na longa duração da história brasileira. A mínima observância da história cultural dessas manifestações nos dá muitas indicações desse processo. Me é caro aqui lembrar Milton Santos, que diz:

⁹⁶ Sigla estadunidense para “mestre de cerimônias”. A figura do MC tendo origem em Filó é mencionada por Peixoto e Sebadelhe (2016) e Essinger (2005).

Dentro de cada cidade, o princípio de unidade é dado, ao mesmo tempo, pelo mercado e pelo território, responsáveis pela unificação dos diversos segmentos característicos da vida urbana. Mercado urbano e território urbano são noções inseparáveis e realidade interdependentes, havendo, porém submercados e subcircuitos espaciais de produção específicos, cada qual com a sua racionalidade. [...] a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre às atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. O que muitos consideram adjetivamente, como 'irracionalidade' e, dialeticamente, como 'contra-racionalidade', constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo (SANTOS, 2006, p. 210).

Ter na música *soul* difundida nos territórios populares da cidade um prisma para a análise do processo da Ditadura Civil-Militar é atentar para essa produção de contra-narrativas que evidenciam a agência de trabalhadores no período em questão, uma ausência sentida por mim ao estudar esses acontecimentos da história. Essas “*racionalidades paralelas*” conformaram formas de ser carioca e dialogam com o primeiro capítulo desse trabalho, apontando o poder de prospectar futuros, o que pode se demonstrar via escolhas eleitorais e via o desejo de ser artista, por exemplo.

Sobre essa característica que levantei, a de ser vanguarda artística, acredito que valha a sinalização da descrição dessa Zona Norte como pólo irradiador de novidades culturais:

[...] os bons bailes dependiam das boas novidades. Muitas dessas músicas tinham sido sucesso no circuito *black* americano (e acabaram fornecendo bases para muitos dos sucessos do hip hop nos anos 1980 e 90), mas para chegar ao Brasil (já que não interessavam à grande mídia, até por seu provocativo conteúdo racial), só mesmo pelas mãos dos DJs dos bailes de subúrbio. Foram esses DJs, em sua busca pelo balanço perfeito (muitas vezes sem referências, já que nem se pensava em internet e as revistas especializadas demoravam a chegar), que ajudaram o Rio – muito mais do que os DJs da Zona Sul – a ficar em dia com a vanguarda da *black music*. Naqueles meados dos anos 1970, a Zona Norte era o melhor dos mundos para quem gostava de *soul*. (ESSINGER, 2005, p. 34)

A Noite do *Shaft*, entretanto, não teria muita longevidade, encerrando sua vigência em 1974. Filó pouco a pouco vai se decepcionando com o caráter mercadológico que a festa tomara e com as perseguições que sofrera. Mas a equipe

de som *Soul Grand Prix*, que comandava a festa, continuaria em atuação com bailes organizados pelo primo de Filó – Nirto – e lançaria algumas coletâneas de sucesso até 1978. Pretendo agora que olhemos para a consolidação do processo das equipes de som e para sua importância no formato de festa em questão.

Trazer a centralidade para essa “rede de ação coletiva” (NOVAES, 2020, p. 26), que ficou conhecida no Rio de Janeiro como equipe de som é atentar para as conexões entre o funk e o Black Rio, visto que:

As equipes de som constituem um dos mais longevos elementos do funk. [...] Os clubes deram lugar às ruas e quadras em favelas, os DJs passaram de coadjuvantes a destaques, as músicas mudaram profundamente, bem como os passos de dança. Mesmo assim as caixas de som empilhadas em um canto – evocando, só pelas imagens, grande potência sonora – denunciam tratar-se de um baile.

As equipes de som estão intrinsecamente ligadas aos bailes. Em quarenta anos das equipes, suas empreitadas de produção fonográfica não substituíram a principal atividade: agitar as festas nos subúrbios e favelas cariocas. [...] além das equipes de som, outra característica que chama a atenção nessas festas: os corpos negros são maioria tanto na pista quanto no palco. Os bailes, as equipes e a negritude do funk se conectam pelo Black Rio (NOVAES, 2020, p. 24).

O Black Rio de Janeiro é, portanto, lugar de fazimentos culturais de vanguarda, pioneirismo nos usos tecnológicos e ponto irradiador de discursos contra hegemônicos. Não há essencialização aqui, como já foi dito, sei das múltiplas intenções existentes em quaisquer movimentos culturais e nos espaços das festas populares. Mas me parece coerente evidenciar tais aspectos e a reminiscência presente. Novamente trazendo a análise para a longa duração da perseguição aos modos de viver da população negra carioca, gostaria de destacar um trecho da obra clássica de Vera Malagutti, “O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história”, onde a autora, apropriando-se das palavras de João José Reis, afirma:

Na Bahia o islã era mobilizador e em meados de 30 crescia e constituía-se numa referência fundamental da comunidade negra. Os textos do Corão falavam para o homem perseguido, discriminado. Extremamente democrático, o islã permitia a participação plena dos iniciados nas preces coletivas. Os mestres reuniam a comunidade africana para orar e também para ensinar a ler e a escrever. ‘Foi duro para uma sociedade onde a etnia dominante, os brancos, continuava predominantemente analfabeta aceitar que os escravos africanos possuam meios sofisticados de comunicação (BATISTA, 2003a, p. 24).

Nessa toada, estabeleço o paralelo e vejo essas primeiras experiências dos bailes *Black* como forma de comunicação que esteve intrincada com novas formas

de socialização negra no Rio de Janeiro. Naturalmente, o medo histórico da sublevação negra fez-se presente e o uso das forças repressoras do Estado ditatorial mostrou-se como um *continuum* de disciplinamentos que visavam exemplificar, por meio da violência, aos sujeitos que possuíam caráter minimamente destacado do padrão estabelecido o lugar que deviam ocupar na hierarquia social. Filó e outros organizadores das festas afirmam terem sido mais de uma vez encapuzados e levados em carros para prestar interrogatórios no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Nesses momentos, e após longas viagens de carro, “Os policiais perguntavam com rispidez pelo dinheiro que os americanos estavam colocando no país para financiar o movimento” (ESSINGER, 2005. P. 36).

E na medida em que a repressão se fazia presente, no jogo das contra narrativas culturais multiplicavam-se as equipes de som no Rio de Janeiro. O mapa fora tomado por elas, tendo a prevalência na Zona Sul de Big Boy e Ademir Lemos, no Centro e na Zona Portuária de Funky Santos, do Méier à Cascadura da Soul Grand Prix e “*de Madureira pra lá – Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Rocha Miranda, era tudo da Black Power*”, conforme mapa afetivo narrado por Gerson King Combo⁹⁷. (PEIXOTO; SEBADELHE, 2017, p. 42). Outras equipes de som foram nascendo e ganharam proeminência já na fase em que o funk ganha o protagonismo dessa história, tais como: a Revolução na Mente – do DJ Maks Peu ou Vanderlei Pimentel da Silva, residente de Irajá; a Furacão 2000 – de Gilberto Guarany, residente de Petrópolis e Rômulo Artur Costa, residente de Anchieta e a *Cashbox* – de Marco Antônio Baranda ou Marcão, residente do Meier.

Porém, o movimento Black Rio encontra um declínio com a chegada da chamada “Era Disco”. Aos poucos os arranjos foram ganhando outras configurações musicais, o que para alguns organizadores da festa soou como uma pasteurização e comercialização do *soul funk* existente nas origens desse processo, o que desembocava em uma profunda descaracterização de suas propostas estéticas. Assistiríamos aqui ao começo de uma transição que nos levaria ao funk.

Filó atribui o esvaziamento do movimento Black Rio a alguns fatores: a uma superexposição na mídia, que faz com que o movimento passasse “a ser visto como um movimento sem freios, um movimento perigoso”, a um “estímulo da indústria a

⁹⁷ Gérson Rodrigues Côrtes (1943 – 2020). Autor e cantor de hits da música soul brasileira que circulou para além do circuito dos bailes, ganhando visibilidade nos festivais populares de música. Essa outra interface mais comercial do movimento contou com nomes como: Carlos Dafé, Hyldon, Cassiano, Tim Maia, Sandra de Sá e a Banda Black Rio.

uma rivalidade entre o samba e o funk”, segundo ele, uma estratégia de marketing da gravadora WEA; aos ataques através de TV, como os presentes nas sátiras com os blacks realizados em programas como Os Trapalhões, por exemplo; e ao debate editado no programa J. Silvestre, onde os blacks teriam sido “ridicularizados” (ESSINGER, 2005, p. 40).

A transformação musical que ocorria no mundo, da qual já falei acima, alimentava esse caldo de perseguição interna, como observa o jornalista Silvio Essinger:

Como em todos os grandes movimentos musicais, há aquele acontecimento crucial que tem o poder de transformar artistas afins em uma tendência, um pacote a ser consumido pelo mundo. E este foi o filme *Os embalos de sábado à noite* (*Saturday night fever*), de John Badham, lançado em 1977. [...] No Brasil, a invasão teve um especial impulso: a novela *Dancing Days*, de Gilberto Braga, que da mesma forma que *Os embalos* encenou em uma pista de dança o feijão-com-arroz da dramaturgia (ESSINGER, 2005, p. 43-44).

Além desse cenário, também havia uma série de críticas desferidas por intelectuais da época ao movimento. As acusações de inautenticidade, importação de estrangeirismos acriticamente e alienação delegavam aos negros a sujeição, papel histórico dos que não conseguem perceber as agências desses artistas e produtores culturais. Ainda que se reconheça a força do fluxo cultural imposta pelos Estados Unidos nesse momento do sistema mundo globalizado, é preciso compreender que:

o *soul* não era apenas produto da indústria cultural cooptando as massas cariocas, era simultaneamente um índice de lutas anti-racistas, ideias de orgulho negro e uma noção de pertencimento que desafiava os limites dos Estados-nações modernos (NOVAES, 2020, p. 33-34).

No caminho dessas reflexões, relembro a fala historiadora e expoente militante do movimento negro, Beatriz Nascimento,⁹⁸ que, em 1977, vaticinava:

Eu acho que esse pessoal que tá se movimentando em volta da música negra americana, num sentido é muito positivo em termos de convívio, de identidade, de conhecer o outro, de saber o outro, de apalpar o outro, de dançar com o outro. Eu sinto que esse pessoal jovem agora se organiza nesse movimento *soul*, eles não ter menos problemas que eu tive, por

⁹⁸ Maria Beatriz Nascimento (1942 – 1995), intelectual sergipana, residente do Rio de Janeiro desde fins da década de 1940. Formada historiadora pela Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição que lhe concedeu o título *Drª. Honoris Causa* em 2022. Desenvolveu estudos importantes sobre o racismo e uma interpretação original sobre os Quilombos. A entrevista concedida do CULTNE a apresenta melhor que essas palavras e está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6VmPjhOTozl>. acesso em: 27 nov. 2022.

exemplo, eu que sempre vivi alijada da comunidade branca e convivendo com ela e alijada da comunidade negra e vivendo com ela. [...] um dos grandes dramas do intelectual, do negro que ascende na mobilidade social, é justamente a perda da ligação com seu grupo. Eu tenho a impressão que dentro desse grupo *soul* isso pode acontecer, mas em doses muito menores. Quer dizer, vai poder se estabelecer um grupo onde existem diferenças econômicas, diferenças ideológicas, existe várias diferenças. Eu conheço muita gente de *soul* no Rio que o pessoal sempre me pergunta se eles são alienados. Então, eu digo: não. Eles não são alienados, eles estão vendo o outro, na medida em que eles estão junto com os outros, não são alienados. Porque o grande drama da gente, a grande tragédia, é justamente a perda da compreensão do nosso passado, a perda do contato com o outro. Isso é fundamental (NASCIMENTO, 1977 apud RATTS, 2006, p. 67-68).

Igualmente inovadora, e seguindo a perspectiva anterior, é a opinião de Abdias do Nascimento, já apresentado nessa pesquisa, a respeito do movimento que via florescer. Também em fins dos anos 1970, o autor nos diz:

Com efeito, a geração atual dos jovens descendentes de africanos está demonstrando um promissor espírito rebelde. Apesar das difíceis condições vigentes no Brasil, impostas pela ditadura militar desde 1964, com a supressão das liberdades públicas e das garantias dos direitos individuais e humanos, há tentativas que denunciam a inquietude dos jovens na procura de um caminho válido. E isto se torna mais difícil por causa do ambiente verificável no país, vazio de esperança e cheio de confusão. Essas realidades tornam compreensível o fenômeno que se verifica nas grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, onde a juventude negra canaliza suas ansiedades para movimentos estes intitulados de “Black Mad” ou de “Soul”, utilizando a música, a dança, o vestuário, o corte de cabelo e outros símbolos como demonstrativos de inconformismo e confrontação. É também para evadir do sentimento de frustração, mesmo ao custo de recorrer a modelos alienados, cuja origem ostensiva são os estilos cultivados pelos negros dos Estados Unidos. Quem pode adivinhar se essa iniciativa, aparentemente equivocada, não se transformará num movimento de tomada de consciência e de uma afirmação original afro-brasileira? (NASCIMENTO, 2016. P. 129).

Aos poucos, vamos assistindo a emergência de novas sonoridades no Rio de Janeiro. Uma delas, representada pelo DJ Corello⁹⁹, é a mixagem das canções. Esse expediente tornava a gradação de uma música para outra mais suave e menos marcada por rupturas sonoras. Tal modificação, realizada em 1980 no Sport Club Mackenzie, no Meier, pode ser compreendida como parte da influência exercida pelo fenômeno da *discotêque*, e figuraram como o espaço de tempo em que: “os bailes foram dominados por uma ‘variação mais lenta do *rhythm’n’blues*, localmente conhecida como charme” (PALOMBINI, 2009, p. 48 apud NOVAES, 2020, p. 36).

⁹⁹ Marco Aurélio Ferreira (1954).

Esse foi justamente esse DJ que ficou conhecido pela invenção e batismo da nova sonoridade¹⁰⁰.



Figura 17 – Fotografia do DJ Corello discotecando
Fonte: Humberto Disco Funk¹⁰¹

Esse tipo de soul funk trazia mais cadência e romantismo aos bailes, o que permitia que os casais dançassem juntos. E as transformações também se fizeram presentes na indumentária: o charmeiro fruía o baile com roupas de gala, “não valia vir com a roupa da rua, tinha que ser calça, camisa e sapato finos, às vezes um blazer, quem sabe uns cordões. E para as mulheres, os melhores vestidos” (ESSINGER, 2005, p. 55). Esse tipo de baile se espalhou pela Zona Norte do Rio de Janeiro e foi parte desse momento disco-funk que viria a gerar o funk que conhecemos.

Chegados os anos 1980, considero necessário enfatizar um feito dessa efervescência cultural que vinha sacudindo o Rio de Janeiro desde os fins dos anos 1960: a capacidade de ver o fazer artístico como trabalho, como forma de vida. É verdade que muitos dos sujeitos apresentados permaneceram tendo de atuar em suas profissões de origem, conciliando o mundo da arte e essas atividades. Mas, percebo que vislumbrar novas possibilidades laborais – como o ser DJ – era revolucionário, na medida em que a história brasileira relega aos seus trabalhadores

¹⁰⁰ Para captar a ambiência desse tipo de baile, veja este material do acervo CULTNE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nofs1ks5arM>. Acesso em: 27 nov. 2022.

¹⁰¹ Fotografia do acervo de Humberto Disco Funk. Disponível em: <http://acervodosbailes.blogspot.com/2011/06/imagens-ineditas-de-corello-dj.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

pobres e jovens rotinas profissionais esvaziadas de sentido, fortes em despossuir de satisfação a vida desses sujeitos, quando não os apenar pela via do trabalho.

Essa característica, de trazer novas possibilidades para a vida dos sujeitos que se engajaram profissionalmente no movimento cultural, será aprofundada com a consolidação do funk no Rio de Janeiro, em especial quando ganha centralidade a figura dos MCs. No prefácio do livro *Diffíceis ganhos fáceis, drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*, escrito por Alessandro Baratta¹⁰², temos uma reflexão sobre o mundo do trabalho e juventude popular brasileira. O autor destaca que:

A disciplina da obediência e da resignação a um trabalho subalterno e a um salário-mínimo constitui o centro da readaptação social e da formação profissional que vem sendo imposta dos adolescentes pobres. O conteúdo desta formação reproduz fielmente a imagem dominante no Brasil – do início da República aos dias de hoje – dos papéis reservados a homens e mulheres jovens provenientes dos estratos mais pobres da população, não existindo muita diferença entre os papéis incertos exercidos por adolescentes na economia informal – que é o que justifica sua internação – e os papéis que exercem na economia formal – para os quais devem ser ‘readaptados’ (BATISTA, 2013b, p. 20).

Tal reflexão ganha materialidade histórica se pensarmos no contexto de formação do Estado brasileiro, exercício realizado no artigo *Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado?*, onde os autores, apoiados nos estudos de Sidney Chalhoub¹⁰³, remontam o cenário em que:

[...] no Brasil, o tempo livre e autônomo dos de baixo nas hierarquias sociais foi historicamente construído como ameaça à ordem. Imediatamente após a lei de 13 de maio de 1888, a Câmara dos Deputados iniciou um debate sobre a repressão da ociosidade. Era consenso entre os deputados de que a Abolição poderia trazer desordem e caos social. Educar os libertos para o trabalho era uma maneira de evitar isto, promovendo a regeneração moral dos mais pobres. O conceito de vadiagem foi elaborado como oposto à concepção do trabalho dignificante. Após a Proclamação da República, em 1889, a questão permanece. O que fazer com os trabalhadores urbanos, libertos e homens pobres livres (mestiços na sua grande maioria), perambulando pela cidade, se juntando em rodas de batuques e pernadas, jogando conversa fora em botequins e quiosques? A modernização capitalista exigia que eles vendessem sua força de trabalho e a manutenção da ordem burguesa dependia da regulação de suas sociabilidades. Herdeiro dos debates parlamentares de 1888, o Código Penal de 1890, em seu capítulo XIII, criminaliza “vadios e capoeiras”. Na caracterização do vadio, o não trabalho não é o problema em si. O alvo é aquele que não trabalha e não tem meio de subsistência. O castigo? Prisão, colônias penais e trabalhos forçados (Chalhoub, 2012). (SOUZA LIMA; FACINA, 2019, p. 448).

¹⁰² Alessandro Baratta (1933 – 2002), filósofo, sociólogo e jurista precursor da Criminologia Crítica.

¹⁰³ Historiador brasileiro que formulou importantes reflexões sobre a escravidão brasileira e o cotidiano do Rio de Janeiro no século XIX, além da dedicação à vida e obra de Machado de Assis.

Convido meu leitor a seguir comigo agora para a seção onde tratarei do funk carioca.

2.2 “E ENTENDER O SENTIDO QUANDO O DJ DETONAR”¹⁰⁴: FUNK CARIOCA

Um artigo publicado por Hermano Vianna (1990)¹⁰⁵ em 1990 na revista “Estudos Históricos” é a maneira que escolho para começar esta seção. Considerei importante o uso dessa fonte, pois ela nos leva a minúcias importantes da festa que se dava na virada dos anos 1980 para os anos 1990. O autor chama a atenção para uma espécie de “*complô*” – termo que ele mesmo admite usar sem pretensão de seriedade – para falar da ausência do tema funk nos meios de comunicação de massa. Na defesa de seu argumento, ele cita alguns exemplos, como: os discos de sucesso nos bailes que “não são lançados no Brasil”, a quase inexistente presença do funk em emissoras de rádio e televisão e o não anúncio da agenda de bailes nos jornais, o que não os tornavam espaços sem público. Nesse sentido, traz a descrição das estratégias desenvolvidas pelos DJs para adquirir os discos que são tocados nos bailes, mencionando o circuito que se dava entre Miami, Nova York e Rio de Janeiro de sujeitos em busca de discos que “são geralmente lançados por pequenas e obscuras gravadoras independentes norte-americanas”. (VIANNA, 1990, p. 246-247)

Ao trazer os aspectos estéticos da indumentária funk, estabelece a comparação com o estilo norte-americano dos admiradores do hip-hop – marcado pela “adoração das marcas esportivas” – para nos indicar o que chamou de “outra bricolagem estilística” criada pelos funkeiros. Estariam os funkeiros influenciados “pela maneira de se vestir dos surfistas”. Com relação ao modo de dançar nos bailes, novamente tenta estabelecer uma relação com o estilo do hip-hop, mas sinaliza que “a break dance” não é executada pelos adeptos dos bailes cariocas, preferindo estes as “coreografias complicadas repetidas, ao mesmo tempo, por grupos de dezenas de pessoas”. Com relação as sonoridades, percebe que por aqui há uma predileção pelas “versões instrumentais” dos discos de hip-hop aos raps, o que lhes permitia a composição de “refrões em português (geralmente pornográficos

¹⁰⁴ Verso da canção “Rap do Silva”, composta e interpretada pelo MC Bob Rum. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vIZ9MGgC1NI>. Acesso em: 29 nov. 2022

¹⁰⁵ Hermano Vianna (1960) é um antropólogo que realizou o pioneiro estudo sobre o movimento funk como seu trabalho de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ, em 1987.

ou fazendo rimas com o nome da favela ou bairro de onde veio o grupo de dançarinos que canta) para seus sucessos preferidos” (VIANNA, 1990, p. 247-248).

Estas foram algumas das observações feitas a partir de sua pesquisa de campo em 1987, que deu origem ao livro *O mundo Funk carioca*, pioneiro na abordagem do tema. Discorrerei nesta seção sobre alguns dos pontos acima, tais como: a relação com a mídia, a exploração comercial do estilo, a indústria fonográfica, a identidade funkeira, a festa, as sonoridades, a autoria etc. Começemos pelas festas.

Em 1976, Lena Frias, ao abordar os bailes do Black Rio em artigo jornalístico, falara da existência de trezentas equipes de som. Uma década depois, Vianna trazia a cifra de “setecentos bailes ocorrendo todos os fins de semana no Rio de Janeiro e região metropolitana” (NOVAES, 2020, p. 35), com “pelo menos uma centena deles com público superior a duas mil pessoas” (ESSINGER, 2005, p. 73). Este salto no quantitativo de público e festas pode indicar que a circularidade pela cidade foi fortemente impactada nesse momento pelo fluxo de jovens em busca de divertimento, o que causaria desde essa gênese certo alarde nas seções de cartas de leitores dos jornais. A diante discutirei mais sobre as relações travadas entre o movimento funk, os monopólios de mídia e classe média carioca. Visitemos agora alguns dos aspectos das transformações sonoras que se puderam sentir nessa fase inicial do funk carioca.

Muitas contribuições musicais de diversas temporalidades e espacialidades compuseram a miscelânea cultural que dá origem as sonoridades do funk. O ponto comum entre essas influências está na marca da diáspora africana, vide a presença notória da *black music* e do pop estadunidense, estilos também marcados por multiplicidades temporais e espaciais de origem (VIEIRA, 2020).

O fim dos anos 1980 é marcado, como apresentei ao remontar o declínio do movimento Black Rio, pela necessidade da juventude das favelas e subúrbios em encontrar “um novo tipo de som”. A influência da *discothèque*, do charme e de outros estilos, vão conformando aquilo que passa a se chamar de “disco-funk”. Sobre esse novo som, tem -se que era:

Um tipo de música com linhas de baixo bem presentes, feitas por contrabaixos elétricos tocados segundo a técnica do *slap* (de puxar as cordas e soltá-las para bater com força na escala e, ao mesmo tempo, percuti-las com o polegar) ou mesmo teclados com som gordo, carregado nos graves. Os avanços da eletrônica se fizeram presentes no timbre

robóticos dos teclados responsáveis pelas harmonias, e também no uso indiscriminado de *vocoder* – efeito para voz, que a deixa igualmente robótica. E com o disco-funk, voltaram os metais em brasa e os cantores com sotaque *soul* (ESSINGER, 2005, p. 52).

Essa retomada dos graves e a adesão aos sons eletrônicos/ robóticos marcam o processo de criação do funk carioca, que pega para si o nome “funk” e nele imprime características indelévels. Essa transcrição cultural da juventude trabalhadora carioca fez com que, a partir da década de 1980, funk passasse a ser também esse conjunto de influências arregimentadas nas festas do Rio de Janeiro. Em pouco tempo, a questão da autoria e das vocalizações entraria em cena, como fora apontado por Vianna em seu relato.

O funk carioca possui um elenco de artistas internacionais consagrados e essa característica é bastante curiosa, visto que parte deles, até hoje, faz mais sucesso no Rio de Janeiro que em seus países de origem. Parte desse fenômeno se pode compreender pela força do fluxo cultural estadunidense com relação ao Brasil e parte pode se observar pela premente vontade de composição existente nos frequentadores dos bailes cariocas, que tinham o hábito de criar versões. Assim nasceram os “melôs”¹⁰⁶. Mas voltemos rapidamente às influências musicais estrangeiras.

O ano de 1982, além da eleição de Leonel Brizola, trouxe ao Rio de Janeiro o sucesso de *Afrika Bambaataa & The Soulsonic Force*¹⁰⁷, com a música “*Planet Rock*”¹⁰⁸. Poucos anos mais tarde, em 1985, seria “*Don’t stop the rock*”¹⁰⁹ e “*It’s automatic*”¹¹⁰, produzidas por Pretty Tony, com o grupo Freestyle, que fariam sucesso no Rio de Janeiro. A esses, somaram-se, em 1986, Trinere¹¹¹, com sua “*I’ll be all you*

¹⁰⁶ Paródias criadas nas bases de músicas estadunidense da vertente do hip hop que se fazia na Flórida – o Miami bass. O conteúdo dessas criações coletivas era jocoso e fortemente sexualizado.

¹⁰⁷ Grupo musical de electro-funk e hip hop, liderado por Afrika Bambaataa, morador do Bronx (NY,USA) e criador da Zulu Nation – primeira organização em torno do hip hop.

¹⁰⁸ “*Planet Rock*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9J3lwZjHenA>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹⁰⁹ “*Don’t stop the rock*”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LfXKkNo7YZ8>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹¹⁰ “*It’s automatic*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5ybok6ZGXk>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹¹¹ Trinere Veronica Farrington (1964) cantora e compositora que alcançou a fama na segunda metade dos anos 1980, também sendo produzida por Pretty Tony.

*ever need*¹¹², Stevie B¹¹³ com as canções “*Spring Love*”¹¹⁴ e “*In my eyes*”¹¹⁵, de 1987 e 1989, bem como Tony Garcia, com “*Just like the wind*”¹¹⁶, em 1991.

Estas canções, em uma leitura afetiva minha, são como um código que abre os fins de semana dos trabalhadores até hoje onde moro, são incontáveis as vezes que cheguei do trabalho e alguma delas estava tocando em algum bar. As vejo como uma espécie de aviso que ecoa anunciando o fim de semana desde sempre em meu lugar, mas desculpem a quebra de protocolo nessa análise, a ideia foi evidenciar a força que essas canções que embalaram o começo do funk possuem até hoje.

Sobre a primeira canção mencionada, em suas características sonoras, sabe-se que:

As batidas do funk deram lugar a um ritmo reto, eletrônico, como o do *Kraftwerk*, só que executado por uma moderna bateria eletrônica, a TR-808, da *Roland*. Além dos diversos timbres eletrônicos, chamava a atenção o som profundo do bumbo que a TR conseguia reproduzir – a base do hip-hop que se formava, e, é claro, a dos batidões do funk carioca [...] Os subúrbios do Rio consumiam essa eletrônica de vanguarda – batizada por aqui, enfim, de funk – que demoraria um tanto a chegar aos ditos bairros nobres da cidade (ESSINGER, 2005, p. 61-62).

Essa marcação de bumbo presente muito provavelmente evoca outros bumbos presentes no imaginário carioca. A ligação com os elementos eletrônicos chama-me a atenção e penso que um dia possam vir a ser estudados com maior cuidado pelos que estudam o funk e as perspectivas afro futuristas. Percebo esse elemento futurista também no samba da G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel, “*Ziriguidum 2001, carnaval nas estrelas*”¹¹⁷, campeão no ano de 1985. Mas essas são, até então, ideias não tão elaboradas, apresentadas aqui apenas como uma característica comum dessas produções do período a se pensar.

Esses “balanços eletrônicos futuristas” (ESSINGER, 2005, p. 66) que marcaram o momento inicial da fruição do lazer nos bailes influenciaram o funk produzido nacionalmente e permitiram com que fossem criadas as primeiras formas

¹¹² “*I’ll be all you ever need*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ijEN3qzjets>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹¹³ Steven Bernard Hill (1958), cantor e compositor estadunidense.

¹¹⁴ “*Spring Love*”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IM8_eeWOGgE. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹¹⁵ “*In my eyes*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQ9FBUqEeB0>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹¹⁶ “*Just like the wind*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UDRsiSaFNH8>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ijEN3qzjets>. Acesso em: 28 nov. 2022.

de verbalização cantadas no funk, as mencionadas melôs. Com relação a essas produções, segue a observação:

As melôs eram tão disseminadas entre o público funkeiro que nas coletâneas lançadas por equipes como Furacão 2000 e *Cashbox*, especialmente no final da década de 1980, os títulos das músicas frequentemente vinham acompanhados de parênteses indicando ao público o nome pelo qual a faixa era conhecida nos bailes (NOVAES, 2020, p 113).

Esse processo, mais tarde, se transformaria e o funk produziria composições inteiras, história que detalharei em breve. Ainda a respeito da popularidade desses artistas internacionais do funk carioca, segue o relato sobre a visita de Tony Garcia ao Rio de Janeiro:

Tony chegou ao Rio em 1991, trazido graças a uma sociedade feita pela Spotlight, Furacão 2000 e Soul Grand Prix, e fez 42 bailes. “Na época nós pagávamos 500 dólares por show”, conta Nirto, da SGP. [...] “Eu comprei uma casa de praia em Rio das Ostras só com o Tony Garcia”. D’Eddy se lembra da reação do público à presença do astro americano: “parecia mentira, ninguém acreditava que o cara estava aqui. Ele parou uma cidade. E foi dali que as rádios e gravadoras acordaram para o potencial de consumo daquele público. Porque todos aqueles bailes eram sucesso de bilheteria – juntavam de cinco mil a dez mil pessoas (ESSINGER, 2005, p. 165).

Este trecho indica aquilo que Hermano Vianna já havia apontado no artigo que trouxe no início da seção – o gradual despertar para “o potencial de consumo” do público funkeiro. O circuito dos bailes era intenso, a interlocução com artistas internacionais acontecia, o público das festas era expressivo. O que seria necessário então para que o funk tivesse sua força reconhecida enquanto manifestação cultural?

Os bailes estiveram marcados por essa confluência de ritmos, dentre os quais figuravam: hip-hop¹¹⁸, *miami bass*¹¹⁹, disco-funk, charme¹²⁰ e a música eletrônica. Algumas daquelas equipes surgidas no movimento Black Rio deram continuidade em sua atuação, captando essas mudanças estéticas ocorridas. Alguns DJs também remanescentes desse movimento já ocupavam as rádios com programas dedicados

¹¹⁸ Para compreender melhor a ambiência dessa confluência musical e a influência do hip hop, ver o registro presente no acervo do CULTNE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o-wke75o1vo> Acesso em: 29 nov. 2022.

¹¹⁹ Sub-gênero do hip hop mais praticado na Flórida que ficou muito popular em países da América Latina entre os anos 1980 e 1990.

¹²⁰ Para compreender melhor a ambiência dessa confluência musical e a influência do charme, ver o registro presente no acervo do CULTNE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iAAfnqRms68>. Acesso em: 29 nov. 2022.

a essas novas sonoridades. Rômulo Costa¹²¹, a frente da Furacão 2000, estava na rádio Antena 1; a *Cash Box*, comandada por Marcão¹²², tinha seu programa na Rádio Imprensa; A *Soul Grand Prix*, comandada pelo DJ Maks Peu¹²³, estava na rádio Manchete e Marlboro¹²⁴ ocupava um horário na rádio Tropical (PEIXOTO; SEBADELHE, 2017).

Esta profusão de atrações no dial carioca era também uma indicação da força que o movimento vinha adquirindo. Neste sentido, como parte dessa atmosfera de ocupação dos espaços, a passagem dos anos 1980 para os anos 1990 vai assistir também ao lançamento dos dois primeiros discos de funk no Brasil. Os formatos eram espécies de coletâneas e buscaram imprimir os cantos que estavam emergindo nas festas. Os discos em questão são: “Funk Brasil”, produzido por DJ Marlboro e lançado em 1989 e “Super Quente”, produzido por DJ Grand Master Raphael¹²⁵.

Os dois DJs têm papel fundante no funk carioca porque inovaram nas técnicas da mixagem, que, mesmo antes do lançamento de seus discos, eram ensaiadas em muitas experimentações musicais realizadas em seus programas de rádio. Assim, concomitantemente, esses jovens especializavam-se e influenciavam novas geração de DJs, representadas por outros jovens igualmente exercendo o direito ao sonho de uma profissão distinta das que lhe eram ofertadas comumente.

A operação dos DJs nesse período, sobretudo, envolvia, além de programas de rádio ou da oportunidade da produção de discos, a execução dos bailes. E esta parte primordial do ofício envolvia toda a dinâmica que Hermano Vianna tratou no artigo já apresentado para garantir o acesso aos discos que fariam seu baile ser considerado exitoso. As táticas podiam ser: a ida ao mercado itinerante situado no Centro do Rio de Janeiro, onde se podiam estabelecer intercâmbios entre

¹²¹ Rômulo Artur Costa (1953) nasceu no Rio de Janeiro é produtor musical, empresário e apresentador. Em 1970 criou, junto à Gilberto Guarany, a equipe de som Furacão 2000, uma das mais longevas em atuação no mundo funk carioca. Informação disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/romulo-costa/> Acesso em: 29 nov. 2022.

¹²² Marcos Baranda (1950 - 2018), foi um DJ carioca que iniciou os trabalhos com sua Equipe – a Cash Box – conhecida por sua potência sonora, em 1974.

¹²³ Vanderlei Pimentel, promovia o baile em Botafogo.

¹²⁴ Fernando Luís Mattos da Matta (1963). “A família só se convenceu de que Fernando tinha se tornado alguém em fevereiro de 1989, quando ele se sagrou campeão do primeiro concurso de DJs do Brasil, promovido pela Disco Mix Club (DMC), uma entidade que reunia sete mil DJs, em 22 países.” (ESSINGER, 2005, p. 83), assim começa a trajetória desse DJ que tem papel importante na nacionalização do funk e no reconhecimento internacional do gênero.

¹²⁵ Angelo Antonio Rafael (1964) inovou nas sonoridades e figurou também como um dos incentivadores dos funks cantados em português (ESSINGER, 2005, p. 98).

compradores e vendedores, ou a ida aos Estados Unidos em uma busca muito intuitiva – e perigosa, dado o controle alfandegário – dessa matéria-prima. (ESSINGER, 2005). Este exercício envolvia a completa sorte e o *feeling* dos DJs numa espécie de prática curatorial de construção de repertórios.



Figura 18 – Disco Funk Brasil (1989)
Fonte: Acervo pessoal

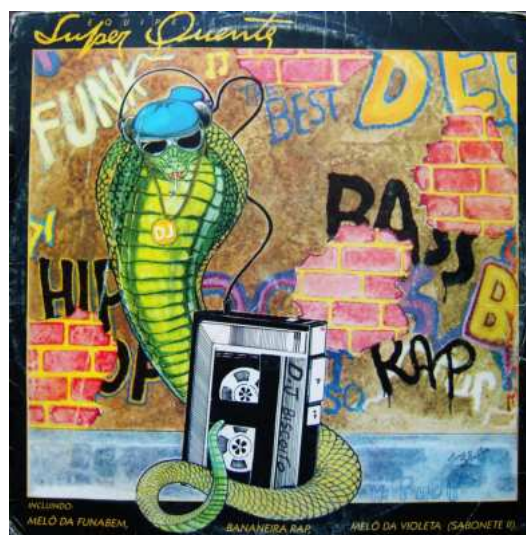


Figura 19 – Disco Super Quente (1989)
Fonte: Acervo pessoal

Mas voltemos ao disco “*Funk Brasil*”, produção de DJ Marlboro. O DJ recebeu o incentivo de Cidinho Cambalhota¹²⁶, que há época trabalhava na gravadora PolyGram, e aceitou esse desafio. Uma das questões surgidas, no entanto, é que apenas Abdullah¹²⁷ era um nome hábil a ocupar o espaço de MC na execução das faixas. Ao jornalista Silvio Essinger, o DJ confessou em entrevista: “Eu praticamente tive que inventar os artistas” (ESSINGER, 2005, p. 87).

Marlboro estabeleceu interlocução frequente com Hermano Vianna quando de sua pesquisa sobre o funk em 1986. Essa amizade rendeu o episódio em que, ao fim de seu trabalho, Hermano cedeu uma bateria eletrônica usada pelo irmão Herbert Vianna ao DJ. Essa bateria era uma novidade tecnológica no mundo funk, com ela era permitido que se fizessem ainda mais experimentações e que se incluíssem vozes, trechos e extratos de canções em outras. Esse novo cenário abriu horizontes para uma bricolagem extensa e variada, fator que requalificou o papel dos DJs no funk, ampliando suas agências criativas.

¹²⁶ Sidney Tristão Ludovice foi DJ, produtor e apresentador de rádio e TV. Trabalhou na PolyGram e apresentou o programa Som na Caixa.

¹²⁷ Agnaldo Batista de Figueiredo (1962), cantor e compositor, um dos primeiros a gravar um funk em português.

Marlboro estava convencido de que deveria, no contexto desse primeiro álbum do funk carioca, estabelecer as bases para uma nacionalização do funk. Em relato ao jornalista já citado, diz: “Eu tentava colocar elementos de samba – tamborim, atabaque – junto com a bateria eletrônica” (ESSINGER, 2005, p. 83-84) e “A música não pode ser falada, ela tem que ser cantada! A gente vem do samba, do axé e do forró, e não podia falar, ela tinha que ter uma melodia” (ESSINGER, 2005, p. 85). Esses elementos denotam algumas das bases pelas quais se pautou essa primeira produção.

No mesmo artigo que trouxe no começo da seção, Vianna, ao falar da aceitação de estilos musicais e das marcas de distinção estabelecidas entre a Zona Sul e a Zona Norte do Rio de Janeiro, comenta sobre a trajetória do disco:

Um bom exemplo desse ‘apartheid’ musical carioca foi a trajetória do disco Funk Brasil, lançado em 1989 (portanto, dois anos depois que encerramos nosso trabalho de campo nos bailes funk cariocas) pelo DJ (disc-jóquei) Marlboro. A gravadora do disco, Polygram, não fez qualquer esforço para divulgar seu novo produto. Na mesma época, estava sendo lançado o LP Burguesia, do cantor de rock Cazuzza, e todo o esquema promocional da gravadora estava empenhado em vender este último disco. Para a surpresa do pessoal da Polygram (apenas um de seus diretores, aquele que contratou Marlboro, acreditava que um disco de hip hop brasileiro pudesse ser sucesso), as vendas do disco Funk Brasil superaram por meses aquelas do Burguesia, chegando até a superar a marca das cem mil cópias vendidas, número que no Brasil equivale ao ‘disco de ouro’ (VIANNA, 1990, p. 248-249).

O disco alcançaria bem mais que cem mil cópias vendidas, conforme se pode observar depois do espaço de tempo da publicação de Vianna. O disco vendeu, na verdade, duzentos e cinquenta mil cópias e o tamanho de seu sucesso na gravadora o rendeu a sua continuidade no lançamento de mais quatro volumes (ESSINGER, 2005; PEIXOTO; SEBADELHE, 2017)

O segundo disco mencionado – “*Super Quente*” – esteve igualmente envolvido nesse anseio de produzir um funk mais nacional. Também em 1989 esse disco tem seu lançamento, como parte do trabalho da equipe de som “*Super Quente*” e da gravadora AD. A obra contava com apenas três faixas cantadas e tinha dois grandes sucessos que já tinham alguma popularidade nos bailes: a “*Melô da Funabem*”¹²⁸ e “*Bananeira Rap*”¹²⁹. A primeira música incorporava gritos ouvidos no

¹²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Kv7V8mY7Gs>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k9P4aZ7ly0k>. Acesso em: 28 nov. 2022.

baile e trazia temática relacionada à criminalidade¹³⁰, enquanto a segunda realiza o exercício “de juntar melodias de cantiga de roda ao *miamirgs*. Isso, é claro, com voz de pato e muito duplo sentido” (ESSINGER, 2005, p. 95).

A produção musical desses dois primeiros discos mostra que assim como surgiram as melôs, apareceram também as “montagens”, expressões da cultura do funk no Rio de Janeiro que “embaralham as noções canônicas de autoria e composição musical” (NOVAES, 2020, p. 78). Nesse tipo de funk, anexavam-se às bases do hip-hop da Flórida – o *miamirgs bass* – frases dos sons ouvidos nos bailes ou de músicas e produções que fugiam ao universo funkeiro. Era possível também repetir a sílaba de uma palavra várias vezes e brincar com as possibilidades rítmicas desse ato de repetir um comando. É como se os DJs estivessem cadenciando suas produções, criando um tambor digital acionado pelas pontas de seus dedos.

Para dar continuidade nos relatos desses processos iniciais do funk e dos esforços para sua nacionalização é preciso voltar o olhar para a conjuntura do Rio de Janeiro. Não pretendo aqui retomar os acontecimentos já trazidos no final do capítulo anterior, onde me dediquei na narrativa bastante extensa dos arrastões e das chacinas acontecidas nos anos de 1992 e 1993. Mas convido meu leitor a repensar aquele contexto e perceber as influências por eles exercidas no expoente movimento funk.

Se Vianna, em 1990, fala da ausência dos bailes nos programas de rádio e televisão e nas páginas dos jornais, pouquíssimo tempo depois, o funk passou a ocupar tais espaços. A centralidade dessa ocupação, como já foi apresentado nessa pesquisa, esteve entre as páginas policiais e associadas ao fenômeno dos “arrastões”. A mídia corporativa em suas linhas editoriais reforçou consensos estigmatizantes voltados à juventude funkeira, não dispensando quaisquer reconhecimentos de seu papel enquanto vanguardistas produtores culturais. A acusação de perturbação da paz pública era a tônica geral, como vimos, e as pautas reforçavam a ideia da necessidade do estabelecimento de táticas de controle social.

Em busca de centrar-me no fenômeno dos arrastões, tomo de empréstimo a seguinte leitura:

¹³⁰ “O DJ fez questão de imprimir uma observação, zelando pela correção política do seu empreendimento: ‘O refrão da ‘Melô da Funabem’ não tem como objetivo atingir a imagem dessa conceituada instituição, que é reconhecida por todos como um órgão de extrema eficiência e competência. É apenas um refrão cantado nos bailes funk do Rio de Janeiro” (ESSINGER, 2005, p. 95).

Os arrastões foram definidos com um tipo de ação coordenada de alguns grupos com o intuito de roubar tão rapidamente suas vítimas, a ponto de desnorteá-las, desencorajando qualquer possível reação. Em geral, episódios de violência desse tipo ocorriam em locais em que havia certa aglomeração de pessoas, como nos transportes públicos, nas praias e nas saídas de jogos de futebol ou de bailes funk – onde as brigas entre galeras rivais proporcionavam situações favoráveis à prática. Sabendo-se que já no final da década de 1980 o fenômeno foi tematizado por uma música do disco Funk Brasil (o ‘Rap do arrastão’), pode-se afirmar que os arrastões aconteciam com alguma frequência no entorno dos clubes que abrigavam os bailes, devido à falta de segurança e policiamento nos bairros suburbanos, além da oferta reduzida de meios de transportes que permitissem uma rápida dispersão dos frequentadores (VIEIRA, 2020, p. 68).

Sobre o episódio do arrastão, ocorrido em outubro de 1992, temos ainda a percepção dos pesquisadores do funk Silvio Essinger (2005) e Micael Herschmann (2000):

Os “olhares mais atentos” indagavam se o arrastão não poderia ter sido tão-somente “uma tentativa frustrada das galeras de diferentes morros cariocas, dentre elas os funkeiros, de encerrar o ‘ritual de embate’ que esses jovens inventaram nas pistas de dança dos inúmeros bailes realizados semanalmente no Rio”. [...] a própria polícia reconhecia que os arrastões não tiveram o propósito de roubar os banhistas (ESSINGER, 2005, p. 125).

Escolhi destacar esses dois fragmentos para convidar meu leitor a pensar no elemento da violência como marca do período e possuidora de sentido ritual nas práticas do recém-nascido mundo funk carioca. Falar que a violência marcou o período não implica que não se perceba as permanências da violência e dos temas da Segurança Pública na longa duração das produções artísticas populares no Rio de Janeiro. Basta lembrar que um dos primeiros sambas gravados, “Pelo telefone”¹³¹, com a autoria atribuída a Donga¹³² em 1916, tem na sua primeira linha a presença do “chefe da polícia” e trata do tema dos “jogos de azar”, uma contravenção.

O movimento Black Rio tematizou também da violência, por meio da “Melô do Mão Branca”¹³³, interpretada por Gerson King Combo, em 1980. Essa canção trouxe a figura do Mão Branca, um “personagem de ficção” (ENNE; DINIZ, 2005), criado pelo jornalista do jornal Última Hora Jorge Elias. O personagem teve por papel assumir nas páginas desse jornal e do jornal O Dia a autoria de mortes causadas por grupos de extermínio nas décadas de 1960 e 1970 no Rio de Janeiro –

¹³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=woLpDB4jjDU>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹³² Ernesto Joaquim Maria dos Santos (1890 – 1974), músico, cantor e compositor brasileiro.

¹³³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wNcsVCE-jpl>. Acesso em: 28 nov. 2022.

predominantemente na Baixada Fluminense – e que, por isso, entrou para o imaginário carioca. A presença dos grupos de extermínio e dos esquadrões da morte marcaram o movimento Black Rio. Mesmo com a informação de que “o tom apologético da música cantada por Combo não parecia estar de acordo com o que eles [frequentadores dos bailes soul] sentiam em relação àqueles grupos” (PEDRETTI, 2022, p. 121-122), é interessante perceber como a temática da violência se faz sentir desde os momentos mais iniciais da crônica carioca popular aqui observada.

Nessa mesma direção está o funk mencionado por Juliana Vieira em uma das citações acima, o “Rap do Arrastão”¹³⁴, composição de Ademir Lemos gravada em 1989, permite que nossa atenção se volte para o fenômeno da violência no período democrático e no cotidiano dos funkeiros. Ao narrar os episódios de violência, o autor convida a pensar as razões dele no baixo investimento no sistema de transportes da cidade. Mas é preciso que se pense o tema da violência em sua presença no funk para além do registro em letras.

Micael Herschmann defende que há uma “dimensão simbólica ou ‘ritual’” (HERSCHMANN, 2000) na violência reproduzida pelas galeras funk. O autor afirma:

É bem verdade que, no que se refere ao mundo funk, insatisfação, tensões e conflitos não aparecem com grande frequência nas letras de música, mas na ritualização da violência nos bailes e em esporádicas intervenções urbanas como, por exemplo, em brigas, quebra-quebras e arrastões (HERSCHMANN, 2000, p. 213).

Ainda em outro momento, o pesquisador complexifica:

Na ritualização da violência nos bailes funk, os grupos não visam a eliminação propriamente do inimigo. Através de suas performances buscam o reconhecimento de um lugar – um território – para a galera na “comunidade” ou nas demais turmas. Experimentam no jogo a participação, a inclusão, compensando um cotidiano que, em geral, os rejeita e os exclui (HERSCHMANN, 2000, p. 174).

Assim o fenômeno da violência precisa ser compreendido na formação do funk carioca. Ainda que se reconheçam os riscos aos quais os jovens estiveram submetidos quando do momento auge dos “bailes de corredor”¹³⁵, é necessário saber que a violência estava “assentada no consentimento mútuo”, visto que os

¹³⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d6Kw0HPyzwl> acesso em: 28 nov. 2022.

¹³⁵ Para saber mais sobre esse tipo de baile, ver Herschmann (2000, p. 134-142).

sujeitos eram livres para participar ou não dos embates, e de alguma maneira era “pactuada” entre os participantes do jogo (NOVAES, 2020, p. 128).

A dimensão territorial ganha centralidade nesse momento, mas essa discussão passa ao largo no debate público, o que ganha destaque a meu ver são dois movimentos: o avolumamento da presença do movimento funk nas páginas de jornal, sob o aspecto criminalizante, como vimos no primeiro capítulo, e a criação da iniciativa inovadora, à muitas mãos como veremos, dos Festivais de Galera.

Como meu trabalho evidencia a importância do entendimento da polissemia do conceito de Estado – discussão que será travada no próximo capítulo – trago a reflexão proposta pela pesquisadora Juliana Vieira, à luz da concepção gramsciana de Estado, quando a autora diz que:

[...] entende-se que as grandes empresas midiáticas podem ser encaradas como entidade da sociedade civil que contribuíram para a consolidação da hegemonia política exercida pelas classes dominantes representadas no Estado, pois, ao mesmo tempo em que possibilitaram a divulgação daqueles artistas mais populares e a comunicação de alguns dos discursos subalternos, por outro lado, essas mesmas empresas colaboraram para massificar uma imagem estigmatizada dos lugares e das pessoas relacionadas ao funk – o que, de certa forma, legitimou a repressão e a violência policial contra os bailes e os funkeiros (VIEIRA, 2020, p. 38).

Houve espaço onde se fizeram ouvir as vozes dos especialistas e agentes do movimento funk nas páginas dos jornais, mas muito diminuto. Conforme se apresenta neste exemplo de 1993:

Num artigo intitulado “Não existem galeras”, Hermano Vianna alertava: “O funk não produz galeras. São turmas de adolescentes, vizinhos de morros ou de bairro suburbano. O funk é só uma de suas atividades coletivas, talvez nem a mais importante. A turma também vai à praia, ao futebol, ao pagode. E o funk não é o elemento central para a construção de sua identidade como grupo social” [...] “O local de moradia é muito mais importante”. [...] os bailes ainda eram “uma forma de lidar com a violência, num ritual que tem clara organização interna apesar da aparência selvagem para os observadores que não participam dos valores do mundo funk”. [...] Marlboro corroborava a opinião de Hermano: “A imprensa não entende o que os funks chamam de embate. Durante o baile, há um contato físico muito forte entre os que vão para a pista dançar. É um contato que obedece a certas regras e que não é, de forma alguma, violento. É uma coisa parecida com a capoeira, onde não se vê raiva e sim todo um movimento marcado pela ginga e pela alegria (ESSINGER, 2005, p. 131-132).

A opinião acima, a respeito da formação da identidade funkeira, foi revisitada já por alguns autores. Mas meu destaque na citação é para a complexificação da violência e sua leitura atrelada aos pertencimentos territoriais. Porém, a tônica geral da cobertura midiática, pautada no desejo criminalizador de interditar os espaços de

sociabilidade funkeira, encontra-se evidenciada neste trecho, que traz uma operação da mídia corporativa contida em uma reportagem de jornal:

[...] nota-se que os breves trechos reproduzidos da fala de Rômulo Costa foram manobrados para que reforçassem a identificação dos funkeiros com os comerciantes varejistas de tóxicos ilegais. A partir da constatação do empresário de que “o Rio é dividido em facções criminosas que influenciam jovens de comunidades pobres” os jornalistas concluíram que Rômulo admitia que “a rivalidade entre galeras pode ser acirrada pela disputa entre organizações que contratam o tráfico de drogas”. Ou seja, percebe-se um salto lógico entre uma afirmativa e outra, motivado pela imagem estigmatizada que se fazia dos frequentadores de bailes funk, pois a fala de Rômulo limitou-se a reconhecer o domínio exercido por grupos armados sobre os jovens favelados, sem estabelecer nenhuma relação entre isso e os bailes (VIEIRA, 2020, p. 86).

Conforme tenho demonstrado nessa pesquisa, houve uma conjunção de cenários que foram operados pelos agentes da mídia corporativa, a saber: a emergência do funk – fenômeno cultural da juventude negra trabalhadora carioca – e as gestões de governo de Leonel Brizola – marcadas por um projeto popular e democrático que se chocava com interesses das camadas médias. Em busca de uma discussão das agências dessas múltiplas esferas do Estado situadas nesse plano, corroboro com a seguinte leitura:

[...] entende-se que o tratamento criminalizador e estigmatizador dispensado pelo noticiário da Rede Globo às turmas de funkeiros que se enfrentaram nas praias do Rio esteve estreitamente relacionado à disputa política entre a gigante das comunicações e Brizola. Não se pretende minimizar o fato de que a simples presença de jovens periféricos em um território nobre da cidade – os quais, naquele dia, decidiram inscrever suas próprias condutas à revelia daqueles que se consideravam proprietários daquele espaço – já seria suficiente para gerar uma repercussão negativa na mídia corporativa, pois, como vimos, esta era atravessada por interesses de classe e frações de classe. Entretanto, faz-se necessário apontar que, no caso dos arrastões, houve um entrelaçamento de disputas (entre Brizola e as Organizações Globo, mas também uma disputa pelo direito de acesso à cidade, na qual discutia-se o lugar social da juventude periférica) que culminou na criminalização do funk e dos funkeiros. Isso ocorreu porque estes eram elementos que estavam disponíveis no cenário político e que foram transformados pelos setores dominantes numa questão de segurança pública como uma estratégia para garantir aquele ‘equilíbrio de compromisso’ necessário ao exercício da hegemonia política sobre os setores subalternizados (VIEIRA, 2020, p. 79).

O passo que pretendo seguir visa apresentar uma tentativa de solução para estes episódios problemáticos discutidos a exaustão na esfera pública à época. Funkeiros e agentes do estado tiveram a percepção, em alguns momentos, que a exasperação da violência no ambiente dos bailes viria a prejudicar o movimento

funk. Houve uma espécie de percepção coletiva dessa situação, o que resulta em movimentos variados em direção à criação dos Festivais de Galera.

Esse tipo de baile surge antes mesmo das primeiras interdições dos bailes que ocorreram no começo dos anos 1990. Alguns organizadores buscaram canalizar o caráter competitivo já presente nas festas em outras dinâmicas de disputa. Constituíam-se então momentos que compreendiam uma gincana entre as galeras que vinham de diferentes localidades do Rio de Janeiro fruir o funk. Tal gincana se desenvolvia em etapas, que podiam ser: “corrida de saco, partida de sueca, concurso de embaixadinhas, concurso da rainha do baile, de casal mais elegante, concurso de maior galera, da galera mais animada, do melhor grito de guerra, doação de sangue e de alimentos etc”. Essas etapas somavam pontos as galeras participantes e, ao fim algumas equipes proporcionavam premiações e dinheiro (VIEIRA, 2020, p. 100).

Essa etapa do funk carioca inscreveu na história da cidade personagens importantes, como dois dos meus entrevistados – Verônica Costa e MC Galo da Rocinha. Mas a etapa de maior importância, ainda não citada, era a fase final – a etapa dos raps. “[...] Antes de subir ao palco, o representante da galera na etapa musical precisava convencer seus pares de que a sua composição era a melhor concorrente para o embate.” (NOVAES, 2020, p. 117), o que nos informa sobre o profundo senso de coletividade e abordagens temáticas presentes nesse momento inicial de autoria no funk. Para além da exasperação da violência em caráter ritual nos embates físicos, dos gritos das galeras, das melôs e das montagens, o funk encontrava agora uma nova maneira de exercer a autoria e comunicação. A figura do MC passa a ter destaque e figurar no campo de possibilidades da juventude funkeira.

Sobre esse período, Verônica Costa, que em entrevista contou-me que sua primeira ida a um baile se deu a partir do movimento da galera de onde morava – Thomás Coelho – em ir à sua casa pedir permissão à sua mãe para que ela pudesse participar da etapa da rainha do baile, que ganhou, conta:

Foi importante o Festival de Galeras porque era o grito deles né? Sendo o grito deles, ali eles já eram os artistas, ali eles já eram celebrados, eram as glamourosas, a rainha e o rei ali no baile funk. Quando começou o Festival eles faziam um grito, a montagem que a gente fala, mas era o grito das galeras. [...] No baile funk já tocavam as músicas internacionais, que era Stevie B, Trinere, Tony Garcia. Foi nessa época que a gente... nessa percepção deles fazerem a tradução da música... E nós fomos considerados

por muito tempo fazendo plágio né? Aí não podia fazer nada com a música, mas era o que virava no baile. A gente foi evoluindo, orientando eles com temas de música, “agora só pode falar de amor”, “agora só pode falar do Rio (Entrevistada Verônica, 2022).

Verônica Costa adiciona essa informação, a etapa musical tinha temas propostos, o que permitiu uma ampliação de repertório dos assuntos tratados. O drama apontado por DJ Marlboro quando de sua iniciativa de buscar MCs para comporem as faixas do disco “Funk Brasil” estava por findar-se. A partir dessa iniciativa, surgiram MCs em profusão e as temáticas diversificaram-se daquelas apresentadas na primeira coletânea, conforme veremos. Ainda sobre as múltiplas agências nessa criação do formato de baile, temos um importante dado relacionado ao tema dessa pesquisa, a influência do então vice-governador e Secretário de Justiça e da Polícia Civil, Nilo Batista.

Como apresentei ao falar da realização das entrevistas, no encontro realizado com Nilo Batista, em determinado momento, contei com a participação de seu filho, Carlos Bruce Batista, que afirmou:

[...] aí começaram a ter os Festivais... e as galeras dos clubes, ao invés de ter aquela coisa do Baile do Corredor, começaram a criar competições que não fossem só através dessa coisa ritualizada de briga. Era, por exemplo, levar a fantasia mais bonita, levar a pipa mais bonita, levar a garota, hoje é politicamente incorreto, mas naquela época tinha a garota do baile, a mais bonita. [...] Aí, o que aconteceu, isso ele vai negar, mas o Rômulo fala muito que ele começou a estimular o pessoal a cantar as letras em português. [...] Aí começam a vir os concursos de rap com o pessoal cantando, começam a surgir os MC's (Entrevistado Carlos Bruce, 2022).

A fala remete-se ao pai, que estava sentado a nossa frente. Encontrei essa informação também na obra de Silvio Essinger (2005) e na peça teatral “Funk Brasil 40 anos”¹³⁶. Nilo Batista, no entanto, não segue o raciocínio do filho, que afirmara que ele iria negar sua influência nesse estímulo e reconhece:

[...] Se houve uma coisa que tivemos sucesso... porque era muito fácil, era uma coisa muito elitista, só quem tinha passado no IBEU ía fazer uma letra bem-feita. Eu pensei, por que nós aqui vamos falar na língua dos nossos opressores, me explica? Isso aí deu certo. [...] Eram **encontros**, digamos assim, **conspirações** a favor. (Entrevistado Nilo, 2022 grifos nossos).

Ainda que não negue sua participação, meu entrevistado a coloca em um bojo de “conspirações”, postura que busco denotar em minha pesquisa. Como mais um exemplo dos empreendimentos dessa fase pela qual o funk passou, temos o

¹³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tnwl4GPcijo>. Acesso em: 29 nov. 2022.

próprio verso que compõe o título de minha pesquisa – “*andar tranquilamente na favela onde eu nasci*” – ele surge em uma dessas “etapas do rap”, e é parte do Rap da Felicidade, que será abordado no capítulo seguinte. A respeito dessas criações nacionais de letras inteiras de funk, Verônica Costa recordou na entrevista que me concedeu:

Eu acho que o funk nacional tem muito a ver com a Mãe Loira, honestamente falando, e com a Furacão 2000, com o Rômulo, com a nossa dedicação e o nosso trabalho. Eu lembro que nos bailes eles faziam rimas das músicas e não sabiam traduzir. E era uma dificuldade importar música de lá para cá, era muito difícil. E quando eles começaram a cantar a gente fez um tema, como tinha a Rainha das Galeras, a gente começou a fazer um tema do rap. Exemplo: ‘Vamos falar do Rio de Janeiro’, aí nasceu: ‘eu só quero é ser feliz e andar tranquilamente na favela onde eu nasci’. Isso é muito profundo, é que as pessoas não entendem. Alguns entendem, mas **muitos aqui não entendem**. E veio tantos raps, tantos, tantos... foi uma fábrica! Veio aquela leva de MCs, seguiram seu rumo, e a gente foi revelando cada vez mais. (Entrevistada Verônica, 2022, grifos nossos)

A entrevista com Verônica Costa foi realizada em uma sala da Câmara de Vereadores, em um espaço que fica ao lado do plenário. Destaco essa espacialidade para explicar a quem ela se referia quando fala da não compreensão da força contida na composição em questão. Recordo-me que ela realizou um gesto com a mão, que indicava o seu redor, o local de ação dos vereadores do Rio de Janeiro.

Com relação à “fábrica” de artistas do funk, podemos elencar aqui alguns dos sujeitos que se descobriram nesse novo fazer funkeiro. Nessa tentativa, busquei anotara maior quantidade possível de nomes constantes na obra de Silvio Essinger (2005), pesquisador que se esforçou, a meu ver, em trabalhar esse aspecto da nomeação dos sujeitos artistas, e cotejei com informações encontradas no site “Funk de raiz”¹³⁷, que traz a pesquisa de Claudia Duarcha. Captei as seguintes informações sobre esse primeiro momento dos Festivais de Galera:

Nome artístico	Nome	Produção artística
MC Mascote ¹³⁸	Fábio de Oliveira Cordeiro.	Rap da Daniela ¹³⁹

¹³⁷ Disponível em: <http://www.funkderaiz.com.br/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹³⁸ Para mais informações ver: <http://www.funkderaiz.com.br/2008/05/mc-mascote.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹³⁹ “Rap da Daniela”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y3VLRVQ_Sk4 Acesso em: 29 nov. 2022.

Bob Rum ¹⁴⁰	Moysés Osmar da Silva	Rap do Silva ¹⁴¹
Marquinhos e Dolores ¹⁴²	Marcos Ribeiro Chaves e Aldenir Francisco dos Santos	Rap da Diferença ¹⁴³
Garrincha e Julinho ¹⁴⁴		Rap de Santa Cruz ¹⁴⁵
Danda e Taffarel ¹⁴⁶	Anderson Augusto de Oliveira e Jorge Luis da Costa	Rap do Festival ¹⁴⁷
Borró e Dorré ¹⁴⁸		Rap do Rastafari ¹⁴⁹
Big Rap e Luciano ¹⁵⁰		Rap da ideia (Eu vou pro baile) ¹⁵¹
Leleco e Dinho ¹⁵²		Rap do amigo ¹⁵³
MCs Marcelo e Padilha ¹⁵⁴	Marcelo e Carlos Antônio	Rap do curral ¹⁵⁵

¹⁴⁰ Para mais informações ver: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/bob-run.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴¹ “Rap do Silva”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vIZ9MGgC1NI>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴² Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/mcs-markinhos-in-memorian-e-dolores.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴³ “Rap da Diferença”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vIZ9MGgC1NI>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴⁴ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/12/mcs-garrincha-e-julinho.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴⁵ “Rap de Santa Cruz”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6FnJB5w8Fgk>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴⁶ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/mcs-danda-e-tafarel.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴⁷ “Rap do Festival”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UIJTqcWdbwY>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴⁸ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2010/06/mcs-borro-e-dorre.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁴⁹ “Rap do Rastafari”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mq558mqry8A>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵⁰ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2008/07/big-rap-e-luciano.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵¹ “Rap da Ideia (Eu vou pro baile)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ba8F8JcUTgk>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵² Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2008/08/mcs-marquinhos-in-memorian-e-leleco.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵³ “Rap do amigo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=od5JmK-J1dM>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵⁴ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2010/01/mcs-marcelo-e-padilha.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵⁵ “Rap do curral”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q6ddjy0hmmo>. Acesso em: 29 nov. 2022.

Roni e Sargento ¹⁵⁶		Rap da Fazenda dos mineiros ¹⁵⁷
Coiote e Raposo ¹⁵⁸	André Luiz Costa e Alexsandro da Fonseca	Rap da Estrada da Posse ¹⁵⁹
Vinny Max e Chiquinho ¹⁶⁰		Rap da espuma ¹⁶¹
Cabeça e Xande ¹⁶²		Rap da dança da bundinha ¹⁶³
Marcelo e Pulunga ¹⁶⁴		Rap do trem ¹⁶⁵
D'eddy ¹⁶⁶		Rap do Pirão ¹⁶⁷
Willian e Duda ¹⁶⁸		Rap do Borel ¹⁶⁹
Galo ¹⁷⁰	Everaldo Almeida da Silva	Rap da Rocinha ¹⁷¹

¹⁵⁶ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2008/05/mcs-rony-e-sargento.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵⁷ “Rap da Fazenda dos mineiros”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fDTWrHDGMXk>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵⁸ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2018/10/mcs-coiote-e-raposao-lembram-sucesso-do.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁵⁹ “Rap da Estrada da Posse”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D1nbEb-4VXE>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶⁰ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2008/05/baile-de-espuma.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶¹ “Rap da espuma”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SpIV1vgAmBE>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶² Mais informações em: http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/mcs-xande-e-cabeça_21.html. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶³ “Rap da dança da bundinha”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t3kBgwNwkmo>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶⁴ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2008/08/mcs-marcelo-e-pulunga-in-memorian.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶⁵ “Rap do trem”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hc0HvC7aLG0>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶⁶ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/deddy.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶⁷ “Rap do Pirão”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4RNNR5hjDZA>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶⁸ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/mcs-william-e-duda.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁶⁹ “Rap do Borel”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_bk9IJK1xo. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁷⁰ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/mc-galo.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁷¹ “Rap da Rocinha”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=egT7hYsEH1s>. Acesso em: 29 nov. 2022.

Junior e Leonardo ¹⁷²	Francisco de Assis Motta Junior e Leonardo Pereira Motta	Rap do Endereço dos bailes ¹⁷³
Claudio e Buchecha ¹⁷⁴	Claudio Rodrigues de Mattos e Clausirlei de Souza	Rap do Salgueiro ¹⁷⁵
Cidinho e Doca ¹⁷⁶	Sidney da Silva e Marcos Paulo de Jesus	Rap da Felicidade ¹⁷⁷

Quadro 4 – Produções iniciais do funk em português

Fonte: Elaboração própria.

Posso ter passado por algum nome citado pelo pesquisador e não ter tomado nota, mas creio que essa lista é representativa da diversificação do repertório temático que afirmei que o universo funkeiro ganhou com a sua nacionalização e a profissionalização da carreira dos MCs. Foram cantados pedidos de fim da violência nos bailes e no Rio de Janeiro, o orgulho de viver nas favelas – exercício que simbolicamente as colocou no mapa do Rio de Janeiro -, questões do cotidiano dos trabalhadores cariocas, entre outros temas.

D'Eddy¹⁷⁸, MC da primeira geração revelada, afirmou, à mesma pesquisa já referenciada, sobre as experiências do funk antes dos festivais de galeras:

A concepção do funk nacional sempre foi essa coisa da melô, do duplo sentido. Sempre teve muita rima, [...] mas tudo era sempre pelo lado engraçado, para a sátira, nunca falando de uma coisa séria, de um conceito de vida geral, de uma realidade (ESSINGER, 2005, p. 101).

Neste mesmo sentido, meu entrevistado, MC Galo da Rocinha, parece partilhar desse entendimento, ao afirmar:

¹⁷² Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/mcs-junior-e-leonardo.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁷³ “Rap do Endereço dos bailes”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mhdt-ZUx9DY>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁷⁴ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2008/07/mcs-claudinho-in-memorian-e-buchecha.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁷⁵ “Rap do Salgueiro”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q37N8UfyLc4>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁷⁶ Mais informações em: <http://www.funkderaiz.com.br/2009/02/mcs-cidinho-e-doca.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁷⁷ “Rap da Felicidade”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qKkQjwji8LM>. Acesso em: 29 nov. 2022.

¹⁷⁸ Edimar Pedro Santana, ex-estudante de economia que se dedicou integralmente ao ofício de MC, sendo um dos pioneiros no movimento funk.

No tempo era duelo de equipe de som. Soul Grand Prix foi a primeira equipe, nego pensa que foi a Furacão, mas foi a Soul Grand Prix. Depois foi vindo Cash Box, Pipo's, eles pegaram a visão dos caras lá atrás, tomaram de assalto e ficou top. Chamavam Trinere, Stevie B. Além de mim, tinha o Funk Brasil, mas, pra mim, era um funk meio bobo. Bobo que eu falo, não desfazendo das letras dos caras, mas eu achava uma letra muito fraca, tipo “uê, uê chegou o pipoqueiro”. A melhorzinha, que eu achei, foi a do Batata, ‘É, sim, lá em Acari’. Essa é maneira, mas pô, tem que falar em comunidade, falar mais os bagulho que acontece em favela. Naquele tempo o que eu via era a polícia subindo o morro e esculachar mais que hoje em dia esculacha. [...] Eu cantava ‘olê, lê, lê, olá, lá, lá, a Rocinha pede a paz pro baile não acabar” e botei todos os nomes de comunidade, “Galera da Cruzada, Santa Marta e do Pavão”, através disso, veio um montão atrás. Não precisava mais contratar Stevie B, Trinere. (sic) (Entrevistado Galo, 2022).

MC Galo na canção *História do funk* tematiza, por exemplo, a chacina de Vigário Geral, um dos tristes cartões de visita da polícia no período da democracia nas favelas cariocas, como vimos no capítulo anterior, ocorrida no segundo governo Leonel Brizola. Sobre essa escolha, ele afirma:

O funk era discriminado, naquele tempo quem cantava funk não aparecia na televisão. Foi o Gilberto Gil... a Xuxa, que nós fomos muito na época... Então foi por isso que eu coloquei: “*Em Vigário Geral só morreu trabalhador*”, pra mostrar pra eles que o funk fala a realidade, igual o samba. O samba no começo também foi discriminado (Entrevistado Galo, 2022).

Esse espaço de novas elaborações permitiu a disputa pelo direito de enunciar a si e a cidade em que viviam os funkeiros, além de fazer com que esses sujeitos fortalecessem ou mesmo criassem laços de solidariedade – dada a necessária “defesa” de sua galera nas dinâmicas já citadas. Gerou, igualmente, porém, o estímulo à rivalidade, que pode também ter alimentado neles o ímpeto competitivo que podia se manifestar por meio da violência. Novamente, cabe lembrar que estes eram jogos inscritos na dinâmica das festas, sendo quaisquer iniciativas de criminalização do movimento funk pautadas nessa realidade mal-intencionadas. Cabe agora vermos algumas das movimentações dos funkeiros na cidade em defesa de sua ainda recente manifestação cultural. Como nos lembra Juliana Vieira:

[...] o funk e os funkeiros foram fatores importantes nas disputas políticas travadas em torno do caráter do Estado num contexto político de redemocratização conservadora, pois a divergência entre os interesses representados por essa manifestação cultural e aqueles agentes que se pautaram pela sua repressão desvela a correlação de forças dessa conjuntura histórica (VIEIRA, 2020, p. 28).

Junto à escalada da violência nos arredores das festas e ao recrudescimento da repressão aos bailes, inclusive, gerando a interdição de alguns por um tempo,

surgiram também alguns exercícios de mobilização por parte de alguns representantes do funk. Março de 1992 seria o mês de uma das primeiras interdições, segundo o jornalista Silvio Essinger:

Em novembro de 1991, registrou-se pancadaria no Maracanãzinho durante o baile que lançava o LP Funk Brasil 3. [...] As reuniões da Furacão 2000 para tentar promover a paz entre as galeras e os festivais (em que o vencedor ganhava dinheiro e um baile gratuito em sua comunidade) já não conseguiam mais conter a violência. Assim, em março de 1992, a Defesa Civil interditou cinco quadras onde ocorriam bailes funk. Rômulo Costa **foi então à imprensa** para negar que os festivais de galeras colaborassem para acirrar a rivalidade entre os jovens (ESSINGER, 2005, p. 119 grifos nossos).

E prossegue na narrativa de episódios onde os funkeiros precisaram organizar-se em defesa da manutenção de sua manifestação cultural, remontando um período anterior ao do acontecimento do arrastão que debatemos na primeira parte dessa pesquisa. O autor afirma:

Começava-se a se falar também sobre a associação entre essas ações e as grandes organizações criminosas das favelas: o Comando Vermelho e o Terceiro Comando. No esforço de resistência do funk, Rômulo Costa **convocou em abril uma passeata de protesto contra a proibição dos bailes**, marcada para a Cinelândia, em pleno Centro do Rio. Em agosto, proibido pela polícia de realizar seu baile na Associação Atlética Vicente de Carvalho, ele fez a festa na rua mesmo, ligando o som a todo volume. No mesmo mês, o Clube do Balanço (que reúne as equipes Espião, JB, Curtisom, Kiko's, Toque Disco e Equipe Show) **protestou contra a interdição dos bailes pelo Estado Maior de Segurança do Estado do Rio de Janeiro** (ESSINGER, 2005, p. 123 grifos nossos).

Juliana Vieira narra esses episódios trazendo a participação da mídia, como se vê no seguinte trecho:

Dois dias após o fiasco policial em Vicente de Carvalho (1992), todos os bailes foram interditados por tempo indeterminado pelo Estado Maior Conjunto de Segurança Pública, composto por Nilo Batista (Vice Governador e Secretário de Justiça e da Polícia Civil), pelo Coronel Nazareth Cerqueira (Comandante da PM), pelo Coronel Jorge da Silva (chefe do Estado-Maior da PM), por Joel Silveira (sub-secretário da Polícia Civil) e por outras autoridades policiais. Na notícia de 27 de agosto, o jornal O Dia informou que a decisão fora motivada pelo “recrudescimento da violência nas últimas semanas nos bailes”. Em entrevista, Nilo Batista advertiu que dera ordem para que a PM reprimisse aqueles que tentassem desrespeitar a determinação. Dando legitimidade à decisão, o jornal salientou que as autoridades realizaram quatro reuniões com DJs, líderes de galeras e promotores de bailes do Rio e do Grande Rio, para explicar que os eventos só poderiam ser realizados em clima de “cordialidade”. Depois disso, as festas foram liberadas aos poucos, a começar pelo Clube Mauá, de São Gonçalo, mas “com o retorno da violência resolveu-se proibir os bailes” novamente (VIEIRA, 2020, p. 111-112).

Uma dessas iniciativas propostas como movimento de diálogo com o movimento funk foi o Seminário “Barrados no Baile: Entre o Funk e o Preconceito”, realizado em oito de dezembro de 1992, no auditório da Central de Polícia, no centro do Rio de Janeiro. Tratou-se de uma parceria entre muitos atores, dentre os quais formaram a organização executiva: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a Secretaria de Polícia Civil (SEPC) e a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (SEDEPRON). Além desses atores estatais, estiveram no diálogo a Secretaria de Polícia Militar (SEPM), a Secretaria de Justiça (SEJ), a Secretaria de Defesa Civil, a Secretaria de Trabalho e Ação Social e a Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SEICCT).

O folheto do evento traz o seguinte texto:

O objetivo deste primeiro Seminário é promover uma discussão interdisciplinar entre os diversos segmentos da sociedade (governo, representação da sociedade civil, comunidade científica etc.) sobre o fenômeno dos bailes “funk” e os recentes episódios, **reais e imaginários**, de violência no Rio de Janeiro. Como resultado, busca-se sugestões que aprofundem o conhecimento desta área pouco estudada e indicações para ações do poder público e sociedade (VIEIRA, 2020, p. 320 grifos nossos)

Conforme apresentamos anteriormente, quando falamos do episódio conhecido como Arrastão de 1992, pouco mais de dois meses separavam o acontecimento deste espaço de reflexão. A candência do debate também está nessa sucessão de acontecimentos, tendo o grifo por mim sido feito com a intenção de reafirmar a já apresentada disputa em torno dos acontecimentos de outubro de 1992. Novamente, agora em esfera institucional, questiona-se sobre a natureza das cenas ocorridas nas praias de Ipanema e buscam-se soluções pautadas em reflexões ancoradas não no terror midiático, mas nas reflexões acadêmicas e na observância dos modos de vida carioca, como poderemos ver a seguir na composição das mesas e temas apresentados.

Entre as 10h e as 18:45h, o encontro esteve assim organizado: uma fala de abertura foi proferida pelo então vice-governador Nilo Batista. Em seguida três painéis temáticos foram apresentados: Painel I – “A visão dos órgãos do Estado do Rio de Janeiro”, Painel II – “A visão da sociedade civil” e Painel III – “A visão da comunidade científica”. Por entre esses três espaços circularam: Rosa Cardoso (SEJ), Gisálio Cerqueira (CUEP), Elson Campello (SEPC), Carlos Alberto Medeiros (SEDEPRON), Coronel Adilson Fernandes (SEPM), Gustavo Tependino

(URFJ/FAPERJ), Joel Rufino (UFRJ), Maria Paula Gomes (SEICCT), Jair Foly de Azevedo (Galera de Vila Kennedy), Luiz Orlando Matias (AESOM), Frei Davi (Paróquia de São João de Meriti), Januário Garcia (Movimento Negro), Fernando Peregrino (FAPERJ), Silvia Ramos (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ), Livio Samsoni (UFBA), Carlos Hasenbalg (IUPERJ), Gilberto Velho (Museu Nacional/UFRJ), Hermano Vianna (Museu Nacional/ UFRJ) e Muniz Sodré (UFRJ).

Sobre esse encontro, consegui junto ao APERJ, os seguintes registros:



Figura 20 – Seminário “Barrados no Baile: Entre o funk e o preconceito” I
Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)



Figura 21 – Seminário “Barrados no Baile: Entre o funk e o preconceito” II
 Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)



Figura 22 – Seminário “Barrados no Baile: entre o funk e o preconceito” III
 Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)



Figura 23 – Seminário “Barrados no Baile: entre o funk e o preconceito” IV
 Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Em minhas entrevistas, busquei compreender essa realização e ouvi com contundência de Nilo Batista que:

[...] foi quando fecharam... quando eles insistiram nisso, nós fizemos o Barrados no baile. Para eles, fazer uma reabertura era como se fosse carimbado pelo Estado: isso pode. Foi para desestimular a **Polícia Militar, a Polícia Civil**, enfim... [...] Tanto que nós fizemos um ato dizendo ‘Está proibido o baile funk!’ e fizemos o seminário dizendo ‘Está liberado o baile

funk!'. Foi essa a nossa **tática**, porque era tanta pressão, era tanta pressão da **pequena burguesia fascista do Rio de Janeiro** para acabar com aquilo... (Entrevistado Nilo, 2022, grifo nosso)

Sobre o seminário, a observação do pesquisador Silvio Essinger parece possuir uma leitura confusa dessa tática descrita por Nilo, visto que o autor afirma:

Na abertura, o secretário, que já tinha mandado fechar alguns bailes, surpreendeu com uma defesa do funk: “é mais fácil ter medo de um garoto de 15 anos do que do sistema. Jogamos sobre pobres e destituídos os nossos medos. Os funkeiros pagam uma taxa de toda violência urbana. (ESSINGER, 2005, p. 126-127).

Na entrevista com Verônica Costa, ela me apresentou o seguinte entendimento:

Eu lembro que eles conseguiram fazer as autoridades nos ouvir. Fomos todos para lá. Era algo impossível e **eles** nos ouviram. Mas... foi libertador, mas **não resolveu**. Foi aquela coisa **para a sociedade**, porque já tinha muita audiência, já tinha muita força na rádio. **Ficava bem politicamente**, eu acho, sinceramente (Entrevistada Verônica, 2022, grifo nosso).

Apresento as falas de Nilo Batista e Verônica Costa sem receio de colocá-las em confronto e as considero, nesse jogo, como importantes para compreender a questão que estava colocada. Ver Nilo Batista falar em “tática” ao lembrar de sua atuação enquanto vice-governador e secretário de Justiça e da Polícia Civil, assim como ver Verônica Costa falar de “resolução” ao rememorar seu passado de luta pela consolidação do funk deve servir para nos atentar para a existência de embates de projetos coletivos.

A primeira fala foi endereçada a dois grupos: a “Polícia Militar, Polícia Civil” e a “pequena burguesia fascista do Rio de Janeiro”. Por meio destes, pode-se depreender que havia um choque entre forças internas da gestão do Estado e, concomitantemente, o embate público com camadas diversas do eleitorado carioca, em muito alimentados por opiniões veiculadas na mídia corporativa. A segunda fala traz também essas camadas da sociedade carioca, ao falar: “para a sociedade” e à gestão governamental, resumida na expressão: “eles”, que pode compreender também a comunidade científica presente no encontro.

As respostas, portanto, dão-nos a noção da dimensão da proposta do encontro, dentro de uma história que silenciava esses sujeitos, ao passo que mostram igualmente as limitações dessa atuação. Há pioneirismo e há insuficiência,

sobretudo, as leituras estão aí colocadas após trinta anos e vão colaborar para pensarmos, no capítulo 3, no conceito de Estado.

Sobre as agências e a disputa do Estado, Juliana Vieira recorda:

[...] se compararmos a iniciativa de Nilo Batista e da Polícia Civil, de promover encontros com os funkeiros, às posturas adotadas pelo Coronel César Pinto e pelo juiz Liborni Siqueira, veremos que os posicionamentos dos agentes públicos não era unívoco. Isso revela que havia uma disputa social pelo caráter do Estado, cujas instituições poderiam estar mais ou menos permeáveis à participação das camadas sociais subalternizadas. No entanto, se Nilo Batista e a Polícia Civil lançaram mão de estratégias que não se pautavam, prioritariamente, pela lógica punitivista para tentar resolver os problemas associados aos bailes, vale ressaltar que, em nenhum momento, esta deixou de ser uma opção para tais agentes – o que se concretizou por meio da interdição dos clubes citados (VIEIRA, 2020, p. 116).

E sobre a atuação da mídia corporativa, a autora nos apresenta:

O Jornal do Brasil repercutiu o evento com a manchete “Nilo defende bailes ‘funk’ em seminário”. O título da nota de quatro parágrafos possui certa polissemia discursiva, pois, na medida em que afirma que o Vice-governador e Secretário de Polícia Civil defendeu os bailes, aquela parcela de leitores favoráveis à realização desses eventos poderia interpretar que o jornal adotava uma perspectiva positiva a respeito da questão. Por outro lado, os leitores partidários da interdição dos bailes poderiam ler o título a partir de um viés negativo, pois a ideia de que um governante defendesse algo contrário a suas expectativas poderia provocar uma sensação de injustiça ou ultraje. Sabendo-se que o periódico era voltado para um público de classe média (setor expressivo dentre aqueles que cobravam a proibição dos bailes) e que em suas matérias e editoriais predominaram um sentido de criminalização e estigmatização dos bailes e da juventude periférica – especialmente após o arrastão – entende-se que, nesse caso, provavelmente prevaleceu o sentido negativo da manchete (VIEIRA, 2020, p. 118).

Pretendo encerrar essa seção por aqui para não adentrar na discussão que proponho no próximo capítulo, acerca do Estado. A seguir, apresento uma reflexão a respeito do trato historicamente destinado aos sujeitos mais pobres – no Rio de Janeiro e em todo o mundo. Acredito que tais reflexões alimentarão o entendimento a respeito dos consensos midiáticos e das agências do Estado com relação ao funk.

2.3 “ANDAR TRANQUILAMENTE NA FAVELA ONDE EU NASCI”¹⁷⁹: OS FUNKEIROS E O ROTULACIONISMO

Para iniciar essa seção, trarei a canção cujo verso está no título deste tópico e no título de minha dissertação. A escolha do trecho “*Andar tranquilamente na*

¹⁷⁹ Trecho retirado do funk *Rap da Felicidade*, composto em 1994 por Kátia e Julinho Rasta, imortalizado na versão de Cidinho e Doca, é considerado um dos hinos do movimento funk.

favela onde eu nasci”, do Rap da Felicidade, foi algumas vezes por mim rechaçada, dada sua já corriqueira presença em trabalhos acadêmicos e exposições midiáticas sobre o tema do funk. Mas, a medida em que fui ia aproximando da abordagem do meu trabalho, a força dessa música reaparecia.

Um dos entrevistados mencionou-a, como se verá no capítulo seguinte. O debate do conceito Rotulacionismo, feito acima, gritava para mim que o “andar” pela cidade é um direito exigido desde sempre pelos funkeiros e o é na medida em que esteve sempre ameaçado. De certa forma, pensar os governos Brizola foi para mim um deslocar-se para outras sociabilidades possíveis em territórios de favela. Por todas essas questões e o por outras, resolvi fazer a leitura do clássico. Espero canalizar minha análise na relação com os temas propostos por essa pesquisa.

A composição é de 1993, portanto, ano seguinte à série de acontecimentos negativos que vimos ser associados à figura dos funkeiros e a iniciativa do Seminário Barrados no Baile. Sua composição é de Kátia¹⁸⁰ e Julinho Rasta¹⁸¹, sendo as informações sobre os autores bastante difíceis de encontrar. No livro *Batidão: uma história do funk*, temos a informação de que Kátia era amiga da dupla que imortalizou a interpretação do funk – Cidinho e Doca. Sobre a autora, diz-se que:

Era Kátia quem costumava organizar o baile do Coroado, que rolava todo domingo. ‘Sou de Resende, e estou no Rio há cinco anos. Meu sonho era ser policial, mas logo mudei de ideia. A violência na favela me revoltou tanto que eu resolvi escrever sobre a volta da felicidade.’, disse Kátia, em rara entrevista (ESSINGER, 2005, p. 143-144).

É importante captar esse sentimento inicial da canção para compreender o conceito que será trabalhado nessa seção. A música ao proferir “Eu só quero é ser feliz”, deixa-nos uma mensagem importante com relação ao contexto de vida da população trabalhadora no Rio de Janeiro neste começo da década de 1990. Algumas gravações iniciais foram feitas e a música foi trabalhada nos bailes e programas de televisão, tendo o apogeu da sua fama sido alcançado em 1995. O sucesso foi estrondoso, o que impactou a vida dos MCs Cidinho e Doca, ainda que Doca tenha afirmado que “dos seis empresários, apenas um foi honesto” (ESSINGER, 2005, p. 144).

¹⁸⁰ Katia Sileia Ribeiro De Oliveira.

¹⁸¹ Julio Cesar Seia Ferreira.

A respeito da dupla de MCs, Cidinho “aos oito anos de idade se apresentava com o irmão César no grupo Samba é Vida, montou na adolescência, com Doca e mais quatro dançarinos, o grupo The South, para tentar alguma coisa nos bailes”. Como vimos, os grupos de dança formados por rapazes eram comuns nesse contexto inicial do funk. Com relação as suas vidas antes da fama proporcionada pelo funk, temos: “Doca, que trabalhou como pescador com o pai e passou um tempo como ajudante-de-obras” e “Cidinho, por sua vez, foi atendente de lanchonete e empacotador de supermercado na Barra.”. Cidinho “estudou só até a sexta série” e “Doca foi até a oitava.” (ESSINGER, 2005, p. 142).

DJ Marlboro diz que: “O Rap da Felicidade é o cartão-postal do movimento” (ESSINGER, 2005, p. 141) e ao falar da sonoridade da canção, diz que “a melodia é muito similar a de um samba-enredo”¹⁸². Mas, passemos a letra:

Eu só quero é ser feliz/andar tranquilamente na favela onde eu nasci/é/ e poder me orgulhar/ e ter a consciência que o pobre tem seu lugar/Fé em Deus... DJ/ Eu só quero é ser feliz/ Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é/ E poder me orgulhar/ E ter a consciência que o pobre tem o seu lugar/ Mas eu só quero/ é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz/ Onde eu nasci/ Ham.../ E poder me orgulhar/ E ter a consciência/ Que o pobre tem o seu lugar.

Com este refrão, os funkeiros comunicam à cidade três principais desejos: a felicidade e o direito ao livre trânsito em seu território de origem (“andar tranquilamente na favela onde eu nasci”) e ter esse espaço e seu modo de estar no mundo respeitado pelo conjunto de forças que compõe a sociedade (“ter a consciência que o pobre tem seu lugar”). A favela apresentada como possível lugar da felicidade é um indicador interessante em meio a essa reivindicação. O grito “Fé em Deus... DJ!” expressa a tradição das exortações às galeras, presentes no cotidiano dos bailes, e remonta outras tradições da diáspora africana em nosso território, como o samba e a performance dos seus cantores.

É muito interessante pensar no significado de “andar” nessa música, visto que o período foi marcado pela circularidade das galeras funk entre diversos territórios da cidade nesse momento. Andar me parece então estar atrelado a deslocamentos maiores que os estritos a dinâmicas territoriais, exprimindo também a vontade de “viver” tranquilamente. Prossigamos.

¹⁸² Disponível em: <https://kondzilla.com/album-funk-brasil-do-dj-marlboro-completa-30-anos/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

Minha **cara autoridade**, eu já não sei o que fazer com tanta violência eu sinto medo de viver, pois moro na favela e sou muito desrespeitado/ a tristeza e alegria aqui caminham lado a lado/ eu faço uma oração para uma santa protetora/ mas sou interrompido a tiros de metralhadora/enquanto os ricos moram numa casa grande e bela/ o pobre é humilhado e esculachado na favela/ já não aguento mais essa onda de violência/ só **peço à autoridade** um pouco mais de competência (grifos nossos).

A análise desse trecho traz a denúncia da violência e a crítica direta às autoridades do período. A riqueza de detalhes narrada com cenas cotidianas e estabelecimento de contrapontos entre os modos de se viver no Rio de Janeiro de acordo com a classe são partes importante dessa crônica, estando o ponto alto para mim na força do verso que aponta a favela como lugar onde “a tristeza e a alegria” “caminham lado a lado”. Grifei os dois momentos em que o eu-lírico dirige-se às autoridades por querer convidar meu leitor a pensar essa fala direcionada como crítica e fruto do espaço de abertura de diálogos. As experiências narradas na seção anterior mostraram-nos uma tentativa de diálogo entre as “autoridades” e os funkeiros, portanto, não me parece inverossímil perceber a interlocução dessa canção como um reflexo desses movimentos de aproximação, o que em nada apaga a criticidade do rap, pelo contrário.

Em seu trecho final, temos:

Diversão hoje em dia não podemos nem pensar/ Pois até lá nos bailes **eles vêm nos humilhar**/ Ficar lá na praça, que era tudo tão normal/ Agora virou moda a violência no local/ Pessoas inocentes, que não têm nada a ver/ Estão perdendo hoje o seu direito de viver/ Nunca vi cartão-postal que se destaque uma favela/ Só vejo paisagem muito linda e muito bela/ Quem vai pro exterior da favela sente saudade/ O gringo vem aqui e não conhece a realidade/ Vai pra Zona Sul pra conhecer água de coco/ E pobre na favela, vive passando sufoco/ Trocaram a presidência, **uma nova esperança**/ Sofri na tempestade, agora eu quero a bonança/ O povo tem a força, só precisa descobrir/ Se **eles lá não fazem nada**, faremos tudo daqui (grifos nossos).

Novamente, nesse excerto busquei destacar as partes onde as denúncias relacionadas às forças de Estado se fazem presente. Em um primeiro momento há a denúncia direta da violência nos bailes, sendo localizada nas forças policiais, muito provavelmente. E no fim há uma reclamação/anúncio relacionado a visão do fazer político como lugar da ociosidade ou não tomada de decisões que modificassem as situações de vida da população pobre da cidade. É curioso, porém, perceber que esse descrédito político não impede o surgimento da esperança com o advento de uma nova gestão do Estado. E tem sido esse lugar de ambivalências que o funk propõe que ocupemos desde sempre, inclusive nas relações com o Estado.

Durante a realização dessa pesquisa, e mais precisamente, em minha entrevista com Nilo Batista, conheci os conceitos de “*Rotulacionismo*” e “*Labelling approach*”¹⁸³. Segundo meu entrevistado, mergulhar neste universo seria importante para pensar o episódio dos arrastões e a definição dos funkeiros como inimigos e ameaças à sociedade carioca. Essa espécie de coorientação me fez aprender muito. Para compreender essa ideia, recorri a quatro autores: Augusto Thompson¹⁸⁴, Howard Becker¹⁸⁵, Erving Goffman¹⁸⁶ e Vera Malaguti Batista¹⁸⁷.

Nas linhas a seguir, pretendo explicitar meu entendimento a partir dessas leituras, ancorando-me em Becker e Thompson. A explanação de Becker apresenta o conceito de “*Outsider*”, que ele diz ser o nome daquele “que se desvia das regras do grupo” (BECKER, 2008, p. 17). Logo em suas primeiras páginas, é apresentada a observação, que será compartilhada por Thompson, relacionada ao papel da ciência e à corroboração do ideário da Criminologia. Neste contexto, temos:

O que os leigos querem saber sobre desviantes é: por que fazem isso? Como podemos explicar sua transgressão das regras? Que há neles que os leva a fazer coisas proibidas? A pesquisa científica tentou encontrar respostas para estas perguntas. Ao fazê-lo, aceitou a premissa de senso comum segundo a qual há algo inerentemente desviante (qualitativamente distinto) em atos que infringem (ou parecem infringir) regras sociais. Aceitou também o pressuposto de senso comum de que o ato desviante ocorre porque alguma característica da pessoa que o comete torna necessário ou inevitável que ela o cometa. Em geral os cientistas não questionam o rótulo ‘desviante’ quando é aplicado a atos ou pessoas particulares, dando-o por

¹⁸³ “[...] a teoria do *Labelling Approach* nasceu na década de sessenta, nos Estados Unidos, tendo como principais expoentes Howard Becker e Erving Goffman, idealizada pelos integrantes da Nova Escola de Chicago. Consoante as lições de SHECAIRA (2004, p. 371-374), ‘A Teoria do *Labelling Approach* surge após a 2.^a Guerra Mundial, os Estados Unidos são catapultados à condição de grande potência mundial, estando em pleno desenvolvimento o Estado do Bem-Estar Social, o que acaba por mascarar as fissuras internas vividas na sociedade americana. A década de 60 é marcada no plano externo pela divisão mundial entre blocos: capitalista versus socialista, delimitando o cenário da chamada Guerra Fria. Já no plano interno, os norte-americanos se deparam com a luta das minorias negras por igualdade, a luta pelo fim da discriminação sexual, o engajamento dos movimentos estudantis na reivindicação pelos direitos civis.’ (OLIVEIRA; MENEZES, 2020).

¹⁸⁴ Augusto Frederico Gaffrée Thompson (1933 – 2007), advogado criminalista, jurista, autor, penitenciário e professor brasileiro. A obra estudada foi “*Quem são os criminosos? O crime e o criminoso: entes políticos*”, publicado em 1983.

¹⁸⁵ Howard Saul Becker (1928), sociólogo estadunidense que compõe a segunda escola de Chicago e propôs reflexões sobre a sociologia do desvio e a cultura das drogas. A obra estudada foi *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*, publicado em 1963.

¹⁸⁶ Erving Goffman (1922 – 1982), cientista social, antropólogo, sociólogo e escritor canadense que também compôs a segunda escola de Chicago e se dedicou a estudar as interações simbólicas na sociedade. A obra estudada foi: *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, publicado também em 1963.

¹⁸⁷ Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista (1955), socióloga e professora brasileira que se dedica aos estudos Criminologia Crítica. A obra estudada foi: *Introdução crítica à Criminologia brasileira*, publicado em 2011.

certo. Quando o fazem, aceitam os valores do grupo que está formulando o julgamento (BECKER, 2008, p. 17).

E, ao abordar os estudos da delinquência juvenil, o autor chama a atenção que o comportamento desviante o será assim classificado a depender do potencial sujeito dos atos e do indivíduo que se sentiu lesado nesse processo. (BECKER, 2008. P. 25) Portanto, o desvio é apresentado em meio a um intrincado e complexo circuito de valores onde, a depender da correlação de forças existente, grupos ganham o poder de fabricar consensos que associam a categoria de outsider a outros. Os assujeitamentos dessa ordem criam a personificação de uma “concepção abstrata”, a do desvio, como propõe Becker (2008, p. 167-168).

Uma admoestação interessante de seu texto está no estímulo a um deslocamento do olhar na pesquisa científica. Em 1963, estava expresso esse tipo de conselho: “É um fato interessante que a maior parte da pesquisa e da especulação científica sobre o desvio diga respeito às pessoas que infringem regras, não àquelas que as criam e impõem” (BECKER, 2008, p. 167-168). É importante realizar reflexões a respeito do Estado brasileiro a partir dessa inversão de pensamento.

O autor é categórico em desconstruir a concepção funcional do desvio e o faz apostando na noção de que a concepção de desvio é política, reside na interação entre os rotulados como desviantes e os reatores a esses. Becker compreende que:

O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso, o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. [...] À medida que a categoria desvio carece de homogeneidade e deixa de incluir todos os casos que lhe pertencem, não é sensato esperar encontrar fatores comuns de personalidade ou situação de vida que expliquem o suposto desvio (BECKER, 2008, p. 22).

Ao falar desses aplicadores de regras ou rotuladores, apresenta-se a cara noção de “empreendedores morais” (BECKER, 2008, p. 160). Afirmo que ela é cara porque vejo nela centralidade para essa pesquisa. Como pensar os mandatos de governos Brizola e a perseguição aos funkeiros no Rio de Janeiro sem pensar nessa dimensão? A continuidade do pensamento, informa: “o resultado final da cruzada moral é uma força policial” (BECKER, 2008, p. 160). Veremos na análise de Augusto Thompson e vimos no primeiro capítulo, quando falamos da experiência dos

“arrastões”, como essa força policial pode ser manejada por diversos setores do Estado (ou não), quando imbuídos pela lógica da Criminologia. O autor prossegue:

Quando estudamos como os empreendedores morais conseguem fazer com que regras sejam criadas e como impositores aplicam essas regras em casos particulares, estamos estudando como os grupos de *status* superior de todo tipo mantêm suas posições. Em outras palavras, estudamos algumas das formas de opressão e os meios pelos quais elas obtêm o *status* de normal, ‘cotidiana’ e legítima (BECKER, 2008, p. 204).

Pensar a legitimação do poder é pensar o poder de legitimar arbitrariedades. Podemos pensar aqui, o que também será retomado por Thompson, que: “A pessoa pode ser rotulada de desviante não porque realmente infringiu uma regra, mas porque mostrou desrespeito pelo impositor da regra” (BECKER, 2008, p. 163). Se retomarmos aqui a afirmação de Zaconne, apoiado em Vera Malaguti Batista, a respeito do perfil do funkeiro, que o destaca como: “portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda”, podemos intuir que a concepção do desvio tende a acompanhar este grupo por essas e outras razões. Historicamente, a presença negra não subalterna é empurrada para a seara criminal em nosso país, como vimos ao debater o direito à festa, por exemplo.

Para dar fim a análise das contribuições de Becker a respeito do tema, deixo a seguinte fala a respeito dos grupos considerados desviantes:

Ao considerar o desvio uma forma de atividade coletiva a ser investigada, em todas as suas facetas, como qualquer outra atividade coletiva, vemos que o objeto de nosso estudo não é um ato isolado cuja origem devemos descobrir. Em vez disso, o ato que alegadamente ocorreu, quando ocorreu, tem lugar numa rede complexa de atos envolvendo outros, e assume parte dessa complexidade por causa da maneira como diferentes pessoas e grupos o definem (BECKER, 2008, p. 189).

Para dar continuidade na reflexão a respeito do imaginário atrelado ao medo de potenciais sublevações por parte da juventude trabalhadora, negra e pobre no Rio de Janeiro, recorri à leitura de Augusto Thompson. Este, vinte anos depois de Becker, construiu importante contribuição para crítica à Criminologia e situou a discussão à realidade brasileira. O autor, que traz no título importante pergunta – “Quem são os criminosos?” – inicia sua investigação com o foco no que ele chama de “cifra negra da criminalidade” (THOMPSON, 2007, p. 3), que seria o espaço onde estariam localizados os criminosos que não tem seus crimes apontados e/ou

recebem condenação. Ele se utiliza desse artifício para mostrar que as condutas criminosas não são uma excepcionalidade em nossa sociedade.

O prosseguimento da leitura nos traz a afirmação importante de que: “O crime não é um fenômeno natural”. E nos recorda que a categoria é fluída e mutável, o que permite que uma conduta possa ser vista como criminosa em um tempo-espço, diferentemente de outro. Por isso, segundo ele, o crime só existe atrelado a materialidade de uma lei, o que impede que ele seja “objeto próprio de uma ciência exata” (THOMPSON, 2007, p. 22), como postula a Criminologia.

Thompson continua apontando o que seria a incoerência de origem dessa ciência: “Na medida em que fracassou quanto a definir e especificar o objeto da disciplina – o crime como fenômeno natural – a criminologia renunciou a elegê-lo como ponto básico de suas investigações.” (THOMPSON, 2007. P. 28). Dessa forma, remonta como o novo objeto da disciplina pouco a pouco torna-se o criminoso, no sentido em que ele:

[...] é um homem e homem é algo concreto, real, fático, existente no mundo fenomenológico, descritível, classificável, mensurável, laboriável e, até experimentável. Contando com um objeto assim adequado, por que perder tempo com a entidade delito, etérea, inapreensível, insubordinada a representar o papel de objeto de uma ciência natural? Claro, desnecessário seria eliminar ostensivamente da nova ciência o objeto ‘crime’, mas seria considerado como um ser de existência imanente ao criminoso, e, por via deste último, se faria a abordagem naturalística daquele (THOMPSON, 2007, p. 29).

No desenvolvimento desse raciocínio, o autor nos convida a pensar as anuências dadas pelos cientistas a “ordem formal” que passara a rotular os criminosos enquanto tais. Em sua opinião, essa “conspicuidade” revelaria uma espécie de gratidão por parte dos cientistas, que viram muitos dos seus estudos financiados por esses entes do “poder político”. (THOMPSON, 2007, p. 31).

Voltando-se ao argumento da cifra negra da criminalidade, novamente convoca-nos a refletir sobre quem a ordem formal reconhece como criminoso e a quais desses criminosos é destinada a pena do encarceramento. A intenção aqui é complexificar a metodologia científica que via nas prisões o lugar dos criminosos e nos criminosos a origem dos crimes. Prossegue o autor:

A criminologia tradicional infere a conclusão de que a maioria dos criminosos é pobre e, logo, a pobreza se apresenta como um traço característico da criminalidade. [...] da constatação de que a maioria dos presos está representada por gente miserável, a única conclusão a ser

tirada, validamente, será: a pobreza é um traço característico do encarceramento. (THOMPSON, 2007, p. 32- 33)

Somos levados em sua leitura a entender como a Criminologia vai “invadir o campo do direito penal” (THOMPSON, 2007, p. 35). E, mirando-se nos estudos de Foucault, podemos compreender como surge a teoria penal da periculosidade, que trata não do nível dos atos dos sujeitos, mas de “virtualidades de comportamento” (FOUCAULT, 1978 apud THOMPSON, 2007, p. 68). Neste momento, as reflexões conectaram-se muito com as leituras que fizemos sobre os “arrastões” em meu primeiro capítulo, pois destacou-se a noção de construção do “estereótipo do criminoso” e, no caminho do que já vinha construindo, Thompson nos diz que: “[...] Ao afirmar que o criminoso é, caracteristicamente, pobre, abre-se facilmente a possibilidade de inverter os termos da equação, para dizer: o pobre é, caracteristicamente, criminoso” (THOMPSON, 2007, p. 64). Em nosso caso, ao atribuir o status de criminoso aos funkeiros, a ilação inversa – de que o funkeiro é um criminoso – também ocorre.

Há uma importante elaboração sobre a conduta criminosa e a noção de reincidência. Ela vê-se em:

Arma-se o silogismo de acordo com a seguinte racionalização: a sociedade é irrepreensivelmente justa; se há pessoas capazes de lhe desrespeitar as regras básicas (exatamente as normas penais), forçoso será reconhecer que tais pessoas são anormais, isto é, diferem essencialmente dos demais componentes do grupo social; por serem entre anormais, diferentes, especiais, constituem, em conjunto, uma categoria à parte dos outros cidadãos, cabendo admitir que seu comportamento representa uma aberração (eis o verdadeiro substrato ideológico das expressões ‘desvio’ e ‘desviante’, tão ao gosto da criminologia positivista), a tendência dos representantes do grupo tão específico será a de repetir a prática dos atos aberrantes, ou seja, os criminosos caracterizam-se por reincidir no cometimento de crimes; e, numa ilação final: a entidade ‘criminoso’ só pode praticar crimes (THOMPSON, 2007, p. 67-68).

Retiram-se aqui as utopias ressocializadoras enquanto papel do Estado, estas que poderiam ser endossadas pela ciência do direito, esvaziando-se nesse processo quaisquer ensaios de Bem-Estar Social em nosso país ou observância às categorias legais dos sujeitos. O texto mostra que os esforços de múltiplos setores da sociedade, alguns institucionalizados pelo Estado, estão pautados nessa criminologia positivista. A ciência, a Justiça, as forças policiais, os veículos da mídia corporativa, ambos se encontram, com poucas exceções, irmanados por essa lógica hegemônica.

No que tange ao uso da força, o autor nos adverte:

A polícia representa a ponta envenenada do chuçó da dominação. Como arma, que é, deve ser manipulada. Permitir que ganhasse consciência, auto-respeito, compostura, daria lugar ao risco de passar a atuar como organismo capaz de autodireção e, nesse caso, geraria o enorme perigo de poder vir a ferir a quem a criou e a usa. Por isso mesmo, persistimos assistindo a condenação e reprovação – verbal – dos abusos e podridão da polícia, no mesmo passo em que se adotam – concretamente – as medidas necessárias no sentido perseverar naqueles predicados (THOMPSON, 2007, p. 87).

Por fim, para a análise aqui proposta, considero importante recuperar suas observações sobre as territorialidades e a visibilidade dos crimes. É atordoante perceber as relações que se podem estabelecer entre esses apontamentos e os casos narrados no primeiro capítulo. Vejamos:

O crime será mais visível na medida em que ocorra num lugar com respeito ao qual a polícia dispõe de maior facilidade de acesso, tanto em termos de espaço quanto de tempo. Especialmente vulneráveis à fiscalização do órgão de segurança mostram-se os logradouros, tais como as ruas, praças, parques, praias, etc. das cidades. Neles estão postados os guardas fardados. Por eles transitam às viaturas de policiamento – radiopatrulhas, camburões, carros de ronda. Quanto a eles inexistem obstáculos impeditivos de circulação ampla e desenvolta por parte dos investigadores, detetives e demais funcionários encarregados de cobrar a prática de atos ilícitos. A eclosão de um delito nos lugares em causa gera grande probabilidade de ser percebida pela polícia, já porque possivelmente estava presente ou muito próxima do local, já porque, caso isso não aconteça, haverá, em geral, um grupo numeroso de pessoas em condições de lhe solicitar a interveniência, já porque desencontram os agentes da lei maiores óbices de se deslocar e comparecer com rapidez ao sítio onde ocorreu o episódio (THOMPSON, 2007, p. 61).

Com essa reflexão terminada, proponho que visite meu terceiro capítulo, no qual buscarei encerrar alguns entendimentos materializados em minha pesquisa.

3 O RIO DE JANEIRO DO ESPERANÇAR DOS HOMENS LENTOS

O nome de Brizola ainda hoje é fruto de muitas disputas. Seu falecimento, em 2004, deixou um espaço na política brasileira ainda não preenchido, em especial, se pensarmos na tradição trabalhista. Detratores e herdeiros de seu legado político confrontam-se corriqueiramente uns contra os outros e mesmo entre si, quase sempre em busca de uma definição mais precisa acerca do que tenha sido a história deste homem e na imaginação de seus passos hoje.

Existem as narrativas estigmatizantes, que geralmente apelam ao terror e ao debate da segurança pública em sua forma mais empobrecida, e as que levam em consideração apenas os grandes feitos dos períodos, visto que, em um país onde o Estado de Bem-Estar social inexistiu, as medidas mais voltadas ao atendimento de demandas básicas da população possam ser louvadas. A herança trabalhista continua sendo disputada em nosso país e a eleição presidencial deste ano esteve repleta de discursos que nos deixaram pistas nesse sentido.

De maneira semelhante, percebemos que o funk está permeado de narrativas a respeito de seu significado. Há disputas relacionadas a sua gênese, mitos de origem, pioneirismos, entre outros. Desde a origem rítmica até o direito de produzir trabalhos que versem sobre as realizações do funk, tudo está em questão. Não foram poucos, como vimos, os movimentos de ameaça e coerção, tal como existiram inúmeros passos em direção à consensos e incorporações.

Repressão, negociação, enfrentamento e adaptação são facetas integrantes da vida da juventude pobre, negra e moradora de favela no Rio de Janeiro. O surgimento da manifestação artística analisada apenas fez ecoar esse modo de ser e sobreviver nesta metrópole como vimos a partir do recorte temporal escolhido, marcado pelos processos históricos da transição democrática e do neoliberalismo.

Tendo este cenário, o capítulo a seguir apresentará algumas reflexões que maturei no decorrer da pesquisa. Quando das minhas leituras e buscas de caminhos interpretativos para a construção dos capítulos anteriores cheguei a duas conclusões: o Rio de Janeiro do período estudado viveu um “*esperançar brizolista*” em suas décadas de 1980 e 1990 e os homens e mulheres das suas áreas favelizadas fizeram surgir, a partir das suas vivências na cidade, o movimento funk, a partir do protagonismo da figura que tenho chamado de “*homem lento funkeiro*”.

Estas concepções são fruto das leituras de Paulo Freire e Milton Santos, respectivamente, e se retroalimentam na dinâmica social na qual estive debruçada. “Esperançar brizolista” e “homem lento funkeiro” são noções por mim criadas e as considero intercambiáveis. As margens dos movimentos compreendidos nesses fenômenos estão borradas e é possível também pensar no conceito de “homem lento” ao pensar no eleitorado de Leonel Brizola nesses pleitos, tal como se pode depreender que existiram movimentos de “esperançar” no empreendimento do funk carioca enquanto movimento social.

No dia de minha entrevista com MC Galo da Rocinha, um dos primeiros artistas do funk, o encontrei junto a um jovem grupo de funkeiros, como relatei. Gostaria de trazer um registro fotográfico desse momento porque acredito que ele fale um pouco desses movimentos de esperança, que até hoje são presentes e marcam o movimento funk. Coincidentemente, a parede atrás dos artistas traz a seguinte inscrição: “Ainda não chegamos lá, mas fico feliz de estarmos caminhando”, mensagem que coaduna com a reflexão aqui presente. Segue a imagem:



Figura 24 – Registro fotográfico da gravação de um vídeo clipe
Fonte: Acervo pessoal.

Como recorda o pesquisador Dennis Novaes, ao apresentar trecho da entrevista que realizou com Cidinho, artista do movimento funk que foi apresentado na seção 2.3 desse trabalho:

[...] Em nossa entrevista, Cidinho me descreveu sua relação com o funk naquele momento nos seguintes termos: “para mim não foi um sonho realizado. Eu passei a saber o que era sonhar depois que eu virei cantor, entendeu? Porque antes meu sonho era acordar vivo, porque ser morador da Cidade de Deus dos meus 14 pra cima o bagulho já era doido (NOVAES, 2020, p. 124).

O outro ponto de discussão desse capítulo é a complexificação do conceito de Estado, dada a centralidade que o tema tomou em meu trabalho. O olhar para este ponto qualificou positivamente minhas leituras a respeito do funk e, de forma geral, a discussão desse tema nos marcos da modernidade capitalista brasileira, pode colaborar na compreensão de uma gama de processos, como: os usos da violência, a produção de modos de vida, os processos de alienação e a eliminação do tempo de sonhar.

3.1 O ESPERANÇAR BRIZOLISTA

A eleição de 1982 marca, conforme vimos no primeiro capítulo, o começo do fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Falar desse momento, também conforme apontado por nossas fontes, não equivale a falar em um arrefecimento no uso das forças políticas de repressão no trato para com as populações mais pobres da cidade. Mas convida-nos a pensar que espaços de discussão estavam sendo criados e como o eleitorado carioca se convence em torno do consenso que elege Leonel Brizola.

O caminho da pesquisa, em busca do entendimento do movimento acima narrado, levou-me a lançar mão do conceito Esperança, com o aporte teórico de Paulo Freire (1992), para ler o movimento do eleitorado carioca na escolha de Leonel Brizola enquanto governador do estado do Rio de Janeiro em dois mandatos separados por um hiato de quatro anos.

Esta opção teórica esteve alimentada pelas reflexões construídas na disciplina “Sobrevivência e Esperança”, ministrada entre novembro de 2020 e março de 2021, pela professora Adriana Facina, no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/ Museu Nacional – UFRJ). Além desta, estabeleci conexões de pensamento importantes na disciplina “Paulo Freire Cientista Social”,

que ministrei em conjunto com a professora já citada ao realizar meu estágio docência, entre março e junho de 2021. Estes espaços me proporcionaram novas leituras e indubitavelmente contribuíram para a existência das ideias a seguir apresentadas.

A leitura do capítulo *Cultura em tempo de perigo*, da autoria de Adriana Facina, Adriana Lopes e Daniel Silva (2009) traz a seguinte reflexão acerca da esperança e da sobrevivência nos fazeres culturais:

[...] Ter de recomeçar do zero, aprender desde cedo a driblar dificuldades quase intransponíveis, ser sagaz para jogar no campo do inimigo, como diria Michel de Certeau (1990), fazer planos em contexto de incertezas, sonhar grande de barriga vazia. Quantos saberes nascem dessa experiência de não ter garantia de vida? Flores que irrompem o asfalto, gente que ensina a dar nó em pingo d'água. Carolina Maria de Jesus a escrever livro, com fome sua e dos seus filhos, em papéis encontrados no lixo onde também se buscava comida.

Esses saberes, antigos, imemoriais, estão sendo exercidos na produção cultural que emerge dos territórios em que o baixo IDH convive com intensa criatividade. Não se trata de romantizar o precário. O foco é reconhecer artes de fazer que podem inspirar e alimentar esperanças em momentos de perigo. Astúcia que se aprende com quem sabe que para lutar é preciso estar vivo (FACINA; LOPES; SILVA, 2009, p. 106-107).

Creio que essa mirada nos ajuda a pensar o eleitorado brizolista no Rio de Janeiro e pode nos encaminhar a pensar o conceito de Esperança. Conforme a tradição freireana, não há o entendimento de Esperança como algo que apassiva os sujeitos na espera. Paulo Freire defendia a Esperança em sua dimensão racional de maquinação de mundos. Esta concepção visava fugir dos comodismos fatalistas, que tendem a dizer que não há solução para os problemas do mundo (STRECK et al., 2019, p. 49-50). O fatalismo é um saber contemplativo, cego para a imaginação de futuros. Ainda que a História tenha suas determinações, é preciso enxergar nela suas possibilidades de tensionamentos e esse é o convite que Freire nos faz.

Pensa-se, dessa maneira, a Esperança como a fé no trabalho humano que cria mundos. Extrapolo aqui e penso a esperança do eleitorado como trabalho humano que criou um outro Rio de Janeiro. Não uma cidade perfeita, conforme percebemos através de nossas fontes, mas um espaço onde as decisões puderam ser minimamente consensuadas e houve a observância de alguns valores e princípios que puderam representar ao povo trabalhador vida mais digna.

A compreensão freireana de Esperança está muito atrelada à concepção de Esperança desenvolvida por Ernst Bloch, autor que ocupou lugar curioso no

marxismo, trazendo algumas ideias do campo da psicologia e da teologia para alimentar sua contribuição acerca do conceito de Esperança¹⁸⁸. Segundo ele, o homem e o mundo pertencem ao “ainda-não”, são inacabados, estão em constante fazimento, sendo a Esperança o fio que tece essa trama de acontecimentos.

Desta forma, consigo formular a noção de Esperançar brizolista na medida em que entendo o fenômeno político do brizolismo como algo que transcendeu decisões eleitorais e fez com que o povo se visse um pouco mais participante da política, em seu sentido maior, negando, portanto, a “acomodação pragmática à realidade” e a “fuga para idealismos incapazes de interferir na história” (STRECK et al., 2019). Em minha leitura, a “esperança equilibrista”¹⁸⁹ foi no Rio brizolista.

A Esperança, “necessidade ontológica”, segundo Freire (1992, p. 15), acontece a partir de sujeitos coletivos. Portanto, o livro *Pedagogia da Esperança: um retorno à pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1992) traz uma crítica a grupos políticos que assumem posturas calcadas apenas na denúncia, recusando-se a ações de anúncio, a proposição de “inéditos viáveis” (STRECK et al., 2019, p. 263). Creio ser possível perceber que trajetória política de Leonel Brizola, e, especialmente, em sua relação com o eleitorado do Rio de Janeiro, uma série de brechas onde houve o estímulo aos tais “sonhos possíveis” (STRECK et al., 2019, p. 438), as conjecturas sobre o amanhã.

Considero ainda que seja importante trazer alguns apontamentos. Lidar com o afeto da Esperança não tem qualquer ligação com uma romantização da precariedade ou com uma positividade tóxica. A noção aqui presente dialoga com o questionamento: a partir da realidade que tenho – “situação-limite” (STRECK et al., 2019, p. 432) – o que posso fazer para modificá-la? Ou: devo modificar tal situação? Tenho forças nessa correlação para fazê-lo? Neste sentido, espero ter evidenciado que o ambiente democrático proposto pelos governos Leonel Brizola, em especial, no trato com setores urbanos vulnerabilizados, criou espaços onde os questionamentos e a Esperança floresceram.

A busca por perceber os diálogos existentes entre o movimento funk e o arranjo político brizolista no Rio de Janeiro, levou-me a observação da transição

¹⁸⁸ A principal obra desse autor é o livro *Princípio Esperança*, publicado em três volumes, entre 1954 e 1959.

¹⁸⁹ Expressão consagrada na canção *O bêbado e a Equilibrista*, composta por João Bosco e Aldir Blanc em 1979, marca a luta pela Anistia no Brasil e traz a metáfora da esperança que existe mesmo em contextos pouco favoráveis.

democrática nos subúrbios e favelas do Rio de Janeiro, com foco na experiência da fruição artística negra denominada funk. Uma das chaves de leitura para compreender o período esteve na atenção ao estabelecimento de políticas de cidadania para juventude, implementadas nos governos Leonel Brizola. Outra destas ferramentas utilizadas esteve na observação do diálogo dessa gestão política com os debates candentes realizados pela intelectualidade negra do período.

Esses dois itinerários da pesquisa me ajudaram a chegar no entendimento de que a tradição trabalhista/brizolista no Rio de Janeiro criou uma série de contra narrativas que inspiraram uma imaginação política renovada, dona de projetos ambiciosos – como a construção de escolas e a observância do respeito ao lar enquanto asilo inviolável nas favelas – e mais atentos para com os cariocas ocupantes de todos os *status* sociais.

O segundo mandato é tomado por uma série de turbulências programadas, que, além de atingir o grupo central que ocupava o governo, atinge os funkeiros. A gestão da potência juvenil funkeira entre 1982-1986 e 1991-1994, por parte do grupo político observado, encontrou algumas limitações no estabelecimento de uma conduta de cuidado com a observação dos direitos humanos. Ainda que esses valores fossem preconizados em ideias e práticas, embates internos e externos estavam sendo travados. Vivemos uma disputa de projetos de cidade onde a segurança pública tornou-se a grande arena de embates. Conforme nos lembra Vera Malaguti Batista:

O Rio de Janeiro tem sido uma espécie de laboratório de políticas de segurança pública. Ao analisarmos o medo como condutor histórico de políticas de exportação e segregação, pudemos observar como uma cidade fundada sob a aniquilação dos povos originários e centro do regime escravocrata produz fantasmas que assombram e questionam as políticas de ordem urbana. A cidade aparece como *monumentum*, registro da memória, de lutas entre a cidade-esconderijo e a cidade-armadilha. [...] A letalidade policial é a maior expressão disso quando constatamos que o perfil de seus mortos é sempre o mesmo: jovens negros e pobres. [...] A constituição do sujeito matável é então produto de uma cultura de longa duração, quebrada apenas em alguns breves períodos em que governos populares tentaram **lidar com os medos de outra forma**. Essas forças políticas acabaram sendo demonizadas junto com suas bases e o campo conservador e a grande mídia corporativa produziram uma espécie de macabro consenso em que políticas de direitos humanos eram (e são!) lidos como leniência e incentivo ao crime... é sempre fundamental que as forças policiais difundam terror! (BATISTA, 2016, p. 8-9).

É preciso pensar na atualização dos autoritarismos, via discursos policialescos, na democracia. Lendo o relato do coronel Ubiratan Ângelo, sobre o período em que

atuou sob o comando do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, podemos captar algo importante: é verificável a tentativa de mudança de paradigma dentro das forças policiais no Rio de Janeiro. O quão se efetivaram tais anseios não consigo dimensionar nessa pesquisa, mas, há sinais de práticas e teorias remodeladas sendo desenvolvidas, conforme demonstram os trechos destacados:

Aprofundi na questão da polícia comunitária, ou seja, de uma polícia preventiva, sem abrir mão do aspecto repressivo, que infelizmente é necessário para algumas coisas, mas passei a acreditar na mudança de foco. No momento em que ele falava, colocava-nos para pensar em quem é o cliente da polícia, quem é o seu foco. Porque não há firma ou empresa pública ou privada, não há serviço que você possa prestar se você focar no seu cliente. O grande problema que sempre existiu na polícia e muitas vezes se encontra no policial é não saber quem é o seu cliente. Quando você olha a estratégia de polícia e de segurança pública voltadas para o confronto é porque há um desvio no foco do cliente. Você está colocando foco da polícia, o criminoso. Para a polícia o foco tem de estar necessariamente no cidadão; quando criminoso entra no meio, é porque ele interfere no foco. Nessa trajetória, introduzi-me nas articulações comunitárias, nos movimentos sociais, no Movimento Negro, no funk, nas questões homofóbicas, nas questões de gênero [...] (ANGELO, 2010, p. 105-106).

E o relato prossegue:

Em 1993 ou 1994, nós fizemos um estágio com jovens da academia da Polícia Militar sobre o funk. Eu convidei o Rômulo Costa para falar sobre esse tema. E também falamos sobre o Movimento Negro... Orientamos os policiais para fazer pesquisa de campo no baile funk, no Maracanã, nos jogos do Flamengo... e eles produziram conhecimento, mesmo que sem um valor científico, devido à precariedade de uma metodologia adequada. Mas tinha um valor muito grande, e isso só foi possível porque era o comando do Coronel Cerqueira. Naquela época se pensava nisso... Quando que estava levando o Rômulo Costa, vários policiais reclamaram: “*Você vai levar esse cara para falar para os cadetes?*” E eu tinha que explicar qual era a minha proposta (ANGELO, 2010, p. 111).

Essas memórias podem ser vistas como um índice da profundidade das transformações propostas em curso no período analisado. O espaço de tempo das gestões de governo talvez seja curto para o refazimento de noções tão profundamente arraigadas, mas servem para abrir novas trilhas de pensamento, como o ocorrido com o coronel em questão. Não tenho dúvidas de que a esperança permeou todos esses movimentos em alguma instância.

3.2 O HOMEM LENTO FUNKEIRO

O medo no Rio de Janeiro envolve as espacialidades e os funkeiros, como vimos, em seu modo de fazer a festa e reivindicar o direito à livre circulação pelo

território urbano. Visitar bailes em outras favelas e receber o público de outros territórios em sua localidade eram práticas bastante corriqueiras. E, justamente esse deslocamento pode ser visto como um ponto nodal da nossa análise, é nele que as principais denúncias por parte da classe média surgem, sob a acusação de perturbação da ordem, vandalismos e episódios de furtos ou “arrastões”. Por sua vez, os funkeiros sinalizam também o deslocamento como momento problemático, dada a deficitária cobertura de transportes, a recusa em deixá-los embarcar nos carros ou mesmo a ausência de um mínimo esquema de segurança que agisse na hora do fluxo de saída dos bailes.

O medo acima narrado, no entanto, é muito anterior a nossa contemporaneidade, como busquei apontar. Vale lembrar da fala de Vera Malaguti Batista (2003a) em *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*, quando a autora, ao falar da produção do terror como disciplinamento das classes subalternas na ocupação dos espaços públicos, nos diz que:

Às imagens de morte e de terror vieram com a bagagem da inquisição ibérica trabalhando um conjunto de alegorias do poder que vincaram o processo de ideologização e garantiram uma organização social rígida e hierarquizada; nesta organização, as classes subalternas mais que compreender, a nível da razão, foram (e seguem sendo) levadas a ver e a sentir seu lugar na estrutura social. A produção imagética do terror cumpre então um papel disciplinador emergencial. A ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas produz fantasias de pânico do “caos social”, que se ancoram nas matrizes constitutivas da nossa formação ideológica (BATISTA, 2003a, p. 34).

Não foram poucas, e não o são até hoje, as estratégias dos funkeiros para manter-se nos canais midiáticos e salvaguardar seu então recém-criado formato de festa, o baile funk. Ser um movimento cultural que partilha da coetaneidade dos momentos históricos da redemocratização e do neoliberalismo, colocou-o diante do desafio, entre outras coisas, de ser instrumento de comunicação nesse momento, onde as conquistas sociais entremeavam-se com o recrudescimento dos processos de violência.

Sobre o período, novamente trago a contribuição de Vera Malaguti Batista (2003b), desta vez retirada do livro *Díficeis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*, obra em que a autora centra o foco no candente debate da questão das drogas. Segundo ela:

Na transição da ditadura para a “democracia” (1978-1988), com o deslocamento do inimigo interno para o criminoso comum e com o auxílio

luxuoso da mídia, permitiu-se que se mantivesse intacta a estrutura do controle social, com mais e mais investimentos na “luta contra o crime”. E, o que é pior, com as campanhas maciças de pânico social, permitiu-se um avanço sem precedentes na internalização do autoritarismo. Podemos afirmar sem medo de errar que a ideologia do extermínio é hoje muito mais massiva e introjetada do que nos anos imediatamente posteriores ao fim da ditadura.

O “mito da droga” se estabelece nesse período de transição da ditadura, a partir dos anos setenta. Há uma determinação estrutural regulada por leis de oferta e de demanda concomitante a uma carga ideológica e emocional disseminada pela mídia e acolhida pelo imaginário social a partir de uma estratégia dos países capitalistas centrais.

A disseminação do uso de cocaína trouxe como contrapartida o recrutamento da mão-de-obra jovem para a sua venda ilegal e constituiu núcleos de força nas favelas e bairros pobres do Rio de Janeiro. Aos jovens de classe média que consumiam aplicou-se sempre o estereótipo médico, e aos jovens pobres que a comercializavam, o estereótipo criminal. Este quadro propiciou um colossal processo de criminalização de jovens pobres que hoje superlotam os sistemas de atendimento aos adolescentes infratores (BATISTA, 2003b, p. 134).

Quaisquer ensaios de aceno positivo para esses jovens pobres criminalizados, como vimos, igualmente foram alvo dessas “campanhas maciças de pânico social”. Tais campanhas encontram dois objetivos, em minha análise: reforçar esse perfil do criminoso, negando-lhe direitos, e a manutenção de uma economia do poder que pretende esvaziar propostas de governo democráticas e cientes da necessidade do respeito aos direitos humanos.

Uma das marcas fundantes do movimento funk é a disputa pelo direito aos espaços de enunciação. Como vimos, havia a urgência de se cantar em português e, mesmo antes dessa forma de expressão, outras se deram, inclusive com o, incompreendido por muitos, uso ritual da violência. O mérito das lutas populares pela cultura, pelo direito de dizer-se e falar do seu território à cidade, não pode ser retirado desses sujeitos. O funkeiro só reivindica tal direito porque verdadeiramente é um cidadão que tem muito saber acerca do seu lugar. Por isso, na mesma toada em que fui levada a pensar em um “esperançar brizolista”, encontro-me aqui inclinada a pensar no conceito de Milton Santos de “homem lento”. Proponho a extrapolação deste, criando o que penso ser a figura do “homem lento funkeiro”. Mas vamos inicialmente ao entendimento da proposta de Milton Santos.

Ao falar da vida urbana, o autor nos convida a pensar na influência do território em suas racionalidades. Ele apresenta-nos essa vida urbana como “uma permanente corrida atrás dos horários”, onde somos movidos “como se fôssemos máquinas”. Porém, mesmo em meio a essa “racionalidade instrumental”, Milton Santos afirma que “as consequências da globalização impõem práticas

arbitrariamente ritmadas” e que essas estão pautadas também na dimensão territorial (SANTOS, 2006, p. 122).

Ao refletir sobre a categoria de lugar, somos convidados a pensar os seus tempos, quando ele nos lembra que:

[...] os dados propriamente locais não são dissolvidos. A materialidade das coisas e a objetividade da sociedade (a corporeidade dos homens) permitem, metaforicamente, dizer que, em cada lugar o chamado tempo do mundo convive com outros tempos, desejando dissolvê-los. Isso, porém, apenas é possível parcialmente. A materialidade herdada reage às ações novas.

Assim desvalorizada, a materialidade não plenamente conforme à modernidade atual pode ser objeto de (nova) utilização por capitais e pessoas ‘desvalorizados’, que encaminham suas ordens ‘desvalorizadas’, suas ações ‘desvalorizadas’, a essas parcelas ‘desvalorizadas’ do espaço, onde se realizam formas conseqüentes de vida, onde o cálculo é desnecessário e a emoção é possível, formas de vida territorializadas, inseridas em conjuntos mais amplos, sejam eles locais (a integração das metrópoles), próximas (áreas complementares) ou distante (regiões e lugares da divisão longínqua do trabalho). A adaptação a modernidade não se submete a leis absolutas.

Nessas condições, é a velha materialidade que dissolve o novo tempo e são os tempos do lugar que dissolvem o tempo do mundo (SANTOS, 2006, p. 150).

No trecho destacado, temos a oposição entre os tempos do lugar e o tempo do mundo. Essa arena é o espaço onde Milton Santos identifica as “formas de vida territorializadas”, pista importante no meu caminho de pensar o funk na cidade do Rio de Janeiro. O menor pragmatismo e a maior espontaneidade que se exerce nesses lugares é a fonte do “exercício de criatividade” (SANTOS, 2006, p. 152) ao qual os funkeiros são convocados em seu modo de construir formas de festejar, por exemplo.

Ao trazer o tema da força do lugar e os aspectos da verticalidade e da horizontalidade, o autor nos leva a pensar sobre o embate entre as relações informacionais e comunicacionais. Destacarei a seguir o trecho onde essa questão aparece elucidada:

Nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino da necessidade enquanto as relações comunicacionais podem apontar para o reino da liberdade. A tendência atual é a que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes modernas se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, suscetível de criar normas locais, normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais (SANTOS, 2006, p. 174).

Já trouxe essa questão, mas não custa reforçar, o funk é um dos mais potentes meios de comunicação existentes no período histórico observado, permanecendo dotado dessa característica até hoje. Alimentada pela fala de Milton Santos, ousou perceber o funk como essa relação comunicacional que aponta para o reino da liberdade. Projetar anseios juvenis, prospectar futuros e narrar sonhos possíveis situados na figura dos sujeitos pobres, trabalhadores, negros, moradores de favela, tudo isso o funk fez e faz a partir dessa horizontalidade.

Para que não se incorra em uma interpretação confusa do que seja essa horizontalidade, trago também as palavras do autor:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2006, p. 193).

É importante, de acordo com o excerto, compreender esses espaços das horizontalidades em sua complexidade. É lugar de “finalidade imposta” e, ao mesmo tempo, de “contrafinalidades”; é “cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista”; é “cegueira”, “descoberta”, “complacência” e “revolta”. Penso que, as culturas populares urbanas, enquanto parte desse contexto maior, tendem a herdar esse caráter multifacetado. E como foi apresentado, o movimento funk está em toda essa descrição.

Qual não foi minha surpresa, enquanto pesquisadora ainda pouco apropriada da obra de Milton Santos, em perceber que ele abordou diretamente essa construção de “contraracionalidades” e “contrafinalidades”, associando-as ao debate da cultura nas cidades. Em 1996, o autor dava-nos importante contribuição por meio do trecho a seguir reproduzido:

[...] em nossos dias a cultura popular deixa de estar cantonada numa geografia restritiva e encontra um palco multitudinário, graças às grandes arenas, como os enormes estádios e as vastas casas de espetáculo e de diversão e graças aos efeitos ubiqüitários trazidos por uma aparelhagem eletrônica multiplicadora. Sob certos aspectos, a cultura popular assume uma revanche sobre a cultura de massas, constitucionalmente destinada a sufocá-la. Cria-se uma cultura popular de massas, alimentada com a crítica espontânea de um cotidiano repetitivo e, também não raro, com a pregação de mudanças, mesmo que esse discurso não venha com uma proposta sistematizada. (SANTOS, 2006, p. 217)

É muito sofisticado o pensamento que reconhece nos discursos de uma “cultura popular” regida por “uma aparelhagem tectrônica” o poder de pregar mudanças, ainda que esses fazeres não estivessem moldados em um tipo específico de fazer tais movimentos. Após essa apresentação de repertório, entrei na centralidade do meu argumento: o conceito de Homem lento.

Sobre o tema, Milton Santos nos diz:

Durante séculos, acreditávamos que os homens mais velozes detinham a inteligência do Mundo. A literatura que glorifica a potência incluiu a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a “sua” civilização para o resto do mundo. Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade elogiada por Virilio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrinhá-la — acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações.

É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro.

[...] Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos.

Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer — carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência de consumo político, carência de participação e cidadania (SANTOS, 2006, p. 220-221).

Esse foi o conceito, dentre os que me foram apresentados no decorrer das aulas do mestrado, que mais me trouxe inquietação. Nas primeiras aulas e leituras, não conseguia compreendê-lo. Nas minhas vivências, enquanto jovem moradora de favela, causava-me estranheza falar em lentidão. Tudo o que eu via era tão rápido, moderno, tecnológico. Imagine você a dificuldade que tive inicialmente em pensar meus interlocutores de pesquisa — os funkeiros, cujos quais considero vanguardistas nos usos da tecnologia — dentro dessa reflexão. Mas essa inquietação me fez buscar mais leituras, entrevistas e o questionamento de professores em aula. Essa foi a maneira pela qual percebi a lentidão ao meu redor e a entendi para além de um uso adjetivo pejorativo.

O convite de Milton Santos para pensarmos as soluções criadas diante da conflituosidade urbana por parte dos sujeitos movidos pela força da necessidade nunca mais deixou de ser chave de leitura do funk para mim. Hoje, parece-me evidente a necessidade de nos atermos ao uso diverso dos territórios pelos homens pobres das cidades, tendência que se manifesta na criação do modo de fazer festa elaborado pelos funkeiros.

A historicização que um povo dá a um espaço geográfico cria o território usado. Este, na fragmentação da cidade contemporânea, é para os trabalhadores do território abrigo, distintamente do que apregoa a ideologia da produtividade, da velocidade. Dividem-se os homens nesse território de acordo com suas capacidades de reação aos riscos presentes nas cidades, os homens menos despossuídos, nesse sentido, fortalecem-se pela força da sobrevivência.

O signifiante sobrevivência tem sido utilizado por alguns estudiosos como uma das maneiras de compreender o funk carioca. Ao perceber as formas de resistência desenvolvidas nas favelas cariocas às opressões cotidianas por meio de tecituras culturais, fazeres festivos, tecnologias sociais historicamente partilhadas e repertórios adaptativos, é possível estabelecer o funk como cultura de sobrevivência. Nas palavras da professora Adriana Facina (2014):

[...] a cultura envolveria modos de vida permeados de solidariedade e de estratégias para garantir direitos e acessos aos benefícios da modernidade, como luz elétrica, água encanada, internet e TV a cabo. A criação artística não pode ser separada disso, pois ela é gerada pelos mesmos valores e elabora simbolicamente práticas cotidianas do chão dos becos que se tornam matéria-prima da criatividade (FACINA, 2014, p. 3).

A tese de Pablo Laignier (2013) corrobora esse aspecto ao afirmar que:

Se o funk parece simples em sua forma, a maneira como esta música periférica foi tomando e ocupando espaços para além das favelas, principalmente nos últimos anos, tem muito a ver com estratégias racionais elaboradas por seus produtores, compositores e intérpretes. O funk, como movimento que engloba um gênero específico de música e determinados eventos (bailes) ligados a este gênero, foi extremamente perspicaz em sobreviver e desenvolver-se como gênero musical, como elemento cultural e como 'mercado' próprio com grande grau de independência com relação à grande mídia e às grandes gravadoras devido a estas estratégias de sobrevivência e de adaptação. O funk é camaleônico e democrático, plural e muito mais inteligente do que os setores médios pensam a seu respeito. Trata-se de uma inteligência popular, não culta ou erudita de um modo geral, nem tampouco arrogante (LAIGNIER, 2013, p. 229).

Portanto, as territorialidades vivenciadas nas favelas, prenes de experiências da classe trabalhadora em seu modo de existir na cidade, são bases

fundantes do funk e permitem-me vê-lo enquanto cultura de sobrevivência e criação dos homens lentos. Tais homens, ao criarem um movimento cultural para si, criaram-se enquanto funkeiros e comunicaram à cidade novas formas de habitá-la. Na descoberta das fabulações, os homens lentos funkeiros veem há décadas elaborando modos de escapar do “totalitarismo da racionalidade moderna”, que é fundada na perversa ordem do capitalismo. A fixidez de seus olhares para o futuro provocou a sociedade carioca a repensar-se em suas estruturas governamentais, inclusive. A lentidão do funkeiro desembaça qualquer possível cegueira que ele pudesse vir a ter, conferindo-lhe o importante papel de comunicador de sensibilidades até então não visitadas e de criador de novas cartografias do espaço urbano.

3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E POTÊNCIA JUVENIL FUNKEIRA

Na trajetória que nos trouxe até aqui, aponte o movimento funk e os governos Brizola como vanguardas culturais e políticas que exerceram forte influência no Rio de Janeiro ao refrear impulsos violentos que impediam que os sujeitos criassem mundos e prospectassem futuro. Ao mesmo tempo, evidenciei a agência dos sujeitos funkeiros nas conquistas de espaços de enunciação e em processos de negociação. Dedicarei uma seção dessa pesquisa para complexificar a noção de Estado, pois acredito que esse seja um passo importante para compreender a relação Funk-Estado.

Em nosso contexto de análise, pensar o Estado foi perpassar pela ditadura civil-militar e pela transição democrática, compreendendo a intensificada incidência do neoliberalismo no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, como parte desse processo. As raízes históricas da nossa formação enquanto nação fizeram e fazem do Fascismo um recurso muito disponível em nossa sociedade. O Rio de Janeiro que assiste o nascimento do movimento funk é o espaço onde a influência neoliberal trabalhava na alimentação da pena como solução única e centralidade do papel do Estado, tal etapa do capitalismo opera na conformação dos sujeitos no nível da moralidade e do comportamento, atuando como produtora e gestora de sofrimento psicopolítico.

Este cenário político apresentava ao carioca a desconstrução da identidade coletiva do trabalhador por meio de categorias como flexibilização e liberdade

profissional, ao mesmo tempo que trabalhava na denegação da classe e da ideologia. O trato moralizante neoliberal, associado aos autoritarismos da formação brasileira, exerceu com força a manutenção do ideário das classes perigosas, escalando até chegar na imagem do indivíduo perigoso/sedicioso, que como vimos, encontra rebatimento na figura dos funkeiros. Este movimento, como vimos, unifica e atinge os dois polos de minha pesquisa: as organizações culturais populares e a gestão de poder democrática/progressista. O alvo era a criminalização da pobreza, conforme vimos no capítulo 1, e as formas atingi-lo se deram por meio da criminalização do funk e do processo político e midiático de associação do brizolismo ao caos no Rio de Janeiro.

Que os ecos coloniais, como a herança da escravidão, e capitalistas, como a herança ditatorial, condicionam o tratamento dispensado ao movimento funk parece-me ponto comum nas obras estudadas. Centrei minha análise naquilo que julguei ser o hiato democrático vivido (ou buscado) pelo governo popular das gestões Brizola no Rio de Janeiro. Uma pergunta, porém, tem rondado meus pensamentos e não sei se consegui desenhar para ela uma resposta satisfatória até agora, a saber, a pergunta é: Qual(is) postura(s) o Estado pode ter diante de uma manifestação cultural popular? As pesquisas que abordaram a relação com o funk e as falas dos meus entrevistados indicaram-me alguns caminhos. Para alguns, se poderia ter feito mais, para outros, fez-se o possível.

Em entrevista, Nilo Batista, um dos agentes da gestão de Estado estudada, afirmou-me:

O Brizola foi a ponta mais à esquerda do trabalhismo. [...] quando Brizola governou o Rio, ele governou com essa perspectiva e essa perspectiva atingia também as manifestações culturais populares. O funk era detestado pela burguesia e também pela pequena burguesia, que morava muito perto do tamborzão, mas nós, digamos, vimos que aquilo era uma manifestação, enfim, era uma poesia popular. [...] **não é uma função do Estado conduzir a manifestação, ele pode ajudar, não atrapalhar.** Foi o que nós tentamos fazer, permitir que crescesse segurando os impulsos castradores que vinham da direita. Foi o que fizemos. [...] Enquanto a gente estava no governo a ideia era deixar aquela arte popular, aqueles poetas populares, deixar aquele gênero novo acontecer, não deixar ele ser reprimido, como a história da promotora que dizia: “Não, mas eles brigam” e eu dizia: “Deu uma briga no Country Club, a senhora vai fechar? Deu no late, a senhora vai fechar?” Bom, depois do governo Brizola eles criminalizaram. (Entrevistado Nilo, 2022, grifo nosso)

Quando o momento da indagação com relação ao Estado foi direcionada à Verônica Costa, à época jovem liderança à frente do movimento funk, recebi uma

resposta que dialoga em alguns pontos com a anterior, mas que começa com uma leitura bastante diferente do que foi o trato dispensado pelo Estado ao movimento funk. Me disse a entrevistada:

Sinceramente, eu acho que **era só repressão**. Não tinha um acolhimento, eu não vi isso em nenhum momento. A gente pegou o final do governo Nilo Batista, que era **uma pessoa que nos ouvia**. Eu cheguei uma vez no gabinete dele, imagina, uma funkeira bem humilde, bem simples, e eu lembro que eu consegui falar com o governador. Imagina uma líder da juventude conseguir falar com o governador, era impossível. Era impossível falar com qualquer autoridade, **eles não queriam nos ouvir**, eles queriam parar os bailes, eles queriam silenciar a juventude (Entrevistada Verônica, 2022, grifos nossos).

O contexto em que se deu essa última entrevista, de restrição de tempo para sua realização, não permitiu que eu me aprofundasse nessa pergunta e perguntasse quem eram o “eles” mencionado. O jogo entre “uma pessoa” e “eles”, no entanto, pode indicar-nos as muitas disputas nas quais esteve envolvido o segundo governo Brizola, na temporalidade em questão, e as tentativas de abertura de canais de comunicação com agentes do movimento funk.

Sobre esse processo de intervenção do Estado na dinâmica dos movimentos culturais populares, a pesquisadora Juliana Vieira nos diz:

[...] as condições estabelecidas para a liberação dos bailes em setembro de 1992 não foram acompanhadas por nenhuma medida que, da parte do Estado, garantisse aos organizadores dos bailes um mínimo de segurança e estrutura. Mesmo depois de tomar conhecimento dos principais problemas relatados pelos funkeiros (como a falta de transportes públicos e de policiamento na saída dos bailes), o alto comando de segurança definiu que aos órgãos públicos caberia, **apenas, a tarefa de fiscalizar e reprimir, enquanto toda responsabilidade de garantir que os eventos não culminaram em novos casos de violência** ficaria a cargo da Associação das Equipes de Som do Rio de Janeiro (AESOM), que, segundo o documento, teria se proposto a “assumir o auto-controle dos bailes realizados no Grande Rio (VIEIRA, 2020, p. 116-117 grifos nossos).

A autora demonstra compreender que a atuação dos agentes do Estado foi bastante tímida no que diz respeito à salvaguarda da manifestação cultural funkeira em seus momentos de florescimento. Porém, o próprio trecho aponta em sua parte final que houve diálogo e o estabelecimento de um consenso com um grupo organizado de funkeiros.

Penso ser importante ter em mente que, ainda que uma gestão tenha olhares e práticas renovadas, ela vai encontrar limitações de atuação na essência histórica brasileira. Dois governos, ou seja, oito anos, não mudam estruturas históricas

classistas e racistas sofisticadamente construídas. O que não significa que eu me isente de perceber o que poderia ter caminhado melhor e o que, ainda que nesse curto espaço de tempo, produziu transformações radicais nas vidas das pessoas. Deste modo, nesta seção busco indicar esses entendimentos múltiplos, cotejando falas dos meus entrevistados e o referencial teórico a respeito do conceito de Estado.

Novamente com o auxílio de Juliana Vieira, desenho a complexidade do contexto que se apresentou à época:

[...] alguns representantes dos órgãos de segurança pública do estado estiveram dispostos – ao menos no plano discursivo – a estabelecer alguma negociação com os agentes do movimento funk. Em paralelo, uma parcela de funkeiros buscou participar desses espaços, com o intuito de encontrar formas negociadas de realização dos bailes. No entanto, sem a elaboração de uma política mais estruturante para as vidas desses jovens e para o movimento cultural do qual participavam, era pouco provável que tais esforços resultassem no fim da violência associada aos bailes funk, já que nem as autoridades públicas envolvidas na negociação poderiam assegurar que outros agentes do Estado não agiriam arbitrariamente, de forma autônoma, nem os representantes do movimento funk poderiam garantir que os frequentadores dos bailes não adotariam comportamentos disruptivos (VIEIRA, 2020, p. 155).

Estes anos em que tenho me dedicado a entender a manifestação cultural funkeira levaram-me a compreender que ao discutir o funk é preciso que se saiba que o estigma com relação ao funkeiro é instituído por grupos hegemônicos, inclusive os que hegemonicamente ocupam o Estado, como vimos, e que este é local de muitas disputas. Essa compreensão ajuda-nos a sair do maniqueísmo que apresenta o Estado como equivalência de vilania ou como lugar da tutela, da colonização e da docilização. É, portanto, desafiador pensar a formação do Estado-nação em um país como o Brasil, onde esse ente, majoritariamente, fez-se negador de direitos, incluindo o direito à vida.

Outro elemento importante que a pesquisa sobre o funk acima mencionada nos traz são essas disputas internas travadas no período estudado. Conforme se pode verificar, ao abordar a realização do seminário analisado no capítulo anterior, no trecho:

Analisando as falas repercutidas pelo jornal, chama a atenção a divergência entre dois importantes agentes públicos: Nilo Batista e César Pinto. Ambos tinham poder de interferir na dinâmica dos bailes e, além de interpretarem o movimento funk de maneiras distintas, buscaram consolidar políticas públicas que possuíam sentidos opostos. Ainda que, em determinados momentos, Nilo Batista também tenha adotoado uma postura proibicionista,

os encontros com os frequentadores e organizadores de bailes e o próprio Seminário demonstravam uma disposição de alcançar algum nível de consenso social que não era compartilhado pelo Coronel César Pinto. O comandante do 9º BPM adotou, por sua vez, uma conduta que apostava em ações repressiva, além de expressar em seu comentário uma visão muito estigmatizadora a respeito dos jovens periféricos (VIEIRA, 2020, p. 119).

Os governos Brizola estudados estão até hoje estigmatizados por simplificações relacionadas aos debates da segurança pública. Isso se dá por sua coragem de estadista em questionar publicamente alguns elementos da ideia de Segurança Pública em voga, feito realizado de modo bastante intuitivo até, se observarmos. Essa operação se choca com um cenário que se conformou ao fim da ditadura, onde diversos grupos, inclusive os de esquerda, estiveram imbuídos numa coletiva crença de que a judicialização da vida seria garantidora de direitos. O tempo mostrou que tal judicialização alimentou processos de criminalização das camadas populares, justamente, a permanência histórica contra a qual Brizola lutou durante toda sua vida pública.

O percurso de minha pesquisa apresentou-me um estadista que possuía uma visão de que o poder penal, o poder punitivo, precisava que ser contido por outras forças do Estado. É nesse sentido que surgem as políticas voltadas à juventude popular e as redes coletivas de proteção ao homem trabalhador policial. Outro ponto importante da minha pesquisa foi a observação de que o trabalhismo jamais foi tão atento ao debate racial quanto na década de 1980 no Rio de Janeiro, tensionando o reconhecimento da figura do funkeiro enquanto cidadão que desejava gozar de sua garantia de fruição do lazer em seu território, o que muito provavelmente influenciou em uma maneira distinta de se fazer Estado.

Todas essas iniciativas, entretanto, ensejaram contradiscursos internos e externos à gestão, como vimos. Os caminhos que levaram a biografia de Leonel Brizola ao Rio de Janeiro e ao encontro dos temas da Segurança Pública e da fruição do lazer como direito do trabalhador são múltiplos, mas sua abordagem é relevantemente única. Ainda que os canais de diálogo abertos não tenham sido suficientes em garantir um refrear da violência por todas as partes, é interessante para esta pesquisa perceber que houve um novo olhar para uma manifestação cultural fruto da diáspora africana nascida na cidade do Rio de Janeiro, palco este de tantas perseguições históricas aos artistas populares.

A análise do Estado é uma chave de leitura das práticas de poder, visto que o Estado é um significante polissêmico que abriga múltiplas performances em permanente devir. Com relação a esse aspecto, gostaria de destacar a fala de um de meus entrevistados, o Zezinho da FAFE Rio, que tinha a centralidade de sua atuação nas lutas por habitação nas favelas, mas que percebeu sua importância de sua agência também na luta pelo direito à festa. Segue o relato:

[...] E aí chega a hora do funk [...] a gente tava na comunidade do Dendê, o Rômulo Costa e o Joca. E automaticamente nós tivemos outra briga com a polícia, porque não aceitavam as festas com funk. A gente tava lá e ficamos também na defesa do funk, pelo motivo que era a única diversão que a gente tinha dentro da comunidade. Era uma luta nossa, umas músicas nossas, criadas dentro da comunidade. A gente achava que não ia ter muita vida pela frente, a gente achava que o funk não tinha vida, e hoje você vê que o funk todo mundo canta, todo mundo dança, todo mundo brinca. [...] Não foi à toa que saiu: “eu só quero é ser feliz, morar tranquilo na favela onde eu nasci”. Na verdade, é isso mesmo, o morador da comunidade não quer ser esculachado, não quer ser removido, porque ele passa a amar (sic) (Entrevistado Zezinho, 2022).

É muito interessante que o autor consiga traduzir, por meio de uma canção desse período inicial, os anseios coletivos que moviam a juventude trabalhadora no Rio de Janeiro. Além disso, aponta para a incorporação das lutas nas favelas, o que pode denotar um universo compartilhado de percepções acerca dos direitos no contexto observado. Seguindo no objetivo de perseguir esses múltiplos devires que compõe as disputas do significante Estado, trago a fala de Nilo Batista para elucidar as muitas camadas existentes nesses processos de negociação:

Tinha um momento que tinha uma pressão assim que era uma coisa... eu falei: “muito bem, essa pressão não adianta nada. O que nós vamos fazer?” Eu puxo um negócio aqui, um decreto, uma resolução: “Tá proibido o baile funk!” A gente em seguida, e antes de um mês, a gente diz: “Tá liberado o baile funk!”. [...] **Fizemos uma coisa pra inglês ver proibindo.** Tudo combinado. Fizemos o seminário, o seminário começava 5 dias depois, sei lá, da suspensão. Estava tudo montado. E passamos internamente o recado para a Polícia Militar, falei com o Cerqueira, falei com o Covas, falei: “avisa aí que se alguém ousar é porque tá levando grana, tá querendo grana. Avisa aí que nós estamos de olho.” Porque apareceram muitas denúncias de PM tomando grana na coisa do baile. E aí durante alguns meses foi tranquilo. Acabou o governo, eles começaram a criminalizar, pela grana talvez né. A criminalização do funk começa com uma pretensão mal encaminhada (Entrevistado Nilo, 2022 grifos nossos).

E continua em sua elocubração:

A inquisição moderna criminaliza a blasfêmia. Esse é o modelo que eu, que estudo a inquisição moderna, mais transponho pra essa tensão entre a burguesia, que por coincidência também é católica no Rio de Janeiro,

conservadora, e essa irreverência popular. Essa tensão esteve ali e felizmente Brizola esteve no poder e podemos simplesmente impedir a repressão dessa manifestação cultural popular, podemos ajudar que ela não fosse sepultada à fuzil naquela ocasião (Entrevistado Nilo, 2022).

Ancorada na leitura do artigo *2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado?* (SOUZA LIMA; FACINA, 2019), compreendo, em acordo com os autores e após as evidências apresentadas nos capítulos anteriores, que o Estado possui esferas que cotidianamente funcionam como espaços de resistências e tensionamentos. Sobre estes, tem-se que:

Se, por um lado, são universos sociais de exceção onde são produzidos corpos matáveis, por outro, são também locais de reconfiguração. Assim, a relação das ações de governo com certos segmentos sociais, dentre eles as periferias e favelas nas cidades, os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, entre outras “populações tradicionais” no campo, são estratégicas para percebermos o que agora se reconfigura como formas de exercício de poder que têm como alvo setores das classes médias urbanas. (SOUZA LIMA; FACINA, 2019, p. 441)

Os consensos criados por essas camadas das classes médias urbanas mostraram-se presentes em minha análise em alguns momentos, tendo figurado os setores da mídia corporativa como veículo para a comunicação dessas insatisfações, ao mesmo passo em que trabalhava na construção de novos consensos, retroalimentando discursos onde o centro dos problemas estava nas manifestações juvenis e na gestão política. O Estado é uma “maquiaria da unidade” que encontra “bordas de dispersão”. (SOUZA LIMA; FACINA, 2019)

Nesse sentido, situando a análise no contexto de minha pesquisa, é possível afirmar que:

O ponto em torno do qual gira o problema da continuidade da repressão aos jovens pobres no Rio reside, então, na estratégia imutável da defesa material e simbólica da desigualdade por parte dos grupos no poder, que encontram o consenso interessado nas classes médias. Criminalizar os pobres é um instrumento indispensável porque garante materialmente a sua posição subalterna no mercado de trabalho e a sua crescente exclusão, disciplinando-os, pondo-os em guetos e, quando necessário, destruindo-os. É também um instrumento indispensável para encobrir, com a imagem da criminalidade perseguida, isto é, a dos pobres, o grande edifício da ilegalidade e da violência que reúne em nossa sociedade as classes detentoras do poder econômico. Este edifício é tanto maior quanto maior for a desigualdade social (BATISTA, 2003b, p. 31).

Prosseguindo na percepção desses espaços de reconfiguração, assumindo que tais processos não devem nos fazer cegar para as produções assimétricas de poder, os autores nos informam que:

[...] o uso da criatividade dentro da burocracia, os múltiplos processos que fazem Estado no cotidiano são reconfigurados permanentemente nas interações do dia a dia, criando caminhos para uma indispensável garantia de direitos.

Assim, escandir as formas de ação que podem ser subsumidas à ideia de Estado nos demonstra que estas não são inexoráveis, nem inescapáveis, tampouco permanentes e insuperáveis, mesmo quando os horizontes de luta parecem carecer de melhor definição e reinvenção (SOUZA LIMA; FACINA, 2019, p. 464).

O conceito de Estado precisa ser lido dentro da ambiguidade semântica em que está abrigado, podendo ser ao mesmo tempo repressão, violação de direitos, silenciamento de manifestações culturais, fonte de amparo, políticas de incentivo, agências de proteção, locais de reconhecimento, garantidor de recursos etc. Aprendi com essa pesquisa que pensar nosso Outro presente na figura do Estado é também pensar um Nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado nasceu da percepção da existência de uma lacuna nos estudos das ciências sociais, estando ela na investigação do brizolismo em sua associação com movimentos culturais de juventude no Rio de Janeiro, no caso apresentado em específico, do funk. Em tempos de pandemia, fui levada à pesquisa em arquivos políticos, o que se mostrou uma possibilidade de atuação e uma abordagem acadêmica necessária. Considero que essa dissertação cumpriu, na medida do possível, a tarefa compreender a consolidação (florescimento, nacionalização e popularização) do funk por meio da observação dos diálogos com o arranjo político brizolista – em especial, com suas políticas cidadãs – no Rio de Janeiro nos anos 1980 e 1990, desvelando uma nova possibilidade de ocupar essa área de estudo.

A mirada esperançosa dos habitantes das favelas do Rio de Janeiro como prisma para analisar o processo de transição democrática da ditadura vivido no Brasil muitas vezes mesclou-se com a experiência histórica por mim vivida enquanto pesquisadora no Brasil, que viveu quatro anos do governo Jair Bolsonaro, e no Rio de Janeiro, que esteve sob a gestão dos governadores Wilson Witzel (Partido Social Cristão – PSC) e Claudio Castro (Partido Liberal – PL), além do prefeito Marcelo Crivella (Republicanos). Projetar futuro era tudo o que nos restava nessa conjuntura política, historicamente esse foi o exercício que os agentes apresentados nas páginas anteriores fizeram, com eles reforcei esse aprendizado.

A essa conjuntura política mais recente somou-se a crise sanitária. Muitos se foram, lutos não vividos, dores permanentes. Está latente em mim a reflexão de que o conceito de Estado é realmente muito polissêmico, e isso não é jargão acadêmico. Fazer morrer e fazer viver poucas vezes foi tão explícito quanto nesses dois últimos anos.

Ainda nesse espaço de tempo, o Rio de Janeiro viveu sua maior chacina. Em seis de maio de 2021, o Jacarezinho, situado na Zona Norte da cidade, foi palco do assassinato de 29 pessoas¹⁹⁰. No mês seguinte, seria a vez do Complexo do Alemão

¹⁹⁰ Para mais informações, ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chacina_do_Jacarezinho. Acesso em: 30 nov. 2022.

passar por esse orquestrado episódio de violência, contabilizando 18 mortes¹⁹¹. Quando desse episódio, a deputada estadual Renata Souza¹⁹² (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) realizou a seguinte reflexão em suas redes sociais:



Figura 25 – Tweet de Renata Souza
Fonte: Twitter¹⁹³.

É importante perceber o desvelar do período brizolista frente aos governos do Rio de Janeiro em suas singularidades no trato da Segurança Pública. Pensar as agências que criam fazeres culturais no Rio de Janeiro abriu-me caminhos para perceber o quão amplas são as articulações possíveis entre diversos atores sociais que compõem o Estado. A atualização dos autoritarismos na democracia é uma constância que, por vezes, transmuta-se na naturalização de arbitrariedades – contidas em uma polícia que se militariza e nas forças armadas que se policializam, por exemplo. Pousar o olhar em uma gestão política que, por princípio, buscou afastar-se dessa perspectiva qualificou meu olhar para o tema do funk.

Olhar para a festa como espaço de protagonismos populares – em nosso caso, negros – é olhar para o medo histórico das sublevações. O processo de transição política por mim observado é marcado pelo medo da ocupação das cidades, dos espaços públicos como lugares de encontro, do transe coletivo, das

¹⁹¹ Conforme se pode ver em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/22/operacao-com-mortes-no-alemao-repercute-no-brasil-e-no-exterior.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2022.

¹⁹² Renata da Silva Souza, jornalista, redatora, feminista negra, militante dos direitos humanos eleita à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade em 2018 e 2022.

¹⁹³ Disponível em: <https://twitter.com/renatasouzario/status/1550140493656477702?t=LkVV2MU3JcHJRxxaDyjFTg&s=08> Acesso em: 30 nov. 2022.

reuniões de celebração, das economias populares e da força da velocidade dos homens pobres. Aqui os autoritarismos se reinventam, ganham novas roupas, novos adeptos, arcabouços teóricos etc.

Discutir o funk com seriedade é ter em mente que o estigma com relação ao funkeiro e ao seu movimento não é instituído pelo Estado, enquanto ente vulgarmente apresentado com pouquíssima profundidade, mas pelos grupos que o ocupam hegemonicamente. O Estado, por meio da manutenção da ordem, não da lei, pode manter uma série de injustiças simbólicas que criminalizam condutas e fazeres artísticos, tais injustiças são permanências históricas no Brasil. Cabe-nos olhar experiências outras, que ao menos desviaram minimamente dessa rota, e anunciarmos que é possível estabelecer outras balizas para atuação.

Falar do tratamento dispensado pelo Estado ao funk não é tratar de benevolências e concessões. Sobretudo é pensar, à luz dos ecos do colonialismo, da herança escravista, da modernização capitalista e da herança da ditadura civil-militar brasileira, os condicionamentos criados no tratamento dos sujeitos da história social do funk. Enfocar episódios onde o funk esteve em posição de diálogo minimamente justo com ocupantes de cargos públicos foi um exercício na imaginação para a reflexão do Rio de Janeiro que poderíamos ter. A negação do direito à festa é a negação de direitos civis e sociais, tendo no medo da reunião de pessoas pobres e negras sua centralidade.

Desconhecia metade, ou mais, dos relatos que contei aqui. Há silenciamentos acadêmicos, políticos e midiáticos fortes em torno das histórias trazidas. Atentar-se para uma nova forma de trabalhar o tema da transição política, localizada tempo-especialmente no Rio de Janeiro além túnel, fincando o pé nas oralidades e nas territorialidades é um exercício importante de ampliação de perspectivas. Trazer para as pesquisas experiências de gestão pública no ponto de inflexão dos fazeres culturais da juventude trabalhadora é abordar a cultura como centralidade da vida, o que o funk não cansa de nos ensinar que é.

A gestão da potência juvenil funkeira entre 1982-1986 e 1991-1994 por meio do estabelecimento de políticas de cidadania para juventude implementadas nos governos Leonel Brizola levou-me por muitos caminhos. Em um deles me deparei com os debates candentes realizados pela intelectualidade negra do período, em outro, encontrei-me com os estudos da crítica à criminologia. Ambos são

fundamentais para pensar o Rio de Janeiro. Lembro-me aqui de uma reflexão da qualificação: “É impossível ser *flaneur* negro no Rio de Janeiro”. Até agora isso ecoa na minha cabeça.

No decorrer desse mestrado algumas vezes me questionei (acredito que como muitos mestrandos) em minha capacidade de fazer o bom debate científico exigido. O isolamento pandêmico foi cruel e as reflexões a respeito de raça e classe fervilharam minha cabeça – a crise da escrita juntou-se aos meus movimentos pessoais em direção a uma desalienação racial e os processos se complicaram na medida dessa complexificação. Porém, segurei-me em meu desejo de historiadora de contribuir com uma história social do negro brasileiro para além da escravidão e dos processos de assujeitamento. Portanto, busquei fazer desse trabalho um exercício de pensar a memória social positiva da população negra brasileira, e espero tê-lo atingido ao falar de suas formas artísticas fugindo de qualquer elogio cultural paternalista.

Evidenciar a agência de processos de criação de formas de lazer, de mercados, de formatos de festas, de fazer política e de ocupar a cidade é minha maneira de ser, até aqui, no mundo acadêmico. Os funkeiros inventaram-se e consolidaram a sua identidade em meio a uma atualização histórica perversa que se deu no processo de retomada democrática brasileira, a constituição do sujeito negro, pobre, matável. A criminalização do funk figurou e figura como uma interface carioca muito próxima do fenômeno da “adesão subjetiva à barbárie”, conforme vimos.

Neste cenário, apresentei a construção do funkeiro como inimigo público número como uma face da mesma moeda que buscou colocar em xeque o projeto brizolista no Rio de Janeiro. Foi incontornável tratar do tema das mídias corporativas no que tange a uma campanha de difamação da gestão brizolista e na intensificação do processo de demonização do funk, ambos localizados, sobretudo, no 2º mandato por mim analisado. O importante foi compreendê-las como uma das agências do Estado, vivendo as disputas por hegemonia nesse espaço.

O desejo de construção de uma “política criminal popular democrática”, ensaiada, de certo modo, em algumas iniciativas das gestões brizolistas no Rio de Janeiro também foi apresentado em alguns momentos dessa pesquisa. Nessas partes da pesquisa refleti sobre a gestão que se poderia ter dado, enquanto Estado, à potência juvenil funkeira no Rio de Janeiro. Nesse sentido, defendo que a

conjunção de forças estabelecida nos mandatos do trabalhismo brizolista no Rio de Janeiro propiciou um momento histórico propício ao surgimento e consolidação do movimento funk na cidade.

Com relação às perguntas que pretendi responder nessa pesquisa, espero ter elucidado ao meu leitor “Que Rio de Janeiro elegeu Brizola em dois mandatos e produziu o gênero musical que hoje é o mais executado nas plataformas de *streaming* no Brasil?”, por meio do cotejamento de diversas fontes.

A outra reflexão, que interligava as políticas de cidadania para juventude e a fruição do lazer nas favelas no período observado acredito que igualmente tenha sido contemplada em minhas linhas. A tentativa presente nesse trabalho esteve centrada na apresentação dessas políticas em três frentes essenciais: habitação, segurança pública e educação. A partir desse olhar, trouxe elementos que permitiram pensar nos territórios de favela vivendo condições de dignidade razoavelmente maiores do que em outros períodos, o que em meu entender contribuiu para o fortalecimento de vivências culturais de maneira mais autônoma.

Repito que não compreendo que o movimento funk seja tributário de qualquer gestão política que se tenha dado no Rio de Janeiro. A potência juvenil funkeira se faria perceber de qualquer modo. Avalio, porém, cenários de investimentos em políticas de cidadania como influência positiva para a realização dos fazeres artísticos.

Por fim, a pergunta de pesquisa que falava da humanização da polícia e a sociabilidade cultural negra das favelas do Rio de Janeiro. Como o percurso desta dissertação me levou a perceber, houve uma série de perspectivas inovadoras sendo debatidas nesse período. Algumas dessas figuraram mais no plano das ideias e aspirações teóricas, outras efetivaram-se em práticas. Considerei que, mesmo com todas as turbulências das gestões, tenha sido possível perceber que a construção de novos paradigmas impactou as formas de se viver nas favelas cariocas, o que não exclui a o fator de que as forças repressivas do Estado tenham se feito presente em muitos momentos.

Por fim, gostaria de encerrar as reflexões aqui propostas fugindo da temporalidade da pesquisa e vindo para os dias atuais. De 1994 para cá, o movimento funk se fortaleceu, expandiu suas sonoridades, princípios estéticos e

ocupou muitos lugares. Peço licença para mais uma vez trazer um dos muros que me rodeiam, como fiz na introdução.



Figura 26 – Muro grafitado na favela de Senador Camará.
Fonte: Acervo Pessoal.

A imagem traz a arte de Jean Poull¹⁹⁴ e faz alusão ao baile que muitas vezes ouvi durante as reflexões propostas nas páginas anteriores. A expressão de orgulho por sua festa é o que esse muro me “diz” todas as vezes pelas quais passo por ele. Considero importante colocá-lo aqui para refletirmos com relação a construção e o fortalecimento da identidade funkeira no Rio de Janeiro. Novas formas de reafirmar-se enquanto sujeito e de anunciar que sua favela e seu baile são bons, são “o *bicho*”, criaram-se. Em minha cidade, os sujeitos que compõem a história social do funk estabeleceram este cenário. À medida em que as negações de direitos se deem a esse grupo, outras inéditas formas de enunciação surgirão. Que consigamos construir um Rio de Janeiro, por meio do acolhimento das suas complexidades, mais atento e humano às manifestações artísticas populares.

Seguindo ainda no exercício de ver o hoje, depois de tantas páginas dedicadas a um tempo que conscientemente não vivi, peço a atenção a um recente

¹⁹⁴ Para ver mais obras do artista, segue seu endereço na mídia social. Disponível em: <https://www.instagram.com/jeanpoull/?hl=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

funk gravado por MC Poze do Rodo¹⁹⁵, a música “Talvez”¹⁹⁶. Em 2022, mantendo ainda a tradição de associar seu nome (ou apelido) ao nome de sua favela, temos o artista do funk trazendo a seguinte canção:

Mais um dia, o sábio se mantém de pé/ Sangue puro e cristalino, blindadão de fé/ Sempre na atividade, com a mente pensante/ No corre da vida, atrás de um qualquer/ Na pista do RJ, nós segue sagaz/ Sem fugir da guerra, mas querendo paz/ Lá no morro, o pau quebra, o clima sempre esquenta/ As criança com medo não aguenta mais/ E se eu disser que a polícia tá matando/ Quem acorda cinco da manhã/ Pra trabalhar tentando ser alguém?/ E se eu disser que, na verdade, o sistema é mó covarde?/ Vê o povo passar fome e não ajuda ninguém/ **Favelado tem que juntar com favelado pra fazer acontecer**/ Porque eles nunca vai fechar com nós/ O papo é que nós incomoda e nós é pitbull de raça/ Pode tentar, mas vocês nunca vai calar minha voz.

Mas talvez/ Meu povo se levanta algum dia/ Mas talvez/ A paz reine pelas periferias/ Mas talvez/ Meu morro volta a **viver com alegria**/ Mas talvez/ Mas talvez, é o Poze

Tá foda de manter a calma porque a bala voa/ E o inocente tá morrendo o tempo inteiro/ Parece até que liberaram as arma/ Faz tempo que nós vive debaixo de tiro na Vila Cruzeiro/ No morro do dezoito, vários não passou dos quinze/ O medo tá assombrando o povo que vem da Rocinha/ Mais de quinze morto pela chacina/ Presente do dia da mãe é ter o filho morto pela esquina/ E hoje não tem final feliz porque mais um se foi/ Político safado protegido pela lei/ O galo canta, mas não canta mais no Cantagalo/ Quem mandou matar Marielle? Até agora eu não sei/ Da Fazendinha ao Jacaré, VK até o Morro da Fé/ Morador “tá sujando a bandeira branca com sangue/ Saudade dos tempos antigos que eu, minha mina e meus amigos/ Podia subir o morro pra curtir o baile funk.

Mas talvez/ Meu povo se levanta algum dia/ Mas talvez/ A paz reine pelas periferias/ Mas talvez/ Meu morro volta a viver com alegria/ Mas talvez/ Mas talvez, é o Poze. (grifos nossos)

A música traz nos trechos destacados os mesmos anseios contidos no rap que está no título desta dissertação – ser feliz e apostar na força da coletividade. Aqui como “viver com alegria” e “Favelado tem que juntar com favelado pra fazer acontecer”, lá como “eu só quero é ser feliz” e “O povo tem a força só precisa descobrir”. Os desejos e exortações compartilhados nesse intervalo de quase 30 anos indicam a perenidade das formas de tratamento que essa manifestação tem recebido e o potencial que ela tem em criar conformações transformadoras do ser e estar no mundo. Os governos e as disputas do Estado são arenas das quais não podemos nos retirar, isto a cultura popular nos indica. Que estejamos atentos.

¹⁹⁵ Marlon Brandon Coelho Couto da Silva (1999) cantor e compositor do funk carioca, que mescla influências do trap em suas produções.

¹⁹⁶ Faixa de abertura do álbum “O sábio”, lançado em novembro de 2022. Compositores: Carlos Ferreira / David Oliveira / Felipe Rosa / Marlon Brendon Coelho Couto da Silva / Thiago da Silva Saviano. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QQQqkDD7i8Y>. Acesso em: 30 nov. 2022.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. **A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- ANGELO, Ubiratan. **Sonho de uma polícia cidadã**: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Rio de Janeiro: NIBRAHC. 2010.
- ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo (1989 – 2002)**: o neoliberalismo em questão. 2012. 359 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1441.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- AZEVEDO, Daniel Alves. Abdias Nascimento: combate ao racismo e luta por direitos no Congresso Nacional (1983 – 1987). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628564053_ARQUIVO_d9d058d123fba425efe4b46576e30c41.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.
- BARBOSA, Vivaldo. **Leonel Brizola e as favelas do Rio**. Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Leonel_Brizola_e_as_favelas_do_Rio. Acesso em: 13 dez. 2022.
- BATISTA, Carlos Bruce. **Tamborzão**: olhares sobre a criminalização do funk. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- BATISTA, Nilo. **Apontamentos para uma História da Legislação Penal Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003a.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis**: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003b.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Crime e guerra no Brasil Contemporâneo**. [Palestra do Seminário Crime e guerra no Brasil contemporâneo]. 2016. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/1259>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna caps. *In*: BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 7-23.
- BECKER, Howard S. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas de Baudelaire. *In*: BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. P. 33-71.

BEZERRA, Júlia; REGINATO, Lucas. **Funk**: A batida eletrônica dos bailes cariocas que contagiou o Brasil. São Paulo: Panda Books, 2017.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BOMENY, Helena. Salvar pela escola: Programa especial de educação. **Sociologia, problemas e práticas**, [S.l.], n. 55, p. 41-67. 2007. Disponível em: <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10061/10042.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRAGA, Kenny et al. **Brizola, Leonel de Moura**: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Polícia e gênero e distúrbios civis**: combate e uso da força pela polícia. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001.

CIRÃO CAPIXABA. Caco Barcellos fala das Escolas do Brizola. 2018. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo Canal Cirão Capixaba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tToYXOZ1wM4>. Acesso em: 20 jul, 2021.

CULTNE – Bastidores da Violência Policial de 1982 – Marcos Romão. 2013. 1 vídeo (5 min 45 seg). Produzido por Cultne. Publicado pelo Canal Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5txbQGf1RsM&list=WL&index=7>. Acesso em: 20 jul. 2021.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de droga. 3. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.

ESSINGER, Silvio. **Batidão**: Uma história do funk. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FACINA, Adriana. “Eu só quero é ser feliz” Quem é a juventude funkeira no Rio de Janeiro?. **Revista Epos**, [S.l.], v. 1, n. 2, out. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v1n1/04.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

FACINA, Adriana. Sobreviver e sonhar: reflexão sobre cultura e “pacificação” no Complexo do Alemão. In: FERNANDES, Márcia Adriana; PEDRINHA, Roberta Duboc (Org.). **Escritos Transdisciplinares de Criminologia, Direito e Processo Penal**: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

FACINA, Adriana; LOPES, Adriana; SILVA, Daniel Nascimento. **Nó em pingão d'água** – sobrevivência, cultura e linguagem. Rio de Janeiro: Mórula Editorial; Florianópolis: Editora Insular, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al. **A força do povo**: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/ FGV, 2008.

FRANCO, Marielle. **UPP a redução da favela em três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUSTAVO PEZZINI. Propaganda eleitoral RJ 1982 – Leonel Brizola Governador e Saturnino Braga Senador. 2016. 1 vídeo (2 min 22 seg.). Publicado pelo Canal Gustavo Pezzini. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H0lztMbtzDc>. Acesso em: 21 jul. 2021.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

LAIGNIER, Pablo. **Do funk fluminense ao funk nacional**: o grito comunicacional de favelas e subúrbios do Rio de Janeiro. 405 f. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=14. Acesso em: 23 nov. 2022.

LIMA, Carlos Eduardo de Freitas. **“Sou negro e tenho orgulho!”**: Política, identidades e música negra no Black Rio (1960 – 1980). 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2159.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

LOPES, Adriana Carvalho; FACINA, Adriana. Cidade do Funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6., 2010. **Anais** [...]. Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2010.

LOPES, Adriana de Carvalho. **Funk-se quem quiser**: No batidão negro da cidade carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2011.

MACHADO, Ana Brasil; SANTOS, Mariana de Oliveira. O arrastão vai à praia: gentes, redes e visibilidades no balneário carioca. **Revista franco-brasileira de geografia**, [S.l.], n. 39. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/18302?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou, leva!**: O jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NIEMEYER, Oscar. Passarela do Samba. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, v.1, n.2. 1984.

NOVAES, Dennis. **Nas redes do batidão**: técnica, produção e circulação musical do funk carioca. 2020. 246 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

OAKIM, Juliana. **“Essa cidade é minha! Essa cidade é sua!”**: Uma investigação sobre o brizolismo e as políticas de regulação urbana no Rio de Janeiro entre 1983 e 1994. 2019. 481 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2142.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

OLDVIDEOCASSETETAPES. Arrastão na praia de Ipanema, 1992. 2011. 1 vídeo (1 min 5 seg.). Publicado pelo Canal Oldvideocassetetapes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5lgX1ph7DoI>. Acesso em: 22 jul. 2021.

OLIVEIRA, Monissom G. L. de; MENEZES, Sanderson. **Teoria da rotulação: O aumento da criminalidade e a não ressocialização dos apenados à luz da teoria do Labelling Approach**, 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82004/teoria-da-rotulacao-o-aumento-da-criminalidade-e-a-nao-ressocializacao-dos-apanados-a-luz-da-teoria-do-labelling-approach> Acesso em: 27 nov. 2022

OSBORN, Catherine. **A História das Urbanizações nas favelas. Parte I: 1897 – 1988**. 2013. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=4676>. Acesso em: 22 jul. 2021.

PALOMBINI, Carlos. Soul brasileiro e funk carioca. **Opus**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 37-61, 2009. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/261>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PEDRETTI, Lucas. **Bailes soul, Ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/52100/52100.PDF>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da Ditadura**. Bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/dancando_na_mira_da_ditadura.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

PEIXOTO, Felipe de Lima; SEBADELHE, Zé Octávio. **1976: Movimento Black Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

PEREIRA, Ibis Silva. **A trajetória de Carlos Magno Nazareth Cerqueira secretário de Polícia Militar dos governos Leonel Brizola/ Ibis Silva Pereira – 2016**.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2015.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SCHITTINO, Renata Torres; CORDEIRO, Janaina Martins (Orgs.). **Caminhos da História Política – Os vinte anos do NEC/ UFF**. Niterói-RJ: PPGHistória-UFF, 2016.

SENTO-SÉ, João Trajano. O discurso brizolista e a cultura política carioca. **Varia História**, [S.l.], n. 28, p. 85-104, dez. 2002. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56e986db43e1a02f3edd/1462458090415/06_Sento-Se%2C+Joao+Trajano.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

SILVA, Bruno Marques. “**Uma nova polícia, um novo policial**”: Uma biografia intelectual do coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira e as políticas de policiamento ostensivo na redemocratização fluminense (1983-1995). 2016. 471 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Jefferson Basílio Cruz. “**Sou um negro que correu para a polícia**”: Carlos Magno Nazareth Cerqueira (1937 – 1999) e o sonho pedagógico de um novo policial. 2020. 186. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15673?locale-attribute=en>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SILVA, Luiza Moreira. **Dos Barracões aos CIEPs**: A Elaboração da Política Educacional Brizolista (1983 a 1987). 2020. 353 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2020/TESE%20Volume%201%20Luiza.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SOARES, Alberto Goyena. Sambódromo: monumento construído e desfile em construção. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 13., 2005. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_17b47d4d77cbac9d06e3dc00dd789bd2.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos; FACINA, Adriana. Brasil: por que (ainda) estudar as elites, instituições e processos de formação de Estado? *In*: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019.

STRECK, Danilo et al. **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

TV 247. Trilhas da democracia - Justiça e segurança nos tempos de Brizola. 2021. 1 vídeo (1h 15 min 22 seg.) Publicado pelo Canal TV 247. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1WoHjAU4-fl>. Acesso em: 22 jul. 2021.

TV BRASIL. Leonel Brizola. 2012. 1 vídeo (25 min 30 seg.) Publicado pelo Canal TV Brasil Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ueNYI2cWVfY&t=94s>. Acesso em: 20 jul. 2021.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Hermano. Funk e cultura popular carioca. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

VIEIRA, Juliana Lessa. “**De baile em baile**”: Uma história social do funk carioca (1989-2000). 2020. 387 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49684/49684.PDF>. Acesso em: 23 nov. 2022.

XIMENES, Luciana Alencar; JAENISCH, Samuel Thomas. As favelas do Rio de Janeiro e suas camadas de urbanização. Vinte anos de políticas de intervenção sobre espaços populares da cidade. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18., 2019. **Anais** [...]. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: https://habitacao.observatoriodasmetrolopoles.net.br/wp-content/uploads/2020/02/ENA_NPUR-2019.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.